



nº. 51, 1º sem./ 2023

**revista
Vernáculo**

Revista Vernáculo

Número 51, 1º sem/2023

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Ávila Costa
Cicely Assis Machado Salamunes
Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Obra sem título da artista Rosana Paulino em: <https://www.galleriesnow.net/shows/rosana-paulino/>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Cicely Assis Machado Salamunes, Francielle de Souza, Hilton Costa, Leonardo Brandão Barleta, Letícia Ruoso Wehmuth, Willibaldo Rupeenthal Neto

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Lorena A. de Muniagurria (USP)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (The Lemann Center for Brazilian Studies - University of Illinois Urbana-Champaign (LCBS - UIUC))	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Rachel dos Santos Marques (IFFAR)
Carlos E. Suprinyak (UFMG)	Jonas Moreira Vargas (UFPEL)	Rafael Faraco Benthien (UFPR)
	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
	Joseli Mendonça (UFPR)	Tiago Luis Gil (UnB)



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Especial

Entre encontros e desencontros, a presença

Hilton Costa 7

Dossiê: Construindo a liberdade: a problemática do pós-abolição no Paraná

Apresentação: Dossiê Construindo a Liberdade: A problemática do pós-abolição no Paraná

Daniele Weigert

Noemi Santos da Silva 10

Representações do negro na imprensa curitibana (1900 a 1918)

Black representations in the Curitiba press (1900 to 1918)

Pamela Beltramin Fabris 15

A notícia da Abolição da escravidão no Paraná: economia, trabalho escravo e livre nas décadas de 1870-1880

The news of the Abolition of slavery in Paraná: economy, slave, and free labor in the 1870s-1880s

Matheus Sibioni Berti Bastos 28

Memória, esquecimento e cidadania: Ressignificando “Água pro Morro”

Memory, forgetfulness and citizenship: Resignifying “Água pro Morro”

Nathaly de Moraes Dias 43

Os Ferreira dos Santos: uma família negra na Curitiba pós-abolição

The Ferreira dos Santos: An Afro-Brazilian family in the post-abolition Curitiba

Celso Fernando Claro de Oliveira

Ana Crhistina Vanali 60

Artigos

Perspectivas cruzadas: colonialismo, trauma e linguagem em Frantz Fanon e Grada Kilomba

Crossed perspectives: colonialism, trauma and language in Frantz Fanon and Grada Kilomba

Juliano Lima Schualtz

Bruna Gonçalves Ferreira 80

“Até quando o Brasil será Brasil?”: as relações entre brasileiros e germânicos em Florianópolis (1910-1920)

“Until when will Brazil be Brazil?”: relations between Brazilians and Germans in Florianópolis (1910-1920)

Luan Daniel Sehn.....	96
Impressões de leitura	
Contribuições de Reinhart Koselleck à investigação histórica	
Reinhart Koselleck's Contributions to Historical Research	
Jaciel Rossa Valente.....	112

Especial

Entre encontros e desencontros, a presença

Hilton Costa¹

À época, o Setor de Periódicos da Biblioteca Pública do Paraná ficava no segundo andar do prédio localizado bem no centro da cidade de Curitiba. Neste Setor, era comum que várias pós-graduandas e vários pós-graduandos de diferentes instituições se encontrassem, buscando suas fontes ou já na fase da leitura. Era um período anterior à existência da Hemeroteca Digital – BNDigital, da Fundação Biblioteca Nacional, portanto, passavam-se horas e horas nas leitoras de microfilme. As regras da Biblioteca Pública para utilização das leitoras estabeleciam que cada pessoa podia utilizar uma máquina por duas horas, não sendo possível, por exemplo, reservar a manhã toda. Tornou-se comum, portanto, as pessoas reservarem duas horas, darem um intervalo de duas horas e voltarem; nessa toada, era usual ficar o dia todo na Biblioteca. Neste espaço, quando desenvolvia minha pesquisa de doutorado (2010-2014), me aproximei de uma pessoa com a qual já tinha tido algum contato no campus Reitoria, da Universidade Federal do Paraná, mas sem muita proximidade. Eu sabia que ela pesquisava imigração germânica. Na convivência na Biblioteca, fui percebendo que a pesquisadora em questão (ao menos assim interpreto), ao investigar as associações teuto-brasileiras na Curitiba de fins do século XIX e início do XX, acabou por se interessar pelas populações afro-brasileiras e suas organizações. Com efeito, passamos a nos encontrar também nos Encontros *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*.

Foi ao mesmo tempo uma surpresa e uma satisfação saber que Pamela Beltramin Fabris e eu estudávamos temas inseridos dentro do recorte denominado hoje de pós-Abolição. Neste processo, confesso que fiquei mais próximo da produção de Pamela do que da pessoa em si. Pesquisadora incansável, de gentileza ímpar para com as e os colegas, em especial aquelas e aqueles envolvidos com a temática, compartilhava experiências de pesquisa, fontes, bibliografias, possibilidades de abordagem da documentação, estabelecendo um diálogo sempre agradável. O seu passamento é uma daquelas situações difíceis de compreender, mas com as quais é necessário aprender a conviver. Em sua brevíssima passagem por este plano existencial, Pamela Beltramin Fabris nos legou uma obra relevante tanto sobre a população teuto-brasileira em Curitiba quanto sobre o associativismo negro na capital do Estado do Paraná no pós-Abolição.

Assim sendo, a Revista Vernáculo, ao oferecer ao público o dossiê *Construindo a liberdade: a problemática do pós-Abolição no Paraná*, sob organização de Noemi Santos da Silva e Daniele Weigert, entendeu ser mais do que relevante trazer um texto de Pamela Beltramin Fabris. O texto não é inédito,

¹ Doutor em História, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná.

portanto, a Vernáculo agradece ao Grupo de Pesquisa CNPq *A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil* e ao Projeto *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, responsável pelos Encontros *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, por autorizar a reprodução do artigo *Representações do negro na imprensa curitibana (1889 a 1918)*, publicado originalmente nos *Anais do VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, que ocorreu nos dias 13 a 16 de maio de 2015, na Universidade Federal do Paraná. Agradecemos especialmente a Regina Xavier, por seu inestimável auxílio neste processo. A Revista Vernáculo também expressa sua gratidão aos pais de Pamela, Silmar Fabris e Gelsi Maria Beltramin, por autorizar a reprodução do referido texto no dossiê desta edição.

Pamela, muito obrigado pela convivência, muito obrigado pelo seu legado.

Recebido em 06/02/23 aceito para publicação em 17/02/23.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhamentoIgual 4.0 Internacional

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Dossiê:

Construindo a

liberdade: a

problemática do pós-

abolição no Paraná

Apresentação: Dossiê Construindo a Liberdade: A problemática do pós-abolição no Paraná

Daniele Weigert¹

Noemi Santos da Silva²

O presente Dossiê é resultado da estruturação do GT Emancipações & Pós-Abolição, seção Paraná. Em 2019, motivados pela expansão do campo em âmbito nacional, unimos esforços com o intuito de promover maiores conexões e diálogos entre os pesquisadores/as que trabalham a questão negra no estado. No decorrer dos anos o grupo vem crescendo em adesão e expandindo suas atividades, envolvendo projetos de divulgação de produção científica e fontes primárias, além da organização e participação em eventos. O Dossiê “Construindo a Liberdade: a problemática do Pós-Abolição no Paraná”, é portanto, um passo importante para as finalidades do grupo no âmbito do diálogo historiográfico, a partir de pesquisas recentes que se tem produzido sobre a questão.

A experiência negra na escravidão é um tema clássico na historiografia brasileira. Desde o século XIX historiadores dedicados à escrita da história nacional preocuparam-se com as questões que nortearam a estruturação da sociedade e economia brasileira, tomando a escravidão e as divisões raciais como aspectos primordiais à investigação histórica. Dos teóricos do racismo científico ao culturalismo de Gilberto Freyre, dos marxistas estruturalistas à história social “vista de baixo”, múltiplos caminhos interpretativos foram percorridos para se explicar a experiência negra no regime de escravidão. A partir da década de 1980, o tema do pós-emancipação ganhou corpo em pesquisas internacionais focadas na liberdade negra atlântica nas antigas sociedades escravistas. Estudos como os de Eric Foner (1982), Rebecca Scott (1985), Thomas Holt (1992) entre outros autores contribuíram com abordagens inovadoras, preocupadas em reconstituir os caminhos de liberdade das gerações ex-escravas, em face das conjunturas adversas que dificultavam a sobrevivência e ascensão socioeconômica das populações negras.

No plano nacional, estudos clássicos como os de Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) inseriram em suas agendas de pesquisas o tema da liberdade negra após a

¹ Possui graduação em História pelo Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (2007), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2010) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2020). Atualmente desenvolve projeto de pesquisa de pós-doutorado na Universidade de São Paulo com auxílio do CNPq, participa do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade e colabora com o GT Emancipações & Pós-Abolição, Seção Paraná.

² Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente conclui doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e é professora substituta do Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá. Membra da Rede de Historiadorxs Negrxs e coordenadora do GT Emancipações & Pós-Abolição seção Paraná, juntamente com o prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva.

escravidão. Mas foi, sobretudo a partir da década de 1990 que os estudos em torno do assunto ganharam impulso, crescendo em número, objetos e diversidade teórico-metodológica. Como marcos da consolidação do pós-abolição como campo de pesquisa podemos citar o artigo de autoria de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios: *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas* (2004), bem como a coletânea: *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil* (2007), organizada por Flávio Gomes e Maria Olívia da Cunha. O primeiro Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico realizado em 2012, e que derivou o Dossiê Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico (2015) também constituíram episódios importantes para a reafirmação da necessidade de agregar as pesquisas e historiadores em vista de se promover avanços teóricos na temática. De modo que é possível afirmar o caráter relativamente recente do campo de pesquisa, principalmente quando comparado ao lugar tradicional dos estudos sobre a escravidão. O surgimento do GT nacional Emancipações & Pós-Abolição, no âmbito da ANPUH em 2013 inspirou a articulação de setoriais em todo território nacional, em vista de contemplar a diversidade de pesquisas sobre as experiências de liberdade negra. Além de atender uma demanda suscitada em estudos que pensaram o assunto teoricamente, de atentar aos contornos regionais da construção da liberdade, que englobam os impactos do regime escravista nas estruturas socioeconômicas, quadros demográficos, intensidade da imigração dentro outros fatores.

Nesse sentido, o Paraná apresenta um cenário ainda incipiente de pesquisas com a problemática. Assim como é possível afirmar o caráter esparso dos trabalhos dedicados a compreender a escravidão negra em sua complexidade. Podemos considerar que, com exceção das teses e dissertações recentemente defendidas e que ainda encontram-se em processo de difusão, temos como últimos trabalhos de impacto obras da década de 1980 e 1990. Podemos citar o caso de *Imprensa Periódica e escravidão no Paraná* (1981), de autoria de Marcia Graf, o trabalho de Eduardo Spiller Pena, *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial* (1999), entre outros, como trabalhos que ainda referenciam investigações mais recentes. A falta de maior diálogo historiográfico no âmbito local dificulta os avanços teóricos, além de refletir em impactos nos estudos sobre pós-abolição, onde a escassez de estudos é ainda mais evidente. Em mapeamento recente realizado pelo GT Emancipações & Pós-Abolição do Paraná constatamos que a periodicidade das pesquisas de recorte regional dedicadas às investigações históricas e temáticas afro-brasileiras, ainda pendem para o período da escravidão. Por outro lado, se contemplada a interdisciplinariedade dos estudos, verifica-se que a experiência da liberdade negra está mais presente nos campos da sociologia, antropologia, educação, direito e geografia, do que propriamente na pesquisa histórica.

Ainda que em menor contingente, tais pesquisas já realizadas trazem problemáticas instigantes à investigação histórica no Paraná, ao desconstruir mitos e muros historiográficos que um dia vigoraram na

produção acadêmica. Como a ideia ainda hoje corrente de que os estudos sobre pós-emancipação seriam inviabilizados pela ausência de fontes primárias. Os estudos recentes têm evidenciado que o potencial de pesquisa pode ser mensurado pela diversidade documental dos arquivos e acervos paranaenses. Pesquisadores têm se defrontado com uma rica documentação, mantida não só no âmbito das grandes instituições do Estado, mas também em arquivos locais, em cartórios, juizados, prefeituras e igrejas, além dos acervos familiares pouco explorados. Tudo se liga também a uma questão de método já que por muitas vezes é necessário confrontar dados entre documentos de natureza distinta para se alcançar os fragmentos úteis à investigação.

A descoberta de acervos, assim como novas leituras de documentações conhecidas, revelam experiências individuais, familiares e comunitárias que passaram ao largo das narrativas hegemônicas da memória paranaense. No Paraná, estado com o maior contingente de negros da região sul do Brasil, isso significa conferir visibilidade a uma população silenciada, revelando suas lutas contínuas rumo a efetivação da liberdade e a acesso pleno à cidadania. O estudo das trajetórias individuais e coletivas, portanto, demonstra a diversidade histórico-cultural do Paraná, contrastando com a identidade branca que o estado forjou para si.

Assim, mesmo presenciando avanços significativos, o campo historiográfico do pós-abolição no Paraná carece de maior difusão das densas pesquisas já realizadas, de maior diálogo dos estudos entre si, bem como o acesso integrado aos acervos espalhados pelo estado. Esses são passos importantes para dimensionar os contornos regionais do tornar-se livre. Estas são as intenções do GT Emancipações & Pós-Abolição, seção Paraná.

Nesta direção, o Dossiê “Construindo a Liberdade: a problemática do Pós-Abolição no Paraná” reuniu trabalhos de pesquisadores engajados com o campo, em quatro artigos que abordam uma variedade de assuntos.

No trabalho intitulado “*A notícia da abolição da escravidão no Paraná*”, Matheus Bastos se debruça sobre a carta de José Cesário de Miranda Ribeiro, presidente da Província do Paraná, que noticiou a promulgação da Lei Áurea às Câmaras Municipais. O autor articula sua análise com legislações anteriores a abolição, tais como as leis que visavam o fim gradual da escravidão e a lei de Locação de Serviços (Decreto n. 2827 de 15 de março de 1879), além de compulsar dados sobre profissões e ofícios desempenhados pela população, contidos no Recenseamento Geral de 1872.

No artigo “*Memória, esquecimento e cidadania*”, Nathaly de Moraes Dias oferece uma análise instigante sobre a escultura *Água pro Morro* de Erbo Stenzel, atualmente exposta na Praça Borges de Macedo em Curitiba. A autora destaca o processo de incorporação do monumento à cidade, sem que a mulher representada e a própria obra fosse devidamente contextualizada, ao contrário, o monumento foi

renomado e descrito de forma pejorativa. Ademais, salienta o processo de ressignificação da obra realizado pela artista Eliana Brasil.

O artigo de Celso Fernando Claro de Oliveira e Ana Crhistina Vanali Vanali, intitulado “*Os Ferreira dos Santos*”, estuda a trajetória de duas gerações da família encabeçada por Claro e Lucilia, proprietários da Pensão Ferreira, estabelecimento que oferecia serviços de hospedagem nas primeiras décadas do século XX em Curitiba. Utilizando-se de uma variedade de fontes, incluindo documentação familiar e entrevista com a neta do casal, a autora e o autor destacam a trajetória dessa família negra que alcançou projeção pela atuação profissional e pelas redes de contato articuladas.

Por fim, apesar de ser o primeiro artigo do dossiê, no trabalho intitulado “*Representações do negro na imprensa curitibana (1889 a 1918)*”, Pamela Beltramin Fabris analisa jornais como o *Diário da Tarde* e *Commercio do Paraná*. Fabris identifica consonância nas representações dos negros nos jornais curitibanos com os debates nacionais. A autora destaca que as representações no advento da República foram marcadas pelas teorias raciais, que preconizavam a inferioridade, mas modificaram-se no início da Primeira Guerra Mundial, momento em que se buscava construir uma identidade nacional que incluía os negros, enquanto elementos étnicos formadores da nacionalidade, destoando do discurso anterior e posterior.

Referências

- ABREU, M.; DANTAS, C.; MATTOS, H. et al. (orgs) *Histórias do pós abolição no mundo atlântico*. Vol 1: identidades e projetos políticos. Editora da UFF. Niterói, 2013.
-
- _____. *Histórias do pós abolição no mundo atlântico*. Vol 2: identidades e projetos políticos. Editora da UFF. Niterói, 2013.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. o legado da raça branca. São Paulo: Dominus: Ed. Univ. S. Paulo, 1965.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. (Trad. Luiz Paulo Rouanet). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2 ed, Curitiba: Scientia ET Labor, 1988.
- GOMES, Flávio dos S; CUNHA, Olívia M. G. (orgs). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GRAF, Márcia. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

HOLT, Thomas. *The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832–1938*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

RIOS, Ana M.; MATTOS, Hebe M. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *Topoi*, v. 5, n.8, jan-jun, 2004.

SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860-1899)*. Rio de Janeiro/ Campinas: Paz e Terra/ Editora da Unicamp, 1989.

Recebido em 17/02/23 aceito para publicação em 17/02/23.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhamentoIgual 4.0 Internacional

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Representações do negro na imprensa curitibana (1900 a 1918)¹

Black representations in the Curitiba press (1900 to 1918)

Pamela Beltramin Fabris²

Resumo: É notável que, ao longo dos anos (pelo menos desde o início do período republicano) permaneceu em Curitiba uma memória “branca”. Embora ainda hegemônica, a reificação da primazia de tal memória vem sendo revista por parte da historiografia que vem investindo nos mais variados tipos de fontes, entre as quais encontra-se a documentação oriunda de periódicos e revistas locais. Esta proposta tem como objetivo analisar as representações do negro na imprensa curitibana num período correspondente ao início da Primeira República até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Tal recorte cronológico constantemente é identificado pela historiografia como um período em que as teorias raciais científicas encontravam-se na ordem do dia. Momento em que a ciência afirmava critérios de desigualdade – muito embora a igualdade jurídica no Brasil já estivesse sido alcançada no período pós-abolição -, hierarquizando a sociedade por meio de classificações que tomavam como ponto de referência traços fenotípicos como a cor da pele, tamanho de órgãos faciais, entre outros quesitos relacionados à composição física humana. Na imprensa curitibana também é possível identificar uma forte presença de um discurso que respaldava e legitimava a desigualdade entre raças. Charges, crônicas e até notícias corriqueiras do cotidiano davam tom de inferioridade da raça “preta”. Embora fortemente impregnada no imaginário local o discurso da desigualdade das raças sofreu uma espécie de abalo com o advento da Primeira Guerra Mundial, em especial nos dois anos finais do evento. Sobre este período concernente a guerra, autores como Angela de Castro Gomes, Thomas Skidmore e Lúcia Lippi Oliveira chamaram atenção para o advento (principalmente por parte de uma elite letrada) da busca por uma identidade nacional. Neste ínterim foram colocados em xeque (ainda que de forma ocasional) paradigmas até então dominantes, entre eles os relacionados à raça. No âmbito do discurso, assim como a ideia de “raça”, concomitantemente, o “elemento nacional” passou por um processo de ressignificação, o que compreendeu uma mudança em relação à representação do negro na sociedade. De forma geral, a busca por uma identidade nacional inseriu no debate atores antes pouco ou nada mencionados como “formadores” do progresso regional. O discurso das “três raças” (índios, negros e portugueses) formadoras do Brasil, muitas vezes desqualificada a nível local, parecia agora coerente com este tempo, ou seja, de forma circunstancial neste período houve uma valorização da representação do negro na imprensa local. Contrariando toda uma literatura anterior e posterior, uma considerável parte dos intelectuais do Paraná não parecia reivindicar para o estado e para si, a condição de exceção frente a outros. Não se tratava dessa vez, de pensar o estado como um “Brasil diferente”.

Palavras chaves: Pós abolição; Imprensa; Negros e Negras em Curitiba

Abstract: It is notable that, over the years (at least since the beginning of the republican period), a “white” memory remained in Curitiba. Although still hegemonic, the reification of the primacy of such memory has been revised by part of the historiography that has been investing in the most varied types of sources, among which is the documentation from local periodicals and magazines. This proposal aims to analyze the representations of black people in the Curitiba press in a period corresponding to the beginning of the First Republic until the beginning of the First World War, in 1918. Such chronological cut is constantly identified by historiography as a period in which scientific racial theories found up on the agenda. Moment when science affirmed criteria of inequality - even though legal equality in Brazil had already been achieved in the post-abolition period -, hierarchizing society through classifications that took as a point of reference phenotypic traits such as skin color, size of facial organs, among other questions related to human physical composition. In the Curitiba press, it is also possible to identify a strong presence of a discourse that supported and legitimized inequality between races. Cartoons, chronicles and even everyday news

¹ Texto apresentado no 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Anais completos do evento disponíveis em <http://www.escravidaeliberdade.com.br/>

² Doutora em História, UFPR.

gave a tone of inferiority of the “black” race. Although strongly impregnated in the local imagination, the discourse of racial inequality suffered a kind of shock with the advent of the First World War, especially in the final two years of the event. Regarding this period concerning the war, authors such as Angela de Castro Gomes, Thomas Skidmore and Lúcia Lippi Oliveira drew attention to the advent (mainly on the part of a literate elite) of the search for a national identity. In the meantime, until then dominant paradigms were challenged (albeit occasionally), including those related to race. Within the discourse, as well as the idea of “race”, concomitantly, the “national element” underwent a process of resignification, which included a change in relation to the representation of black people in society. In general, the search for a national identity inserted into the debate actors who were previously little or not mentioned as “formers” of regional progress. The discourse of the “three races” (Indians, blacks and Portuguese) that formed Brazil, often disqualified at the local level, now seemed coherent with this time, that is, circumstantially, in this period there was an appreciation of the representation of blacks in the local press. Contradicting a whole previous and subsequent literature, a considerable part of Paraná's intellectuals did not seem to claim for the state and for themselves, the condition of exception in front of others. This time, it was not about thinking about the state as a “different Brazil”.

Keywords: Post abolition; Press; Blacks in Curitiba

É notável que, ao longo dos anos (pelo menos desde o início do período republicano) prevaleceu em Curitiba uma memória “branca”. Tal memória buscava a associação entre imigrantes europeus e uma suposta noção positiva do grau de desenvolvimento da capital paranaense. A sustentação por uma memória “branca” fora amparada por diversos trabalhos em tempos distintos; entretanto, há um destaque na década de 50 do século XX, quando uma série de autores que vivenciavam, naquele momento, um surto de crescimento do Paraná, buscavam as raízes do verdadeiro homem “empreendedor paranaense”.³ Para Werner Aulich, cuja obra foi publicada em 1953,

(...) se hoje a cidade de Curitiba é apelidada de ‘cidade sorriso’ tal se deve em grande parte aos esforços desenvolvidos pelos elementos alemães, não somente com referência ao esmero demonstrado na construção de suas casas, e no traçado dos seus jardins, mas também com respeito ao espírito reinante em seu meio, sempre almejando a conservação de uma sociabilidade jovial...⁴

Outra conhecida obra que busca reiterar o caráter “branco” do Paraná é de autoria de Wilson Martins. Na conclusão do seu “Um Brasil Diferente”, ao discorrer sobre o paranaense, Martins afirmou que neste estado encontrava-se “uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira.”⁵

³ BURMESTER, Ana Maria; BREPOHL, Marion; PAZ, Francisco Moraes. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In. ARMADO, Janaína; DA SILVA, Marcos A. *REPÚBLICA em migalhas: história regional e local*. São Paulo; Brasília (DF): Marco Zero: CNPq, 1990. p. 159

⁴ AULICH, Werner. *O Paraná e os alemães*. Estudo caracteriológico sobre os imigrantes germânicos. Curitiba, 1953. p. 74

⁵ MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Editora Anhembí, 1955. p. 446

Ainda que uma bibliografia posterior conteste e critique as obras que buscavam sustentar uma memória “branca” no Paraná, o diagnóstico feito por Hebe Mattos parece compatível também com a realidade local: “com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus.”⁶ Ao revisitar a produção acadêmica, referente ao período do pós-abolição no Paraná, nota-se o grande vazio em relação a temas que tenham negros como objeto de estudo. Logo, a análise que aqui proponho, mesmo que de forma introdutória, procurará abordar certas representações acerca do negro na imprensa local, num período correspondente ao início do século XX até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918.

Um dos possíveis vieses para se pensar na representação do negro na imprensa parte de sua inserção – ou não – como partícipe da chamada identidade nacional no período da Primeira República. A busca pela mesma passou, ao longo dos anos, por intensas discussões e embates travados por aqueles (com motivações diversas) preocupados com a questão nacional. No que concerne à historiografia, há uma intensa produção referente às lutas por uma definição de identidade nacional e, consequentemente suas significações, abordando diferentes períodos, mas privilegiando, sobretudo, a produção intelectual concentrada no eixo Rio - São Paulo.

No que se refere ao recorte cronológico aqui estabelecido, 1900-1918, o mesmo é constantemente identificado por parte da historiografia como um período em que as teorias raciais científicas encontravam-se na ordem do dia. Momento em que a ciência afirmava critérios de desigualdade – muito embora a igualdade jurídica no Brasil já estivesse sido alcançada no início da Primeira República –, hierarquizando a sociedade por meio de classificações que tomavam como ponto de referência traços fenótipos como a cor de pele, tamanho de órgãos faciais, entre outros quesitos relacionados à composição física humana.

Para Thomas Skidmore, no período concernente ao início da Primeira República até a Primeira Guerra Mundial, grande parte dos intelectuais e dos letrados que debatiam a respeito do “povo brasileiro” estavam imersos nos preceitos racialistas. O sergipano Sílvio Romero, por exemplo, embora por vezes ambíguo em suas análises, era um dos preocupados com os “problemas” raciais do Brasil e considerava que entre as benesses advindas com a imigração europeia estava embutida a que se referenciava ao ideal do branqueamento da nação, por meio da miscigenação.⁷

Como dissidentes da hegemônica conjuntura racialista, Skidmore apontou os autores Alberto Torres e Manoel Bomfim. Para este último, “tal teoria [racialista] não passa de um sofisma abjeto do egoísmo

⁶ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, v.5, n.8, jan-jun. 2004, pp.170-198. p.170.

⁷ Sobre a questão, ver ainda: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

humano, aplicado à exploração dos fracos pelos fortes.”⁸ Não por acaso, segundo Thomas Skidmore, Sílvio Romero, contemporâneo de Manoel Bomfim, foi um dos seus críticos mais ferrenhos.⁹

Indo de encontro a esta abordagem, Carolina Vianna Dantas afirmou que Alberto Torres e Manoel Bomfim não podem ser encarados como exceções, no que se refere à percepção da questão racial deste período. Para a autora, tal contexto foi marcado por uma pluralidade de concepções e, “ainda que dentro do paradigma racial e em diálogo com ele, [outros autores] relativizaram o ‘peso negativo’ da mestiçagem e do mestiço na formação nacional, valorizando a fusão como nosso mito de origem.”¹⁰

Ao discorrer sobre o tema da racialização no início do século XX, Skidmore baseou sua análise tendo como referência, sobretudo, as obras de intelectuais bastante ativos, inclusive no meio midiático, da época. Seguindo esta mesma abordagem, a análise a seguir diz respeito a certas representações do negro e as questões raciais na mídia que circulava em Curitiba, também a partir da ótica da produção intelectual.

Identidade e discurso racial em Curitiba

Para alguns setores da sociedade brasileira, ficou evidente, sobretudo no período pós- abolicionista, a necessidade de repensar os rumos que o país deveria seguir para se inserir em um processo econômico, político e social dinâmico internacional. Tal processo previa a modernização do Brasil de acordo com os preceitos da transição para a ordem burguesa sustentada pela égide do liberalismo. A modernização do país não pressupunha apenas transformações econômicas e políticas; projetos de alterações sociais também faziam parte do horizonte dos que ansiavam em incluir o país no rol dos estados “civilizados”.¹¹

Curitiba, seguindo caminhos análogos a de outras capitais brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, experimentava na virada do século um crescimento urbano e populacional decorrente, em grande parte, das medidas que visavam o desenvolvimento da cidade. Uma crescente industrialização também acompanhou o processo de modernização na capital, mas era na exportação do mate, da madeira e do café que a economia predominantemente se amparava.¹² E o crescimento também foi demográfico e pode ser evidenciado por meio dos números. De 24.553 habitantes no ano de 1890 a cidade passou a contar com

⁸ BOMFIM, Manoel, Apud SKIDMORE, Thomas E. Op.cit, p.174.

⁹ SKIDMORE, Thomas E. Op. cit, p. 333

¹⁰ DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil “café com leite”*: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. (Rio de Janeiro, 1903-1914). (Tese – UFF), 2007. p. 201.

¹¹ Em outra oportunidade desenvolvi com mais fôlego o tema da conjuntura da Primeira Guerra Mundial em Curitiba, tendo como enfoque os conflitos que ocorreram na cidade. Ver: FABRIS, Pamela Beltramin. “*Nós, os selvagens, não reverenciamos os symbolos Kaiserianos*: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2014.

¹² Segundo Octavio Ianni, em 1893, existia 233 estabelecimentos comerciais e industriais em Curitiba. IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2.ed. Ver. e aum. São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia ET Labour, 1998.

cerca de 80 mil pessoas em 1920.¹³ Uma significativa parcela deste aumento populacional foi proporcionada tanto pela chegada de imigrantes vindos do exterior como de migrações oriundas dos deslocamentos internos.

Indo ao encontro das ideias e discursos dos que ansiavam por receber cada vez mais os ditos “imigrantes ideais”, os quais, por suas características ditas “civilizadas”, poderiam contribuir para o desenvolvimento do Paraná, a “grande imprensa” e autores da época, em diversos momentos enalteciam a presença dos imigrantes na cidade de Curitiba. Nas páginas do *Diário da Tarde* foi possível identificar o entusiasmo causado pela chegada desses que eram “bem-vindos”: “a ultima hora soubemos terem chegado a Paranaguá no Vapor Frier 500 imigrantes austriacos expontaneos, para nosso Estado. Amigos da imigração não podemos occultar a satisfação com que damos esta importante noticia.”¹⁴

Entre os ideais que marcavam o período destacava-se o do trabalho livre, como mote de uma sociedade que se desejava moderna e civilizada. Esta valorização em torno do trabalho livre se dava, ao menos em nível de discurso, sobretudo, em contraposição ao que havia sido o trabalho escravo no Brasil. Já nos primeiros anos do período republicano, para muitos, tanto o antigo regime monárquico quanto a escravidão passaram a ser caracterizados como símbolos do atraso para a civilização. Em Curitiba, cuja sociedade também foi escravocrata, por meio dos jornais locais foi possível encontrar vestígios de expressões que caracterizavam a vergonha e o repúdio que o passado, ancorado no trabalho compulsório despertava.

Em 18 de março de 1906, o jornal *Diário da Tarde* publicou um conto intitulado “13 de Maio”, cuja autoria é do médico Claudino dos Santos. No conto, uma mãe narra a seu filho, Luizinho, sobre “(...) um tempo aqui, em nosso caro Brasil, que se comprava gente, assim como quem compra um cavallo, um galo, um sacco de feijão, uma lata de manteiga, etc. Que tristes recordações desse commercio vergonhoso!”¹⁵

E a mãe segue:

Os entes destinados ao trafego chamavam-se: *escravos*. Eram um infelizes, tinham mãe e pae, como nós; tinham marido e mulher, como nós; tinham filhos, como nós; mas desgraçados! Muitas vezes viam-se privados desses entes, pela simples conveniência de seus senhores. Vou contar-te, meu pequeno Luiz, uma ligeira historia, não para commover-te, ou te fazer chorar, mas para ficas fazendo, conforme puder o teu infantil entendimento, um juízo do que era *escravidão*. E Luizinho, ancioso por novos conhecimentos, prestava inteiro ouvido á história que lhe ia contar a mamãe. Martha, começava ella, era uma escrava ainda moça que possuía um rico senhor de engenho, entre muitos outros que lhe enchiam a

¹³ MARTINS, Romario. *Quantos somos e quem somos*: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

¹⁴ *Diário da Tarde*, 15 de abril de 1899. p.2.

¹⁵ *Diário da Tarde*, 18 de março de 1906. p.2.

senzalla. Teve um dia a infelicidade de desagradar um seu senhor moço e desde ahi começaram para ella dias de atroz soffrimento. Os serviços mais brutaes, os trabalhos mais pezados eram a ella destinados e ae da pobre se não os cumpria. Para cumulo de seu maior soffrimento ia em breve ser mãe. Effectivamente em poucos mezes dava à luz a uma creança do sexo masculino. Como todas as mães teve a infeliz Martha pelo filho um amor intenso, mas um amor occulto, que ella não podia, e ate fugia de manifestar diante dos brancos; beijava-o quando a noite se recolhia, affagava o seu infeliz filho, a sós, no escuro do seu quarto, e quantas vezes nesse acariciar de mãe, animando o filho terno, não chorava a infeliz. Que tristeza meu filho, nasceram os homens já escravos! Que infeliz a sociedade que encontra um impulso para o seu desenvolvimento material no soffrimento e na magoa do cativo, essa creatura para quem a mesma sociedade atrofiando os mais puros sentimentos da alma, a segregava da communhão do amor, como se a sã Doutrina de Christo não fosse um manto estrelado cobrindo a humanidade inteira, sem distinção de raças e cores.¹⁶ (...) Um dia veio ao engenho um *comprador de escravos*, e entre os apresentados para o hediondo trafego notava-se Pedro, que assim se chamava o filho de Martha. (...) Depois de minucioso exame onde foram revistados o corpo dos escravos, dentes, braços, pernas, músculos, etc., a escolha recayahio o filho da infeliz Martha. Fechou-se o negocio e na sahida já o endinheirado mercador levou consigo o escravo comprado. (...) Martha não sabia o que fazer tal era perturbação, tal era sua dor profunda. Passaram-se os tempos, a escrava não encontrava distracção em cousa alguma até que um dia sem a mais leve esperança, entendeu fugir e effectivamente deu o arriscado passo. Embrenhou-se no matto, correu sem destino (...) Sentindo-se sem forças, sem alento, lembrou-se da morte. Morrer devia ser bem mais agradável a quem não tinha tido licença de viver. E sem poder saber o paradeiro do filho, e sem lhe ser possível juntar-se com elle, Martha, uma noite, adormeceu a beira de um precipício e, em seu sonno agitado, em uma convulsão epiléptica de dor, faltou-lhe o chão firme e a desventurada creatura rolou pelo abysmo abaixo, acabando com o ultimo gemido de dor, o derradeiro alento de sua negra existência.¹⁷

Por fim, a mãe conclui: “Esta, meu filho, é uma das páginas desse doloroso livro, que as tinha como esta, aos milhares.”¹⁸ Ao saber que a escravidão estava abolida, o menino comemora: “Bravo, mamãe, *felizmente nasci em um paiz livre, em uma terra sem escravos*, não assistirei scenas como esta que a mamãe acaba de narrar.”¹⁹

Não obstante escrito em 1906, o conto traz instigantes trechos ao indicar à intimidade das relações familiares no meio escravista,²⁰ bem como chama a atenção para a estratégia da escrava Martha para resistir ao sofrimento: fuga e morte.

A fonte acima também traz indícios de como a memória sobre a escravidão poderia estar sendo construída num contexto posterior. Embora decorridos apenas 18 anos da abolição, o autor do texto parece querer indicar que as amarras da escravidão já faziam parte de um passado remoto e superado, distante da conjuntura do início do século XX.

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Idem.*

²⁰ Ainda sobre o tema ver: SLENES, Robert. *Na senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

Se os discursos que sucederam a abolição procuraram dar um fim naquele passado incomodo, as marcas da escravidão não poderiam ser tão facilmente apagáveis. A fictícia “*terra sem escravos*” de Luizinho parecia contrastar com a realidade de Antonio Lourenço da Costa que, segundo nos informa o *Diário da Tarde*, no alto dos seus 113 anos continuava “resistindo aos embates da vida”; ²¹ o homem era “um pobre preto, um velho escravo que ainda traz no corpo os signaes do velho ameaçador e nos pulsos os traços das algemas escravadoras; é um pobre centenário nascido nesta cidade...”²². O jornal intitulou tal matéria de “Um preto macrório implora ao publico: ‘uma esmolinha, sinhô!’”²³.

Concebidas nos moldes científicos, as teorias raciais reelaboradas pelo pensamento social brasileiro influenciaram o “(...) uso cotidiano da linguagem racial como forma de hierarquizar e definir lugares sociais.”²⁴ Neste sentido, para alguns era motivo de orgulho para Curitiba as vantagens que, teoricamente, os imigrantes de origem europeia poderiam lhe oferecer. Ideologicamente, no contraponto deste imigrante “ideal” estavam as pessoas de origem afro-brasileiras, cuja presença em Curitiba foi negada e/ou minimizada tanto por uma extensa bibliografia posterior, quanto por autores contemporâneos à época.²⁵ Exemplificando, foi publicado, no *Diário da Tarde*, em 1908, um texto sobre os aspectos físicos da população de Curitiba, do famoso advogado paranaense Pamphilo de Assumpção, no qual certas assertivas destes ideais de racialização estavam em evidência²⁶:

O que mais impressiona é a apparencia physica da população, em que se vão esfumando, apagando quase, os traços typicos do brasileiro primitivo ou do luso-brasileiro, para accentuar-se o cunho de uma nova raça, oriunda de povos que contribuem com qualidades preciosas para o aperfeiçoamento physico, moral e intellectual da nova população (...), vae crescendo essa população invejavel de Coritiba, physicamente bella e forte, intellectualmente adiantada e superior (...). E isso se dá, sem duvida, porque os factores que concorreram para um tal estado de cousas, foram introduzidos por grupos, que mantendo puros os elementos primordiaes de sua origem, foram proporcionalmente contribuindo para a formação (...), mantendo-se puro, forneicia-lhe exemplares typicos da raça de que provinha, modificados somente pela acção favoravel do nosso meio. E pensando-se que esses elementos ethnicos tiveram por campo de acção um meio onde *minima era a porcentagem de individuos de raça preta*, temos explicado porque em menos de 30 annos os efeitos do cruzamento já se tornaram tão notaveis. Dos elementos que têm concorrido para a formação da nova população coritibana devemos contar em primeiro logar, na ordem chronologica, os allemães (...), profundo são os traços que no moral e no physico do povo coritibano vae deixando essa raça forte moral e physicamente (...). Parece- nos que este ensaio de

²¹ *Diário da Tarde*, 18 de fevereiro de 1917. p. 2

²² *Idem*.

²³ *Idem*.

²⁴ MATTOS, Hebe. A vida política. In. SCHWARCZ, Lilia (Org.) *História do Brasil Nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p.108.

²⁵ Em destaque, intelectuais como Romário Martins, Nestor Victor e a geração de paranistas.

²⁶ Sobre Pamphilo de Assumpção ver: GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da belle époque. *Revista de História Regional*. 14(1): 76-104, 2009.

sociologia que vimos de fazer, explica essa feição original da população coritibana, d'essa população bella, sadia, activa, moralisada, intelligente.²⁷

Na visão de autores como Assumpção, parecia que Curitiba estava trilhando o caminho certo rumo ao progresso, visto que a crença na superioridade de um “gene” civilizante já havia sido implantado por imigrantes que, como muitos acreditavam, pertenciam a uma “raça forte moral e physicamente”. Ainda, parece bastante evidente que o autor se encaixava no grupo dos que idealizavam a cidade por meio de um discurso hegemônico e generalizante e, como tal, corroborava com as teorias científicas da época que, entre outros fatores, compreendia europeus brancos como pessoas biologicamente portadoras de qualidades físicas e morais superiores. Da mesma forma, era importante para Pamphilo frisar que, quanto ao quesito étnico, a seu ver, Curitiba estava praticamente livre da presença “de indivíduos da raça preta” em sua população, já que os “traços typicos do brasileiro primitivo ou do luzo brasileiro” estavam em processo de apagamento.

Com um discurso muito parecido com o de Pamphilo, Wilson Martins afirmaria, quase 50 anos depois, que “o negro, sem o dinamismo reprodutivo que se observou em outras províncias brasileiras, sempre sofreu, e continua sofrendo, no Paraná, da tendência a desaparecer.”²⁸

Como afirmou Thomas Skidmore, o período referente à Primeira Guerra trouxe mudanças no que diz respeito à questão racial no Brasil. A partir de agosto de 1914 o mundo experimentou os tortuosos tempos de guerra, cujas consequências também atingiram o Brasil de diversas formas.

Autores como Angela de Castro Gomes, Márcia Naxara, Lúcia Lippi Oliveira e Thomas Skidmore, discorreram acerca de alguns aspectos concernentes a este período no âmbito nacional. De forma geral, há um certo consenso entre estes autores ao reconhecer que desde a eclosão do conflito temas como patriotismo, nacionalismo, militarização e alfabetização, ganharam as páginas dos jornais nacionais.

A guerra despertou discussões acaloradas, trouxe à tona velhos elementos até então não tão problemáticos e colocou em xeque algumas ideias antes menos questionadas. Tamanha mobilização não foi por acaso, para Angela de Castro Gomes:

(...) a Primeira Guerra Mundial produz um profundo impacto sobre os valores políticos acreditados no Ocidente e, como não poderia deixar de ser, sobre uma visão da História, de progresso e de civilização fundada em modelos universais e ‘otimistas’, oriundos ou não de teorias científicas.²⁹

Tratava-se de um tempo em que o nacionalismo, e suas variantes, encontravam-se na ordem do dia. O momento inspirava indagações e sugeria mudanças: “urge que iniciemos a nacionalização do paiz para

²⁷ *Diário da Tarde*, 6 de agosto de 1908. p.1. (sem grifo no original)

²⁸ MARTINS, op.cit.p.133

²⁹ GOMES, A. de C., *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009. p.66
Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

que, as vezes, não nos julguemos, tristemente, estranhos dentro da nossa propria Patria. O momento é oportuno.”³⁰

Para a autora Lúcia Lippi Oliveira, tal período, “trouxe a questão nacional à ordem do dia, transformando o significado anterior do nacionalismo.”³¹ Esta transformação não se fez sem que uma série de indagações emergissem na conjuntura. No rol dos questionamentos que o tempo de guerra propiciava, surgiram debates em torno do tema raça. Nas palavras de Oliveira “(...) o novo nacionalismo, que defendia a consciência de uma identidade nova, rompeu com a herança européia, pelo menos na vertente que pressupunha o determinismo racista.”³²

E com a guerra batendo cada vez mais à porta, ou seja, a partir do fim da neutralidade do Brasil no conflito, em abril de 1917, assim como a ideia de “raça”, concomitantemente, o “elemento nacional” passou por um processo de ressignificação, fator que também atingiu aqueles que foram considerados como os “de fora”.

Encontramos, por exemplo, vestígios de tal situação na seguinte publicação: em março de 1918, o *Diário da Tarde* publicou um texto do jornalista Raul Gomes, intitulado “Os homens de cor e a civilização brasileira”³³, no qual trata da obra de negros bastante conhecidos na época, como José do Patrocínio, André Rebouças, Luiz Gama e Cruz e Sousa, ainda condenou o período da escravidão no país e assinalou as características que acreditava marcar o escravo no Brasil: “de um intimo bom, paciente no infortunio, docil na convivencia, submisso no trato com outrem”³⁴. Encerrou concluindo que, “pelo que se vê o negro não foi empecço mas força propulsora do nosso progresso; factor e não impedimento da nossa evolução; causa e não embaraço ás nossas conquistas economicas e sociaes.”³⁵

Embora tenha condenado os anos de escravidão de modo geral (fato nada incomum desde a Proclamação da República³⁶), e atribuído um fator valorativo ao negro, para o autor, o escravo “comum” ainda estava na condição de “coisificado”, obediente, manso, ou seja, mesmo sendo um período de valorização do “nacional”, é importante ressaltar os limites de tal discurso.

No entanto, isto não exclui que, em tempos como estes, o monopólio dos “verdadeiros braços” condutores do progresso nacional fora questionado. Ora, se nos discursos da imprensa, hegemonicamente, eram os brancos que apareciam como os detentores “natos” do progresso, mote que, inclusive, era afirmado

³⁰ *Commercio do Paraná*, 26 de abril de 1917. p.2

³¹ OLIVEIRA, op.cit. p.145

³² OLIVEIRA, op.cit. p.145.

³³ *Diário da Tarde*, 6 de março de 1918.

³⁴ *Idem*.

³⁵ *Idem*.

³⁶ Já nos primeiros anos do período republicano, tanto o antigo regime monárquico quanto a escravidão passaram a ser caracterizados como símbolos de um atraso para a civilização. Ainda sobre o tema ver: CHALHOUB, S. op.cit. 1986.

quando do estímulo a vinda de imigrantes para o país, neste momento os “nacionaes” também dividam estes méritos históricos.

Outro indício da propagação do discurso que valorizava o “nacional” é decorrente da profusão de textos de autores que apresentavam outras perspectivas em relação ao caráter do “povo brasileiro”. Para Thomas Skidmore, no âmbito nacional, “a influência das ideias de Manuel Bomfim e Alberto Torres – figuras isoladas na era anterior – tornou-se claramente maior.”³⁷³⁷; como anteriormente apontado, ambos os autores citados por Skidmore, do seu modo, refutavam as teorias racialistas. Quanto ao primeiro, não localizamos ocorrências mais significativas, já, trechos da obra de Alberto Torres, foram bastante citados na imprensa local quando o assunto era nacionalismo e identidade nacional neste momento. A título de exemplo, destaco um trecho de um longo texto, cujo tema era o livro de Alberto Torres. “A Organização Nacional”, publicado no dia 11 de abril de 1917, no *Commercio do Paraná*:

Como homens de trabalho e de coração, os portuguezes não são excedidos por nenhum outro povo. Os indios, que foram os senhores desta terra, podendo chamar-se os Adãos feitos de sua argila, deram-nos já typos superiores de cultura; devemos ao negro tudo quanto, entre nós, existe, lembrando o esforço do braço humano. Mais de uma figura eminente da nossa historia tinha sangue africano.³⁸

O discurso das “três raças” formadoras do Brasil, muitas vezes desqualificada a nível local, (vide texto de Pamphilo de Assumpção) parecia agora como coerente neste novo tempo. É interessante notar como até o discurso do caráter regionalista do Estado, o que se orgulhava do “cosmopolitismo” (europeu) paranaense, atenuou-se em meio à conjuntura. De forma geral, a busca por uma identidade nacional inseriu no debate atores antes pouco ou nada mencionados como “formadores” do progresso regional. Estava em jogo à busca pelos “brasileiros autênticos”, preocupação expressa também pelo colunista do *Diário da Tarde*, Gastão Faria:

Sempre alimentamos o antipatriotico habito de não darmos valor aquillo que é nosso, de origem brazileira. Aquella mania de descredito estava identificada comosco de uma maneira verdadeiramente irritante. Bastava que o producto industrial, ou artistico, por exemplo, fosse essencialmente brazileiro, para que a elle nós emprestassemos a qualidade de inferioridade. É o que não acontece hoje. Presentemente a fibra civica do povo se elevou de uma forma prodigiosa. Tudo que é nosso é bello, é bonito e é bom. (...) É mais uma das vantagens que a guerra nos trouxe.³⁹

³⁷ SKIDMORE, op.cit. p.211

³⁸ *Commercio do Paraná*, 11 de abril de 1917. p.2

³⁹ *Diário da Tarde*, 15 de dezembro de 1917. Coluna “Do meu Canto”. A coluna de Gastão Faria, (quase sempre na primeira página do *Diário da Tarde*), passou a ser publicada a partir de dia 8 de maio de 1917 e até o final de outubro de 1918 encontrei, quase que diariamente, seus textos estampados no jornal. O cotidiano da cidade era um dos principais temas que o mesmo abordava, o que me levou a priorizar seus textos na análise. É importante ainda mencionar que Gastão Faria fez parte da primeira turma de bacharéis formados pela Universidade do Paraná em 1917. Embora sua participação no jornal fosse mais ativa entre 1917 e 1918, Luiz Carlos Ribeiro citou dois textos de Faria, um em 1913 e o outro em 1920, ambos tratavam de problemas que

Embora o tom extremamente ufanista da opinião de Gastão e, outros que assim se posicionaram neste período, contrariando toda uma literatura anterior e posterior, aqui uma considerável parte dos intelectuais do Paraná não pareciam reivindicar para o estado, e para si, a condição de exceção frente a outros, ou seja, aqui não se tratava de um “Brasil diferente”.⁴⁰

Para finalizar, é importante frisar que este trabalho encontra-se ainda em fase inicial. Num primeiro momento, esta abordagem parece reiterar o que Thomas Skidmore sustentou, ou seja, a grande parte da *intelligentsia* que circulava pela imprensa carregava em seus discursos as “verdades” sustentadas pelas teorias racialistas de época. No entanto, assim como mostrou o trabalho de Carolina Dantas, os embates do início do século XX também eram travados no âmbito da ideias, logo, se faz necessário uma pesquisa mais aprofundada para que tal questão seja mais bem elucidada.

Referências

Fontes

JORNAL *Diário da Tarde*. Curitiba. 1899, 1906, 1908, 1917, 1918. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

JORNAL *O Commercio do Paraná*. 1917. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Bibliografia

AULICH, Werner. *O Paraná e os alemães*. Estudo caracteriológico sobre os imigrantes germânicos. Curitiba, 1953.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANTAS, Carolina Vianna. Brasil “*café com leite*”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos. (Rio de Janeiro, 1903-1914). (Tese – UFF), 2007.

afetam as classes populares. RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. 263f. Dissertação (Mestrado em História - USP), São Paulo, 1985. p.57 e 59.

⁴⁰ OLIVEIRA, Márcio de. Por uma sociologia do Brasil Meridional. In: *Ensaios de sociologia e história intelectual do Paraná*. SZWAKO, José Eduardo Léon, OLIVEIRA, Márcio de. (Orgs.) Curitiba: Ed. UFPR, 2009. p. 17-30

FABRIS, Pamela Beltramin. “*Nós, os selvagens, não reverenciamos os symbolos Kaiserianos*: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2014.

GOMES, Angela de C., *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da belle époque. *Revista de História Regional*. 14(1): 76-104, 2009.

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. *Entre o “espírito da lei” e o “espírito do século”*: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão. (Curitiba: 1868-1888). Dissertação (Mestrado em Direito. PPGD – Setor de Ciências Jurídicas – UFPR. Curitiba, 2013.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional.

2.ed. Ver. e aum. São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia ET Labour, 1998.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: Editora Anhembí, 1955.

MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos*: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

MATTOS, Hebe. A vida política. In. SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) *História do Brasil Nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição histórico*: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, jan-jun. 2004, pp.170-198. p.170

NAXARA, Marcia. R. C. *Estrangeiro em sua própria terra*: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Márcio de. Por uma sociologia do Brasil Meridional. In: *Ensaios de sociologia e história intelectual do Paraná*. SZWAKO, José Eduardo Léon, OLIVEIRA, Márcio de. (Orgs.) Curitiba: Ed. UFPR, 2009. p. 17-30

PENA, Eduardo Spiler. *O Jogo da Face*: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. 263f. Dissertação (Mestrado em História - USP), São Paulo, 1985. p.57 e 59.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Lilia Moritz (org). *História do Brasil Nação*. Editora Objetiva, 2012. V.3

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomas. E. *Preto no Branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma Flor*: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

Recebido em 28/11/22 aceito para publicação em 30/01/23.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento 4.0 Internacional

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

A notícia da Abolição da escravidão no Paraná: economia, trabalho escravo e livre nas décadas de 1870-1880

The news of the Abolition of slavery in Paraná: economy, slave, and free labor in the 1870s-1880s

Matheus Sibioni Berti Bastos¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a correspondência oficial enviada pelo Presidente da Província do Pará, José Cesário de Miranda Ribeiro, às Câmaras Municipais sobre a abolição da escravidão no Brasil. Diferente da Lei Áurea, curta e concisa, esta correspondência tratava de questões maiores, como cidadania e trabalho. Para isso analisaremos as legislações que tinham por objetivo a criação de um projeto desescravizador, que continha a Lei do Vento Livre de 1871, Lei de Locação de Serviços de 1879 e a Lei dos Sexagenários de 1885. Ademais, analisaremos a economia paranaense na segunda metade do século XIX, principalmente relativo ao uso de mão de obra nas atividades econômicas do período, pois elas indicam como a correspondência era voltada não apenas aos recém libertos, mas também aos trabalhadores da província em geral.

Palavras-Chave: Escravidão no Império; Escravidão no Paraná; Economia Paranaense; Abolição da Escravidão.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the official correspondence sent by the President of the Province of Paraná, José Cesário de Miranda Ribeiro, to the Municipal Chambers about the abolition of slavery in Brazil. Unlike the Lei Áurea, which was short and concise, the correspondence dealt with larger issues, such as citizenship and work. For this, we will analyze the legislation that had the objective of creating a deslavery project, which contained the Law of Free Birth of 1871, the Leasing of Services Law of 1879 and the Sexagenarians Law of 1885. In addition, we will analyze the economy of Paraná in the second half of the 19th century, mainly related to the use of labor in the economic activities of the period, as they indicate how correspondence was aimed not only at the newly freed, but at workers in the province in general.

Keywords: Slavery in Brazilian Empire; Slavery in Paraná; Economy in Paraná; Abolition of Slavery

As mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorreram no Brasil nas últimas décadas do século XIX foram significativas. O fim da escravidão, algo muito discutido e esperado nas décadas anteriores, foi concretizado no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Não podemos analisar este evento como algo isolado ou que aconteceu por benevolência dos governantes, uma vez que as pressões da sociedade foram importantes para a abolição. Mesmo com ampla discussão, os efeitos desse ato para aqueles que mais seriam beneficiados não foram planejados. A notícia sobre a abolição foi enviada as províncias e cada uma delas foi responsável pelo envio da notícia as Câmaras

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História – PPGHis da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bolsista CAPES. matheussibioni@hotmail.com

Municipais. No Paraná, ainda no dia 13, foi enviado pelo Presidente da Província José Cesário de Miranda Ribeiro um telegrama às cidades, informando a notícia em poucas palavras. Mesmo assim, mantinha-se necessário informar de forma oficial a Abolição e por isso em 22 de maio foi enviada pelo Presidente uma correspondência oficial com estes informes. Esta carta, diferente da Lei Áurea, tinha outras questões sendo apresentadas, relacionadas à cidadania dos libertos, o uso do trabalho e noções morais.

Com esta análise, objetivamos compreender as motivações existentes por detrás da escrita desta correspondência, a partir do estudo das legislações utilizadas na criação do projeto desescravizador. Tal projeto iniciou com a Lei do Ventre Livre, seguido pela Lei dos Sexagenários, visando o desmantelamento gradual da escravidão no Império. Com objetivo de existir uma transição do trabalho escravo para o trabalho livre também foi promulgada, em 1879, a Lei de Locação de Serviços, que regulamentava o trabalho por meio de contratos e também intencionava ser um atrativo para a vinda de imigrantes europeus ao país.

Ademais, este artigo analisará como a economia e a sociedade paranaense comportavam-se nesse período de mudanças, principalmente porque as principais produções econômicas da província naquele período absorviam apenas uma baixa quantidade de trabalhadores. A partir da análise desses elementos, iremos propor que a carta enviada às Câmaras Municipais do Paraná sobre a Abolição da escravidão no Império não tinha como objetivo ser referente apenas aos libertos pela lei, mas a toda uma massa de trabalhadores, principalmente aos que não tinham uma ocupação.

Projeto desescravizador e a criação do mercado de trabalho livre.

Durante a segunda metade do século XIX setores da sociedade brasileira empreenderam discussões intensas sobre a escravidão e seu fim. O tráfico atlântico havia sido abolido em 1850, mas este ato não era visto como necessariamente uma motivação para o fim da escravidão no Império, pois tinham como exemplo os Estados Unidos da América, onde o contingente populacional de escravos recrudesceu e alcançou seu auge depois que a vinda de novos escravos africanos havia sido proibida. Nas décadas de 1870 e 1880 foram iniciados os primeiros projetos com objetivo de supressão do “elemento servil”. O principal receio encontrado pelos parlamentares era que a libertação dos cativos executada por uma legislação poderia ocasionar uma crise nas atividades econômicas empreendidas no país. Considerando esses fatores, as discussões do projeto desescravizador foram realizadas em conjunto com a análise das possibilidades para a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre.

O primeiro estudo que tinha por objetivo a criação de um projeto desescravizador foi realizado em 1864 pelo senador José Antônio Pimenta Bueno por encomenda de d. Pedro II e tinha como principal ação a

libertação dos filhos de escravas após o pagamento de um tempo de serviço por parte deste indivíduo². Este projeto não chegou nem as discussões dos parlamentares, sendo adiado e voltando a pauta somente em 1870, quando Barão do Rio Branco apresenta uma proposta de lei nas duas casas legislativas, mas também encontrou resistência por parte dos parlamentares. Um dos principais pontos de desacordo entre os parlamentares foi referente ao prejuízo que as emancipações poderiam ocasionar aos proprietários, sendo o pagamento de indenização uma das medidas encontradas como forma minimizar este descontentamento. Outro fator discutido e necessário para conseguir a aprovação da legislação foi que com ela a escravidão acabaria de forma gradual, sendo possível constatar no seguinte trecho no relatório apresentado a Câmara sobre a lei:

Preferiu, todavia, as regras estabelecidas no sistema progressivo, que também foi adotado pela minoria da comissão presidida pelo duque de Broglie que quando em 1843 apresentou o projeto de lei sobre a abolição da escravidão nas colônias francesas.

Consultado a necessidade de atender, não só ao futuro como ao presente, a comissão procurou indicar medidas que, extinguindo gradualmente a escravidão para a futura geração, facilitassem também à geração atual os meios mais apropriados às nossas circunstâncias, para que sem abalo possamos regular um modo lento mas eficaz a extinção do elemento servil no Império.³

A lei nº 2.040, conhecida como Lei do Ventre-Livre⁴ foi promulgada em 28 de setembro de 1871 e tinha como principal proposta à libertação do ventre das escravas, ou seja, os filhos destas seriam considerados livres. Esta libertação ainda estava ligada a escolha do proprietário, que poderia optar ou entre a libertação dos ingênuos tutelados aos 8 anos de idade, sendo que o senhor receberia indenização de 600\$000 réis e o estado faria o encaminhamento desta criança, ou poderia optar por manter o indivíduo sob sua tutela até os 21 anos, usufruindo do seu trabalho e libertá-lo nesta idade, neste caso sem indenização.

A libertação dos filhos das escravas não foi a única medida adotada pela lei. No Relatório sobre o Elemento Servil, citado anteriormente, é apontado uma dificuldade de mensurar o tamanho do contingente de escravos dentro do Império, visto que as estimativas eram realizadas através de documentos diversos produzidos pelas províncias, sem uma padronização de dados, que dificultava a análise dos números totais. O próprio relatório apontava a existência de 1.191.128⁵ cativos no país em 1870, sendo que muitos dos documentos utilizados para chegar a este número já estavam defasados. Por esta razão uma das medidas

² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e o caminho da abolição no Brasil.** Campinas: Editora UNICAMP. 1999. p. 278.

³ BRASIL. **Parecer sobre o projeto de lei do elemento servil apresentado a Câmara dos Deputados,** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 19. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227359>> Acesso em 13 jul. 2022.

⁴ BRASIL, Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871, Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** - 1871. Vol. 1 pt. I.. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185618>> Acesso em 13 jul. 2022.

⁵ BRASIL. **Parecer...** p. 36.

propostas na lei de 1871 foi a criação da Matrícula de Escravos, onde constariam informações sobre os cativos. Desta forma seria possível, a partir dessas informações, estudar e propor medidas mais específicas sobre a escravidão em determinados locais, já que o mercado interno de compra e venda de escravos via um recrudescimento após o fim do tráfico atlântico.

Outra proposta dos parlamentares incluída na legislação foi sobre a criação de um Fundo de Emancipação. O dinheiro utilizado para a compra das cartas de liberdade seria proveniente de impostos sobre compra e venda de escravos, doações particulares e de uma porcentagem da arrecadação de loterias criadas pelo Império. A proposta é que esta compra de liberdade fosse realizada a partir de uma lista de prioridades, sendo escolhidos critérios específicos sobre os escravos que ficariam nas maiores posições. A lei também propunha que escravos poderiam, através de pecúlio, compra da sua própria liberdade se esta fosse autorizada pelo proprietário. Esta ação foi considerada no Relatório com “eminentemente civilizadora, infundindo amor ao trabalho e os hábitos de economia, deve auxiliar poderosamente ao fim desejado”⁶, ou seja, ela não era apenas uma proposta para a libertação de escravos, mas, na visão dos deputados, uma possibilidade de ensinar a estes indivíduos a importância do trabalho, o que poderia evitar uma crise nas atividades econômicas do Império. A libertação dos cativos pertencentes ao governo e a regulamentação das sociedades emancipacionistas foram às outras duas propostas apresentadas pela lei.

A liberdade gradual dos cativos foi a principal motivação da aceitação da lei por parte dos parlamentares das duas casas legislativas. Os efeitos desta legislação sobre os filhos de escravas seriam sentidos somente após 8 anos da sua promulgação, logo não seria algo imediato, podendo neste tempo propor novas medidas a serem tomadas para o fim da escravidão. Com esta legislação, os laços entre libertos e seus antigos proprietários era mantida, principalmente porque a decisão da liberdade, mesmo que feita por medida legal, passava pelo crivo do proprietário. Esta situação seria necessária para manter esses indivíduos em suas atividades, como uma forma de pagamento pela liberdade oferecida pelo senhor.

Ademir Gebara argumenta que “O que estava em jogo com a aprovação dessa lei não era somente a observância de seu texto ao nível de querela jurídica: era sim, fundamentalmente, a formação de uma política de desescravização e organização do mercado de trabalho livre.”⁷, ou seja, a lei de 1871 foi o início não somente do projeto de desescravização, mas também da formação de um mercado de trabalho livre para substituir a mão de obra escrava. O historiador também aponta que a legislação não pretendia acabar com a escravidão, mas manter o sistema escravista estável em um momento que a escravidão começava a ser questionada e com o início das manifestações de grupos abolicionistas⁸.

⁶ Ibid., p. 27.

⁷ GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 61.

⁸ Ibid., p. 67.

Após o início do projeto desescravizador, iniciam-se as discussões sobre uma legislação que inicia a transição para o trabalho livre. A primeira legislação que tinha por objetivo uma organização do trabalho era datada de 1830, mas, com as mudanças que estavam ocorrendo no Império na segunda metade do século XIX, fez-se necessária uma nova legislação. No final da década de 1870 começaram estudos para a substituição dos trabalhadores escravos por trabalhadores chineses. Esta proposta foi coordenada pelo Ministro da Agricultura e Presidente do Conselho de Ministros Cansanção Sinimbu, que em 1878 liderou uma missão diplomática à China com outros parlamentares que visavam viabilizar a vinda desses trabalhadores ao Brasil. Esta missão considerava os trabalhadores chineses como um intermediário entre o trabalhador escravo e o trabalhador livre. Os principais apoiadores da ideia, como Sinimbu e Moreira de Barros, tinham relações com os fazendeiros de café de São Paulo, que percebiam na proposta a representação dos seus interesses, principalmente em relação a expansão das plantações⁹. A proposta não foi seguida, pois os trabalhadores chineses não eram vistos como capacitados para esta transição, sendo cogitado que esses trabalhadores iriam exercer as suas funções em um estado de semi-escravidão.

Diferentemente dos chineses, os europeus eram considerados uma mão de obra desejada para substituir os escravos de origem e descendentes de África. Os parlamentares não analisavam somente a capacidade para o trabalho, mas consideravam que estes indivíduos trariam ao país uma “elevação moral” de toda a sociedade. Pensando em atrair esses imigrantes ao Brasil foi promulgada em 15 de março de 1879 o Decreto nº 2.827. Conhecida também como Lei de Locação de Serviços a legislação tinha por objetivo organizar e padronizar os contratos celebrados entre trabalhadores e empregadores, criando garantias as duas partes desta negociação.

Para aderir a estes contratos, o trabalhador deveria ser maior de 21 anos, ou, quando menor de idade, estar acompanhado dos responsáveis. Deveriam ser firmados em escrituras públicas os contratos que durariam de três a seis anos se o trabalhador fosse brasileiro. Se o trabalhador fosse estrangeiro o contrato não poderia exceder cinco anos e existia a possibilidade destes serem realizados no país de origem do trabalhador, sendo necessário a autenticação pelo consulado brasileiro. Os recém-libertos estavam sob as normas da lei de 1871 durante cinco anos após a libertação, não sendo possível realizarem os contratos propostos pela lei durante este período. A lei é dividida entre serviços agrícolas e pecuários, descrevendo cada uma de suas atribuições.¹⁰

O contrato realizado com estrangeiros pode ser considerado o principal aspecto deste decreto, pois pretendiam tornar a migração mais atrativa e segura. O não cumprimento de uma das partes poderia levar a

⁹ LAMOUNIER, Maria Lúcia, O trabalho sob contrato: a Lei de 1879: **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, p. 101–124, 1986, p. 118.

¹⁰ BRASIL, Decreto nº 2.827 de 15 de março de 1879, Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879**, 11 Vol. 1 pt. I. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2827-15-marco-1879-547285-publicacaooriginal-62001-pl.html>> Acesso em 13 jul. 2022.

quebra de contrato. Quando o trabalhador era estrangeiro a rescisão poderia ser realizada após um mês de trabalho e após o pagamento da dívida pela vinda ao país, que geralmente eram custeadas pelo empregador. Gebara argumenta que a promulgação e discussão para a realização deste decreto demonstram a importância que esse tipo de projeto tinha naquele momento pois, mesmo que não tenha sido aderido por uma parcela dos trabalhadores, a sua existência demonstra a necessidade da mão de obra livre em um momento que a escravidão começava a demonstrar abalos em sua estrutura que poderiam levar ao seu fim em um período próximo.

O último projeto de desescravização foi a promulgação da Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários¹¹. As discussões para a promulgação da lei foram intensas, sendo muitas vezes interpretada por opositores abolicionistas como uma postergação da abolição definitiva, mas que foi a continuidade do projeto desescravizador iniciado em 1871. Apesar de ser conhecida como lei dos sexagenários, a lei tinha como principal objetivo regulamentar a Matrícula de Escravos iniciada com a Lei do Ventre Livre. Ao reorganizar e atribuir novos valores máximos aos indivíduos escravos em uma divisão etária, a lei exclui-a desta tabela os indivíduos acima dos 60 anos, sendo a disposição sobre a libertação desses indivíduos dispostas a seguir no texto da lei.

Essas legislações podem ser entendidas em conjunto, pois elas tiveram o objetivo de levar a uma abolição gradual da escravidão no Império com as devidas preocupações sobre os trabalhadores que iriam ocupar os espaços dos ex-escravos em ofícios necessários para a manutenção das atividades econômicas. Foram propostos mecanismos que retardassem ao máximo uma abolição geral, chegando ao ponto de que próximo a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888 o número de escravos no Império já havia diminuído em relação aos períodos anteriores. Logo, mesmo que essas legislações não tivessem alcançado os objetivos exatamente na sua forma proposta, elas tiveram importância na diminuição no número de cativos e ocasionar o fim da escravidão de forma “organizada”.

Economia paranaense e o trabalho.

A produção do café no Vale do Paraíba, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, foi a principal atividade econômica do Império durante o século XIX. O Paraná, que teve sua emancipação política em 1853, por causa de sua proximidade e laços com São Paulo, teve suas atividades econômicas, trabalho e escravidão fortemente influenciados pela província vizinha. Os dois principais produtos comercializados pelo Paraná,

¹¹ BRASIL, Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, Regula a extinção gradual do elemento servil, **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1885**, Vol. 1 pt. I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm> Acesso em 13 jul. 2022.

que tiveram seu início antes da emancipação política da província, foram a produção de erva mate e a criação de animais, entre muares e gado.

A erva mate foi o principal produto paranaense exportado durante o século XIX. As origens desta indústria podem ser remetidas a 1722 quando houve uma autorização régia do comércio deste produto com a região Platina. Esta autorização foi concedida pelas possibilidades que este comércio poderia causar na região. Magnus Pereira aponta que as vilas rurais fundadas na região “tendiam a regredir à pura autossubsistência e a praticar o escambo para a obtenção de alguns produtos europeus”¹², logo, o fomento a uma atividade econômica era necessária para um desenvolvimento daquelas localidades. A partir da criação de tecnologias que aperfeiçoaram os processos fabricons, no início do século XIX, e em conjunto com a proibição de comércio com a Argentina imposta pelo Paraguai, principal produtor de erva mate, fizeram o valor e a procura do mate paranaense aumentar, tornando-se em poucos anos o principal produto exportado pela província.¹³

A produção ervateira Paranaense era realizada principalmente no Litoral e na região de Curitiba, onde ficavam as principais indústrias que beneficiavam a erva. A produção do mate era baseada em duas etapas: a colheita e o beneficiamento. A primeira delas, a colheita, era realizada de forma sazonal por trabalhadores autônomos, em florestas e ervais, dado a facilidade de encontro desta erva naturalmente. Logo o trabalho era somente extrativista. A segunda parte do processo, o beneficiamento, no início do século XIX era realizado todo de forma manual, desde a torra, pilagem e embalagem. Com o desenvolvimento tecnológico e a introdução primeiramente das rodas d'água e posteriormente máquinas à vapor fez com que o número de trabalhadores nessa indústria diminuísse. Magnus Pereira aponta que com a introdução desses novos mecanismos o trabalho na indústria do mate foi afetado. O autor cita, por exemplo, que o valor pago aos trabalhadores variava conforme o seu ofício. Enquanto trabalhadores responsáveis pelas máquinas de pilagem ganhavam por tempo de serviço, que com a modernização começou a ser ditado pelo tempo da máquina, os trabalhadores responsáveis pela embalagem ganhavam por unidades, pois o tempo neste ofício era administrado pelo trabalhador, que poderia fazer um maior ou menor número de embalagens conforme a sua disposição¹⁴. Os escravos estavam inseridos nessa produção. Antes da modernização eram responsáveis pelos processos de beneficiamento, mas, com a modernização, foram transferidos para a colheita do mate.

A pecuária, seja de gado ou de muares, foi desenvolvida principalmente nos Campos Gerais e nos Campos de Guarapuava. A região do Paraná desde o século XVIII era local de passagem dos animais criados no Rio Grande do Sul e vendidos em São Paulo. Com a abertura do Caminho de Viamão, que ia do

¹² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). 2^a ed. Curitiba: Editora UFPR, 2021. p. 52.

¹³ WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **História do Paraná – Volume 1.** Curitiba: GRAFIPAR. 1969. p. 136.

¹⁴ PEREIRA, op. cit., p. 86-87.

Rio Grande do Sul até a Feira de Sorocaba, uma das maiores do período colonial, o trajeto foi facilitado. Neste período as fazendas de engorda, denominadas invernadas, eram o último ponto de parada antes do destino final. Os proprietários dessas fazendas alugavam o espaço para os tropeiros, logo, além de ser uma atividade econômica sem riscos, a mão de obra utilizada era pouca, sendo principalmente realizada por alguns agregados que tinham funções de vigilância e uma produção agrícola de subsistência. Na segunda metade do século XIX, com o declínio da Feira de Sorocaba, o mercado de muares sofre uma diminuição na demanda por esses animais. Os números de animais comercializados, que na década de 1860 chegavam a 100.000, e no final do século estagnou em 5.000 ao ano¹⁵. Esta queda foi responsável pela desagregação da sociedade campeira paranaense, onde os indivíduos responsáveis por esta criação saíram do campo para as cidades em busca de trabalho.

Essas atividades econômicas supracitadas eram as principais atividades empreendidas no Paraná e esta situação era considerado por alguns como um risco a economia paranaense, pois, havendo alguma crise na demanda de algumas delas, a província não poderia recorrer as outras atividades. Uma das críticas empreendidas por políticos locais era relativa a baixa produção de outros gêneros alimentícios. Os lucros e a facilidade de produção e criação fizeram com que o mate e o gado fossem mais explorados. As produções alimentícias eram feitas por poucos produtores, fazendo com que a província tivesse que comprar estes produtos de outros lugares. Isso fica demonstrado nas legislações municipais que controlavam a venda de gêneros agrícolas, que tinham por função proteger e manter esses produtos no mercado local, evitando sua venda em outras províncias¹⁶.

A escravidão esteve presente como forma de mão de obra desde as primeiras explorações da região. Em 1872 é publicado o primeiro grande recenseamento do Império, nele podemos analisar a quantidade de escravos presentes na província em relação aos outros indivíduos. O Paraná, naquele período, tinha 126.722 habitantes, dos quais 10.560 (8,33%) eram escravos¹⁷.

¹⁵ BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, op. cit., p. 152.

¹⁶ PEREIRA, op. cit., p. 56.

¹⁷ BRASIL, Recenseamento Geral do Brasil, 1872, v. 9. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> > Acesso em 15 nov 2022.

Tabela 1: População do Paraná em relação a ofícios e profissões - 1872

	Livres	Estrangeiros	Escravos	total
Trabalhadores liberais ¹⁸	731	106	10	847
Militares, Marítimos e Pescadores	692	102	20	814
Capitalistas e Proprietários	43	1	-	44
Industriários e Comerciantes ¹⁹	2.325	376	-	2701
Profissões manuais ou mecânicas ²⁰	2.963	544	356	3863
Lavradores	35.285	1.093	3.167	39545
Criadores	80	-	-	80
Criados, Jornaleiros e Serviços domésticos	16.035	616	4.693	21344
Sem Profissão	53.124	267	2.314	55705
Total	112.535	3.627	10.560	126722

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil 1872 v. 9 Paraná. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>> Acesso em 5 nov. 2021

Neste censo podemos observar algumas questões importantes para a nossa análise, que serão essenciais para entender a posição da população paranaense em relação a alocação de mão de obra. É observado que a maior parte da população eram lavradores (31,2%), criados e jornaleiros (16,84%) e sem profissão (43,95%). Os serviços especializados somados equivalem a apenas 6,58% da população.

Proporcionalmente o número de lavradores livres e escravos eram parecidos²¹ (31,35% e 29,99% respectivamente), mas, em relação aos jornaleiros e serventes, o número de escravos com esta ocupação era maior (14,24% para 44,44% respectivamente). O contrário ocorria entre os sem profissões, enquanto os escravos nesta situação eram somente 21,91% do total de cativos da província, entre os livres nesta situação somavam 47,20%, ou seja, entre a população livre, quase metade dos indivíduos não tinham profissão. Esta categoria de “sem profissão” compreendia indivíduos que não estavam em idade produtiva, como crianças, idosos e também aqueles sustentados por uma pessoa em específico. Diego Bissigo aponta para a hipótese deste grupo conter indivíduos que ao responder o senso não apontavam esta característica, sendo esta lacuna

¹⁸ Trabalhadores Liberais: Religiosos (seculares e regulares); Juristas (juízes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça); Médicos; Cirurgiões; Farmacêuticos; Professores e homens de letras Empregados públicos; Artistas.

¹⁹ Industriários e Comerciantes: Manufatura e Fabricantes; Comerciantes, Guarda Livros e Caiqueiros.

²⁰ Profissões manuais ou mecânicas: Costureiras; Operários (em metais; em madeira; em tecido; de edificações; em couros e peles; em tinturarias; de vestuário; de chapéus e de calçados)

²¹ Excluindo os trabalhadores estrangeiros.

preenchida como “sem profissão”²². Mesmo quando comparamos os números da categoria de “sem profissão” com outras províncias como São Paulo (32,07%), Santa Catarina (40,24%) e Rio Grande do Sul (32,49%)²³ o Paraná mantinha uma proporção maior da população inserida neste grupo. Isso corrobora com a tese apresentada por Magnus Pereira de que no Paraná não tinham ocupações específicas para escravos e libertos, podendo eles trabalharem lado a lado em ofícios como o beneficiamento do Mate, construção civil, cuidados do gado e agricultura²⁴.

Esta tabela nos apresenta informações importantes sobre os estrangeiros que haviam migrado para o Paraná. Este recenseamento foi realizado antes da promulgação da lei de 1879, que, como vimos anteriormente, tinha por objetivo fazer a imigração mais atrativa ao Brasil. O número de imigrantes no Paraná naquele momento era de 3.627, sendo 2,86% da população da província. Ao comparar com os números de Santa Catarina, que tinha 15.974 sendo 11,10% da população total de 143.828 habitantes, e Rio Grande do Sul, que tinha 41.562 sendo 9,55% da população total de 434.813 habitantes, percebemos que esses indivíduos estavam em menor quantidade no Paraná²⁵. Com estes dados podemos verificar que apesar da população total paranaense ser numericamente próxima da catarinense, o número de estrangeiros era menor. Esse dado foi considerado importante pelo governo provincial, que criou frentes de trabalho para a vinda de trabalhadores europeus como uma substituição das classes baixas, visto que os costumes dos paranaenses pobres eram vistos como “bárbaros”, devendo ser esquecidos²⁶. Em suma, a imigração foi fomentada no Paraná com o objetivo de ser uma substituição de uma classe baixa de não-morigerados, onde estavam inseridos livres e libertos pobres, com costumes considerados inferiores pela elite dominante, por uma classe baixa morigerada, que seriam europeus também pobres, mas, por causa de suas características raciais, teriam uma moral elevada que beneficiaria toda a sociedade em eliminar os costumes inferiores. Logo, mesmo após a abolição, os libertos não eram vistos como cidadãos de forma plena, pois ainda eram mantidos os estigmas de não-morigerados e da escravidão nesta população.

O crescimento do número de imigrantes abalou a frágil economia paranaense, pois se com um baixo contingente populacional já existia uma certa dificuldade na absorção de trabalhadores, com a vinda de um grande contingente populacional cria-se uma desestabilização da oferta de trabalho nas cidades. Eduardo Spiller Pena aponta que com a chegada dos europeus e o aumento da oferta ocasionaram uma diminuição no valor dos serviços que, em conjunto com o elevado custo de vida na província, ocasionado

²² BISSIGO, Diego Nones. Das listas de família ao Recenseamento do Império: a produção da “legibilidade” da população no senso de 1872. In: Seminário Internacional Brasil no século XIX, 1., 2015, Vitória. *Anais* [...]. Niterói: Sociedade de Estudos Oitocentos.. 2015. p.10-11.

²³ Recenseamento Geral do Brazil 1872 São Paulo; Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>> Acesso em 5 nov. 2022.

²⁴ PEREIRA, op. cit., p. 96.

²⁵ BRASIL Recenseamento do Brazil em 1872. vol 11 -, disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>. acesso em: 15 nov. 2022.

²⁶ PEREIRA, op. cit., p. 143.

principalmente pela maior parte dos produtos terem de ser importados de outras localidades, fizeram com que trabalhadores estrangeiros e nacionais, cativos e libertos e até mesmo livres, tivessem que concorrer por serviços de menor valor agregado, como o trabalho doméstico²⁷.

Se compararmos essas características sobre o trabalho com a forma de produção de bens na província podemos percebemos que os dois principais produtos, a erva-mate e a pecuária, não tinham capacidade de absorção desses trabalhadores. Isso se deve ao fato de que a quantidade de mão de obra necessária para essas produções era pouca. A erva-mate era colhida facilmente sendo esse também o motivo do pouco empenho em outras formas de agricultura e o seu beneficiamento, pois com o emprego de tecnologia de máquinas a vapor e hidráulicas, a indústria ervateira não necessitavam de um grande número de trabalhadores²⁸.

A escravidão no Paraná neste contexto estava ligada diretamente com os fatores econômicos apresentados. A falta de alocação de serviços para os habitantes, principalmente pelo formato da economia da província, ocasionou na participação de trabalhadores livres e escravos em ofícios iguais. Esse também é uma das explicações da baixa imigração de estrangeiros neste período na região. Enquanto Rio Grande do Sul e Santa Catarina já tinha um grande contingente de trabalhadores europeus instalados e produzindo, no Paraná a quantidade era menor e estavam trabalhando exclusivamente na produção agrícola. Com o aumento da produção cafeeira em São Paulo, o Paraná perde um grande número de escravos. Mesmo com a criação de barreiras, como o aumento do imposto sobre o comércio de escravos, que ficou maior que o imposto sobre animais, a transferência dessa mão de obra para a província vizinha foi inevitável.

A notícia da abolição no Paraná e sua ligação com a questão do trabalho.

Mesmo com a espera pela notícia da abolição da escravidão tendo chegado do Rio de Janeiro ao Paraná no dia 13 de maio, foi necessário um comunicado oficial as cidades da província. Em 22 de maio de 1888, José Cesário de Miranda Ribeiro, o então recém-empossado presidente da província envia uma carta as Câmaras Municipais informando sobre o fim da escravidão no Império. Diferente da própria Lei Áurea, que tinha somente dois artigos curtos, esta correspondência nos apresenta uma interpretação de José Cesário Ribeiro sobre a legislação promulgada:

²⁷ PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. **História: questões e debates APAH.** Ano 9, n. 16. p. 83-103. Jul 1988. p. 88.

²⁸ LAGO, Luiz A. Corrêa do, **Da escravidão ao trabalho livre:** Brasil, 1550-1900, São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2014, p. 412.

Circular

Transmitindo a V. S^a Lei nº3353 de 13 do corrente, que declara extinta a escravidão no Brasil, bem como o aviso circular do ministério da agricultura da mesma data, recomendando a sua pronta execução, convém que vossa senhoria conforme consta do citado artigo, faça sentir a população que, pelo uso útil da liberdade espera o Governo que os recém libertos se mostrem dignos da condição de cidadãos a que acabam de ser chamados, e que a liberdade, a troca dos direitos que confere, impõe deveres necessários a boa ordem social que a melhor de todas as aplicações que os novos cidadãos podem fazer a sua atual condição e o emprego da sua atividade, legitimamente retribuída, ou diretamente pelo trabalho em si mesmo ou por meio de acordo livremente celebrados.

Deus guarde a vossa senhoria

José Cesário de Miranda Ribeiro²⁹

Este documento, apesar das poucas palavras, pode nos apresentar uma síntese interessante que levam em conta os acontecimentos do império, com relação a escravidão e da província do Paraná, com relação à economia e o trabalho. Sobre a escravidão, o presidente informa que a lei deve ser cumprida imediatamente e que agora o governo espera que os libertos “mostrem dignos da condição de cidadãos”. Ao escrever sobre os deveres e a necessidade de manter a ordem social podemos remeter isso as preocupações dos proprietários e dos governantes com uma abolição abrupta. As Leis de 1871 e 1885 tinham o objetivo de serem gradualistas por esse motivo. Uma crise na ordem social neste momento poderia ter grandes efeitos na economia. A pressão do movimento abolicionista, que organizaram uma boa parcela da sociedade brasileira, associada com as fugas como forma de protesto pelo cativeiro teve efeitos importantes nas promulgações dessas leis. Mesmo o Paraná sendo uma província com um contingente de escravos em pleno declínio esses movimentos tiveram participação e importância na sociedade daquele período.

Em um segundo momento o presidente informa que a melhor maneira de se manter essa ordem social e mostrar “dignidade” na condição recém-adquirida é pelo trabalho. Neste momento o autor da carta informa da necessidade de que “acordos livremente celebrados” entre patrão e os trabalhadores seria uma das alternativas para alcançar esta “dignidade”. A lei de Locação de Serviços ainda estava vigente e só seria substituída na década seguinte, logo estes contratos ainda poderiam ser realizados e nesta carta é apresentado um incentivo a esta realização. Essa parte não demonstra somente a preocupação do governo, na figura de José Cesário Ribeiro, com o contingente de escravos que agora seriam libertos, mas sim uma preocupação com a própria economia da provincial. Antes a lei de locação de serviços era somente para os trabalhadores livres e estrangeiros, com a abolição os libertos poderiam se utilizar dela, talvez esse o motivo da sua substituição posterior.

Ao analisarmos isso em conjunto com a economia local podemos entender que a mensagem contida na correspondência não é somente para os libertos, mas para um grande contingente populacional que não

²⁹ Correspondência informando sobre a abolição da escravidão, 1888. Centro de Documentação e Memória de Guarapuava - CEDOC/G

tinha sua mão de obra absorvida pelos empregos disponíveis na província, pois, levando como base o recenseamento de 1872, somente 21,91% dos escravos não tinham ocupação, sendo somente 1,82% da população total, que contrasta muito com os 43,95% dos trabalhadores livres sem ofício.

Algumas conclusões.

O Império do Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. O dia seguinte a este ato o foi de mais incertezas do que objetivos definidos. Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, cria-se uma necessidade de transformação nas relações de trabalho, passando da utilização trabalho escravo para a utilização do trabalho livre. Tentou-se cogitar a utilização de um tipo de trabalho como provisório para este fim, com a imigração chinesa, mas que não foi levado adiante por causa dos receios da inserção destes indivíduos no Império. Posteriormente em 1879 foi criada uma lei que organizava o trabalho livre no país para ser um atrativo a imigração europeia, como uma substituição aos trabalhadores negros e escravizados.

Neste contexto a economia Paranaense tinha singularidades próprias. Os bens produzidos pela província, erva-mate e pecuária, tinham uma baixa absorção da mão de obra, o que colocavam trabalhadores livres e escravos em funções similares. Ademais a produção era muito inferior as importações realizadas, o que causava um déficit na economia. Com as legislações emancipacionistas e o crescimento da economia cafeeira paulista o número de escravos no Paraná tem um declínio, mesmo com medidas protetivas do governo. A vinda de imigrantes era esperada como uma substituição as classes baixas da província, mas, com a vinda desses indivíduos, a concorrência de mão de obra é acirrada, o que leva a indivíduos livres, libertos e estrangeiros concorrerem por ocupações mais baixas e com salários menores, ocasionado pelo grande número de mão de obra disponível na província. Com a chegada da abolição da escravidão esses problemas têm um aumento com a criação de um novo contingente de trabalhadores libertos para competir com os trabalhadores livres. Podemos analisar esses fatores em conjunto, que apresentam a nós uma melhor visão do período e os efeitos locais dessas ações.

Estudos mais recentes analisam as organizações de ajuda mutua no pós-abolição, como o Club 13 de Maio, fundada em Curitiba ainda em 1888, apontam que dentre os seus objetivos estavam a melhorias ligadas a questões trabalhistas dos seus envolvidos³⁰. Outra sociedade, fundada anteriormente à abolição, foi a Sociedade Protetora dos Operários que tinha a participação de trabalhadores brancos e negros,

³⁰ FABRIS, Pamela Beltramin; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná Insurgente: Histórias e lutas sociais – Séculos XVIII e XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

inclusive com indivíduos participando dos dois grupos³¹. Esses trabalhos nos apontam que após o fim da escravidão a busca por direitos e principalmente por cidadania desses indivíduos não cessou, tendo apenas uma mudança de foco.

Referências

BRASIL. **Parecer sobre o projeto de lei do elemento servil apresentado a Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 19. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227359>>

BRASIL, Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871, Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. - 1871. Vol. 1 pt. I.. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185618>>

BRASIL, **Recenseamento do Brazil em 1872**. v. 9 e 11 -, disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>.

BRASIL, Decreto nº 2.827 de 15 de março de 1879, Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços. **Coleção de Leis do Império do Brasil** – 1879, 11 Vol. 1 pt. I. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2827-15-marco-1879-547285-publicacaooriginal-62001-pl.html>>

BRASIL, Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, Regula a extinção gradual do elemento servil, **Coleção de Leis do Império do Brasil** – 1885, Vol. 1 pt. I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm> Acesso em 13 jul. 2022.

Correspondência informando sobre a abolição da escravidão, 1888. Centro de Documentação e Memória de Guarapuava - CEDOC/G

Bibliografia:

BISSIGO, Diego Nones. Das listas de família ao Recenseamento do Império: a produção da “legibilidade” da população no senso de 1872. In: Seminário Internacional Brasil no século XIX, 1., 2015, Vitória. **Anais** [...]. Niterói: Sociedade de Estudos Oitocentos.. 2015

³¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; FABRIS, Pamela Beltramin, Os trabalhadores tem cor: militância operária na Curitiba do pós-abolição. In: RIBEIRO, Luiz Carlos; GRUNER, Clóvis (org.). **Utopias e experiências operárias**: ecos da greve de 1917. São Paulo: Editora Intermeios. 2019.

FABRIS, Pamela Beltramin; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná Insurgente: Histórias e lutas sociais – Séculos XVIII e XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986

LAGO, Luiz A. Corrêa do, Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 155--10--, São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2014, p. 412.

LAMOUNIER, Maria Lúcia, O trabalho sob contrato: a Lei de 1879: **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, p. 101–124, 1986

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e o caminho da abolição no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP. 1999.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; FABRIS, Pamela Beltramin, Os trabalhadores tem cor: militância operária na Curitiba do pós-abolição. In: RIBEIRO, Luiz Carlos; GRUNER, Clóvis (org.). **Utopias e experiências operárias: ecos da greve de 1917**. São Paulo: Editora Intermeios. 2019.

PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. **História: questões e debates APAH**. Ano 9, n. 16. p. 83-103. Jul 1988. p. 88.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. 2^a ed. Curitiba: Editora UFPR, 2021

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **História do Paraná – Volume 1**. Curitiba: GRAFIPAR. 1969

Recebido em 28/11/22 aceito para publicação em 30/01/23.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Memória, esquecimento e cidadania: Ressignificando “Água pro Morro”¹

Memory, forgetfulness and citizenship: Resignifying “Água pro Morro”

Nathaly de Moraes Dias²

“Negro tem que ter nome e sobrenome,
senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles”.

Lélia Gonzalez

Resumo: Neste artigo abordaremos o processo de ressignificação da escultura *Água pro Morro*, suscitado por um grupo de mulheres negras da cidade de Curitiba, após a obra ser pejorativamente denominada “Maria Lata d’Água”. Primeiro, identificaremos a escultura, sua localização na cidade e sua confecção por parte do escultor Erbo Stenzel. Depois, será averiguada a colocação da escultura na cidade e a problemática de sua nomeação. Por fim, investigaremos as experiências destas mulheres e, em especial, da artista plástica Eliana Brasil ao ressignificar a obra. A metodologia utilizada, além de consulta em algumas fontes escritas, foi a da História Oral, por meio de entrevista feita com a artista. Como referencial de abordagem, utilizaremos as reflexões de Maria Célia Paoli sobre patrimônio e memória e sua relação com o exercício da cidadania bem como as formulações de Johann Michel sobre a “política de esquecimento”.

Palavras-chave: ressignificação, memória, cidadania.

Abstract: In this article we will approach the process of resignification of the sculpture *Água pro Morro*, raised by a group of black women from the city of Curitiba, after the work was pejoratively called “Maria Lata d’Água”. First, we will identify the sculpture, its location in the city and its making by the sculptor Erbo Stenzel. Afterwards, the placement of the sculpture in the city and the problem of its naming will be investigated. Finally, we will investigate the experiences of these women and, in particular, of the plastic artist Eliana Brasil in resignifying the work. The methodology used, in addition to consulting some written sources, was Oral History, through an interview with the artist. As an approach reference, we will use Maria Célia Paoli's reflections on heritage and memory and their relationship with the exercise of citizenship as well as Johann Michel's formulations on the “policy of forgetting”.

Key words: resignation, memory, citizenship

Uma mulher negra no centro de Curitiba

Passeando pelas ruas de Curitiba, percebemos uma abundância de placas, parques, bosques e ruas que homenageiam e eternizam figuras que foram importantes na história da cidade. Vários bustos também

¹ Esta pesquisa foi orientada pela Prof^a Dra. Roseli Boschilia e desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “AfroCuritiba - Passeios pela história e memória da presença negra na cidade”, coordenado pela Prof^a Dra. Joseli Nunes Mendonça, vinculado à Universidade Federal do Paraná.

² Graduanda do 7º período do Curso de História - Licenciatura pela Universidade Federal do Paraná.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

homenageiam pessoas consideradas de destaque na cidade, como Lala Schneider, Lineu Ferreira do Amaral, Ildefonso Pereira Correia (Barão do Cerro Azul), Romário Martins, entre tantos outros. Esses monumentos têm em comum o fato de representarem pessoas brancas. A valorização desse grupo racial é evidenciada também pelas homenagens feitas por meio dos parques e memoriais da cidade, o famoso Bosque do Alemão, o Memorial da Imigração Polonesa e o Memorial Ucraniano.

Todavia, é importante destacar que ativistas negros estão constantemente denunciando o silenciamento da presença negra na cidade, que são propositalmente deixados de lado ou aos quais não é dada a devida atenção. Salvo algumas lembranças aos irmãos Rebouças e a placa homenageando a “Colônia Afro-Brasileira”, presente na Praça Santos Andrade, é raro encontrar referências à população negra de maneira valorizada, e mais raro ainda estas figuras receberem um espaço de destaque no meio urbano.

É com surpresa que na Praça Borges de Macedo, no centro da cidade, encontramos a escultura de uma mulher negra, representada em uma obra denominada *Água pro Morro*. A peça mostra a figura de uma mulher carregando um balde de água em sua cabeça, com a perna esquerda levantada à frente, o que direciona a leitura de uma pessoa que caminha na mesma direção (Imagem 1).



Imagen 1: Documento fotográfico da escultura “Água pro Morro”, 1944.
Acervo: Museu Oscar Niemeyer/ Museu Paranaense.

O encontro com a escultura de uma mulher negra causa certa surpresa e depois dúvida, pois não há qualquer menção ao que ela representa ou o porquê de estar ali. Uma rápida consulta ao inventário *Monumentos de Curitiba* informa que obra *Água pro Morro* foi esculpida em 1944 por Erbo Stenzel e sua

reprodução, que se encontra na praça, foi feita em 1996³. Mas o inventário não responde a todas as perguntas que o encontro com a obra suscita: quem é aquela mulher negra? Por que a escultura foi colocada na praça? Ou ainda: qual sua relação com a história do Paraná ou de Curitiba? O que podemos acessar é a informação sobre o fato de ter sido produzida pelo artista plástico Erbo Stenzel e foi colocada na praça em sua homenagem, visto que Stenzel teve um importante papel na história da arte do Paraná, especificamente de Curitiba, tendo participado de diversas edificações públicas.

O filho curitibano

Stenzel era filho de um casal de alemães e austriacos e nasceu na cidade de Curitiba em 1911. Sua carreira artística começou cedo; aos 12 anos já frequentava o atelier do pintor Frederico Lange de Morretes e logo conheceria o escultor paranaense João Turin, com quem aprimorou suas noções estéticas e de modelagem. Em 1938, apoiado por um grupo de artistas, recebeu uma subvenção de 350 mil réis do interventor Manoel Ribas para estudar na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro e, pedindo demissão do cargo de desenhista, no Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Paraná, em 1939 já frequentava as aulas do curso de Escultura Livre na ENBA⁴.

No Rio de Janeiro interessou-se pelos cursos de anatomia e modelagem, gravura e água-forte, recebeu diversas medalhas nos salões de exposições e produziu bustos de figuras importantes, como Getúlio Vargas e Ruy Barbosa. Enquanto estudante, Stenzel produziu a escultura *Acarajá*, figura de um indígena em tamanho real que lhe rendeu a medalha de ouro no “concurso de medalhas”, evento que a cada ano premiava alunos formados. Mas Stenzel desejava ganhar a viagem para o exterior concedido pelo Salão Nacional da Escola, e preocupou-se em produzir obras à altura; assim, em 1944 esculpiu *Água pro Morro* e, mesmo sem ganhar a viagem, recebeu o título *Hors Concours* pela obra.

Em 1949, o Governador Moisés Lupion, convidou Stenzel para ocupar a cadeira de modelagem e escultura, na Escola de Música e Belas Artes no Paraná, visto que seu antigo ocupante, João Turin, havia falecido⁵. Assim, o jovem escultor deixou seu cargo de assistente na cadeira de anatomia e fisiologia da ENBA e o trabalho como modelador na Faculdade Nacional de Arquitetura na Universidade do Brasil, pois o cargo oferecido em Curitiba somado à certeza de encomendas oficiais e um atelier próprio, o influenciaram a retornar para a capital paranaense já em 1950. Assim, na cidade de Curitiba, trabalhou no

³ MONUMENTOS de Curitiba. 1^a ed, Curitiba: Edições Guairacá, 2014. Disponível em: https://issuu.com/gehadhajar/docs/monumentos_de_curitiba_-1_ed?fbclid=IwAR2Y0W9NPNkr-SbF0bZAHKcUqiJiKWWUHb0mZUAY8n4K-k3KSXg8V82PkYU. Acesso em: 27 jul 2022, p. 91.

⁴ PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Programa Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense. Curitiba, FCC, 1995.

⁵ BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, vol. XV, nº 82, ago, 1988.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

Instituto de Educação, no Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná e participou de empreendimentos de obras públicas. Em 1953, por exemplo, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto colocou sob responsabilidade de Stenzel a construção de obras em comemoração aos 100 anos de emancipação do Estado do Paraná, que até 1853 fazia parte da província de São Paulo. Destaca-se, então, que Stenzel esteve presente em diversos círculos da sociedade e foi um artista importante para o estado do Paraná, sobretudo para Curitiba, e que contribuiu e muito com obras que podem ser vistas nos principais pontos da cidade⁶.

Ademais, Stenzel trabalhou na Escola de Música e Belas Artes até 1972, quando precisou ser afastado por licença em decorrência de uma paralisia que dificultava sua locomoção. A partir de então, permaneceu em lares de idosos até falecer em 1980, vítima de um acidente vascular, aos 69 anos de idade. Alguns jornais noticiaram que ele passou o final de sua vida lendo revistas e romances policiais e recebendo poucas visitas⁷.

Na metade da década de 1990, Stenzel seria homenageado com a colocação da escultura *Água pro Morro*, em praça pública, por iniciativa da Prefeitura de Curitiba.

Na história da arte local, Stenzel é bem conhecido, sobretudo porque os bustos produzidos por ele ocupam diversos espaços de Curitiba e sua vida está bem documentada em diversos órgãos públicos da cidade. Todavia, esta história não é de conhecimento público o que gera dúvida em quem observa a escultura *Água pro Morro*, na qual não há qualquer placa que traga se quer informações biográficas do escultor⁸. Além disso, mesmo verificando no inventário *Monumentos de Curitiba* e pesquisando sobre a escultura no *Google*, as respostas não eram suficientes para responder as dúvidas em relação à obra e, por isso, o que se tem a princípio é apenas a escultura de uma mulher negra carregando uma lata d'água.

É de se questionar, então, qual o significado quando a escultura de uma mulher negra é colocada em praça pública em uma cidade como Curitiba. A escultura é um bem público municipal e, posicionada no conjunto urbano da cidade, possui dimensões múltiplas de cultura e significados⁹ daqueles que caminham em seu entorno no dia a dia. Mas esta multiplicidade histórica e cultural está sendo transmitida e valorizada com esta obra? No simples fato de não oferecer nenhuma informação, chegamos em uma resposta negativa. Assim, a possibilidade de valorização cultural da população negra torna-se uma incógnita e isto porque toda obra artística, patrimônio ou monumento urbanístico possui um conteúdo e significado ideológico e ao

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Programa Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense. Curitiba, FCC, 1995.

⁷ *Jornal do Brasil* (RJ), 25 de julho de 1980; *Gazeta do Povo* 28 de julho de 1980.

⁸ Em sua inauguração, a escultura contava com uma placa, porém foi roubada e nunca recolocada.

⁹ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

adquiri-la e colocá-la na praça sem a menor preocupação, sobretudo com seu aspecto étnico, salta aos olhos o projeto empreendido pela prefeitura de Curitiba.

A cidade europeia

Entre 1995 e 1998 foi implementado pela prefeitura, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) em parceria com a Fundação Roberto Marinho e as Tintas Ipiranga e com a interveniência da Akzo Nobel Ltda¹⁰, o projeto “Cores da Cidade” que visava a revitalização dos conjuntos urbanísticos entre as ruas Riachuelo e Barão do Rio Branco. A ação tinha também o objetivo de conscientizar a população sobre a necessidade de conservação da cultura na cidade. Dois de seus objetivos foram “[...] contribuir para a valorização e fortalecimento dos referenciais culturais da população” e “promover a memória histórica da cidade por intermédio do reavivamento das ruas em questão”¹¹. Para finalizar o projeto, em um ato comemorativo, foi implementada a escultura *Água pro Morro*, na Praça Borges de Macedo, em março de 1996. O então prefeito Rafael Greca falava aos jornais da época que a escultura iria “enfeitar a praça”¹² e que o projeto e a escultura tinham o objetivo de “homenagear a volta da cor e do brilho ao casario do Centro e para homenagear a obra de Erbo Stenzel, um dos mais importantes artistas plásticos do Paraná”,¹³.

Após a morte de Stenzel, sua casa permaneceu com as obras e documentações sob os cuidados de familiares. Em seu porão os materiais do ateliê ocupavam o espaço ao lado da escultura que, quando transportada ao local, sofreu um acidente, tendo a cabeça separada do corpo e ambas as pernas despedaçadas. Em 1989, o acervo do escultor foi doado pela família a partir do interesse do Museu de Arte do Paraná, porém, dado seu estado crítico, a escultura foi levada ao Centro de Criatividade da Fundação Cultural de Curitiba e em 1995 foi restaurada pelo escultor Elvo Benito Damo a partir de fotos presentes no acervo de Stenzel, no Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense, que envolvia a Fundação e Cultural e empresas privadas¹⁴. Para ser colocada na Praça Borges de Macedo, uma réplica em bronze foi esculpida e posicionada sob um monolito de concreto, em seu entorno a escultura ainda conta com uma fonte projetada que totaliza 36 m².

¹⁰ Conforme decreto nº 508 de 1998 que dispõe sobre o projeto “Cores da Cidade de Curitiba - Fase II”. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1998/51/508/decreto-n-508-1998-dispoe-sobre-o-projeto-cores-da-cidade-curitiba-fase-ii-1998-08-05-versao-original>. Acesso em: 29 jun 2022.

¹¹ PROGRAMA de Ordenação da passagem da área central, eixo Riachuelo - Barão do Rio Branco. Prefeitura de Curitiba, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, 1996. Disponível em: <https://ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=596&idioma=1&liar=n%E3o>. Acesso em: 11 set 2021, p. 20.

¹² *Jornal do Estado*, 14 de maio de 1996.

¹³ *Jornal Indústria e Comércio*, 16 de maio de 1996.

¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Programa Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense. Curitiba, FCC, 1995.

Já na inauguração, o título original da obra foi oficialmente substituído e ambas, escultura e fonte, foram denominadas *Maria Lata d'Água*, como se vê no convite para o evento (Imagem 2):



Imagem 2: Cartão Postal da fonte “Maria Lata d’Água”, 1996. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná

Em um convite feito em nome do prefeito, a denominação adquire um caráter oficial e passa, de alguma forma, a nomear a mulher representada na escultura.

Assim, em uma cidade que é popularmente conhecida como “cidade europeia”, que supervaloriza a colonização europeia (italiana, polonesa e alemã, principalmente), a maneira como é intitulada a mulher negra parece reforçar o desrespeito com que a população negra foi sempre tratada¹⁵. Assim, a relação de Curitiba com seu passado negro é desrespeitosa.

Mas a presença da população negra de Curitiba é forte e sua atuação sempre foi marcante. Só para citar fatos mais recentes, podemos lembrar que a cidade conta com diversos espaços de debate e valorização de suas raízes pretas frente a essa atitude do poder público. É o caso da Marcha do Orgulho Crespo, do Coral Negro de Curitiba, da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio e associações de capoeira que, por exemplo, alcançam a periferia da cidade onde boa parte da população negra está presente. Esta também

¹⁵ É importante salientar que o Paraná recebeu pessoas escravizadas de maneira mais expressiva a partir do século XIX, mas a história de resistência da população negra é abundante e pode ser observada nas documentações judiciais, como nos pedidos de alforria, denúncia de maus tratos, fugas, roubos, entre outros. Além disso, a população negra, escravizada e liberta, buscava atuação cidadã nos espaços de sociabilidade, como na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito, importante local de valorização do sincretismo religioso, e nas Sociedades Protetoras dos Operários e Sociedade Operária Beneficente de 13 de Maio, onde organizavam-se festas para auxiliar seus sócios no caso de doenças, oferecimento de alforrias e amparo na questão da educação, contando com biblioteca e aulas noturnas. Estas sociedades mutualistas funcionaram também no período do pós abolição, ganhando mais destaque na questão trabalhista. (cf. SILVA, Noemi. O Paraná Abolicionista: Lutas pelo fim da Escravidão. In: Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais - Séculos XVIII ao XXI (Org.) MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, SOUZA, Jhonatan Uewerton. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, pp. 35-50. http://www.humanas.ufpr.br/portal/paranainsurgente/paranainsurgente.html#; PENA, Eduardo Spiller. O JOGO DA FACE: A Astúcia Escrava Frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial. Curitiba, Os Quatro Vents, 1999).

articula-se no campo político e os exemplos que se destacam são os vereadores, ambos negros, da Câmara Municipal de Curitiba Carol Dartora¹⁶ e Renato Freitas¹⁷.

No que diz respeito à escultura *Água pro Morro*, a atitude de colocá-la em praça pública ressalta que a relação com a história negra vai de encontro com o que Maria Célia Paoli comenta em relação aos patrimônios históricos no meio urbano e sua relação com o passado, no qual se vê “o quanto a sua preservação como produção simbólica e material - é dissociada de sua significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais”¹⁸.

Para que essa história torne-se valorizada é preciso tratar das feridas que ali se encontram, “cicatrizes urbanas”, como afirma a professora Eloisa Brantes¹⁹, que saltam aos olhos principalmente daquelas pessoas a quem elas dizem respeito. A pesquisa que relatamos neste artigo iniciou-se dado o desejo de investigar o movimento de mulheres negras, sobretudo da artista plástica Eliana Brasil, ao ressignificar a escultura *Água pro Morro*. Eliana é uma artista mineira que passava pela Praça Borges de Macedo e viu a escultura desprovida de informações, situação que a incomodou e a levou a procurar saber quem era aquela mulher negra representada. É a partir deste incômodo que a ressignificação da escultura começa, as ausências na memória da história da população negra no Brasil, de forma geral, causam desconfortos em pessoas marcadas racialmente, e reformular as narrativas é uma das maneiras de lidar com estas feridas. A busca de Eliana foi se tornando cada vez mais formal até que ela encontra com a Rede de Mulheres Negras do Paraná, coletivo do qual faz parte atualmente, e percebeu que aquelas mulheres não se sentiam representadas pela escultura dado seu nome genérico e pejorativo de “Maria Lata d’Água”, que constitui uma identidade que inferioriza a mulher negra que ela representa. Esta característica fazia com que o incômodo se desse igualmente em outros coletivos de mulheres negras.

Por esta razão, iniciam o movimento de ressignificar a escultura e o que ela representa, um processo que destaca a valorização da presença negra na cidade, mas também que advém da problematização quanto

¹⁶ Ana Carolina Moura Melo Dartora é a primeira mulher negra a ser eleita vereadora na capital do Paraná, sendo a terceira candidata mais votada nas eleições de 2020. É professora de História e militante da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Negro. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/carol-dartora>. Acesso em: 07 jul 2022.

¹⁷ Renato de Almeida Freitas Junior é professor universitário e advogado popular, sendo que educação, segurança e moradia são suas principais frentes. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/renato-freitas>. Acesso em: 07 jul 2022.

¹⁸ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 25.

¹⁹ BRASIL, Eliana. Travessia em *Água pro Morro*. A História nos pertence. 2021. Disponível em: <https://elisartista.wixsite.com/performance/c%C3%B3pia-acervo-mupe>. Acesso em: 01 jul 2022.

ao espaço das mulheres negras na sociedade. No decorrer de sua pesquisa, Eliana compartilhou o processo em uma entrevista feita com ela no ano de 2021²⁰.

“Um corpo vivo, atento [...]”

Quando conversamos com Eliana Brasil sobre o incômodo que a denominação da escultura e a falta de informações sobre a mulher negra causavam nela, ela registrou:

tudo começa com meu encontro passando por ela, por aquela mulher negra em espaço público, uma mulher negra maravilhosa extremamente simbólica. [...] e saber quem era ela, era também saber quem eu sou, e a primeira coisa que me chocou foi ausência de informação na própria escultura, nem mesmo o nome da obra.

Eliana da Silva mora na cidade de Curitiba desde 1997. A artista é mineira e comentou que ao chegar em Curitiba demorou para se perceber como mulher negra, dada a falta de identificação racial com outras mulheres na cidade, sobretudo porque frequentava os espaços mais centrais. Após alguns anos de sua mudança para Curitiba, ela iniciou o curso de Artes Visuais na Universidade Federal do Paraná e mudou-se para a periferia de Curitiba. Tanto o ingresso na universidade quanto a ida para uma área de periferia fez com que ela sentisse a necessidade de buscar um sentimento de identificação com sua identidade racial, tão caro a tantas pessoas negras. Sobre isso, ela falou:

Curitiba é uma cidade muito linda, mas eu demorei muito para poder me perceber, por exemplo, com uma mulher negra na cidade, perceber as minhas pares. Eu precisei de um bom tempo pra começar a identificar essas questões sociais. Eu só fui me identificar mesmo como residente e pertencente a este local a partir do momento que eu entrei na universidade, [...] no meu segundo ou terceiro ano que eu fui me entender, quais eram as minhas questões, qual era realmente a base da minha pesquisa em artes, o que realmente importava. Que caminho eu exploraria? E foi a partir da minha identidade como mulher, e como mulher negra, é importante pontuar bastante isso, que eu comecei a perceber e olhar em volta quem eu era, naquele espaço, uma das únicas mulheres negras, a única talvez mulher negra.

Eliana empenhou-se em uma pesquisa acadêmica que levasse em consideração seu sentimento em relação à invisibilidade que a cidade opera em relação às pessoas negras, o que provocou nela muitos questionamentos internos.

A gente vai ouvindo e aprendendo sobre todas as referências europeias, todo o processo de surgimento do grande gênio, que é o gênio masculino, e também de todas as grandes artistas,

²⁰ BRASIL, Eliana. *Experiências de Mulheres Negras Curitibanas: Ressignificando a memória*. Curitiba, 2021. As entrevistas ocorreram de forma remota em decorrência da pandemia de COVID-19 em dois dias diferentes. Todas as demais citações correspondem à mesma entrevista aqui referenciada.

das mulheres que historicamente vem abrindo espaço para se posicionar como artistas e intelectuais. No entanto, a ausência das mulheres negras se posicionando e aparecendo... onde elas estavam? Faltava. [...] Então eu fui começar a pensar onde buscar, quais fontes eu precisava pra poder entender esse processo das mulheres negras, como ocupavam espaço e existiam na cidade de Curitiba, onde estavam, quantas eram, como funcionava esse movimento negro na cidade. Isso porque eu percebi uma invisibilidade muito grande em todos os espaços por onde eu circulava.

Assim, sua trajetória na busca por estas artistas negras, ela encontra com Claudia Lara, uma importante artista negra e curitibana que realizou várias exposições dentro e fora do território nacional. Percebendo a importância de visibilizar seus trabalhos, ambas formaram o Coletivo Ero Ere - Mulheres Artistas, um grupo de artistas negras curitibanas, que tem por objetivo realizar performances que possam tornar cada vez mais públicas as expressões artísticas que manifestem questões de gênero, raça, identidade e memória.

Mas foi após sair da Universidade e finalizar sua pesquisa que Eliana deparou-se com a escultura ao andar pela cidade.

E eu vou olhar para essa mulher e eu revisito toda minha própria história, as mulheres negras da minha família, o lugar de onde eu venho. [...] então essa volta em toda minha história me fez questionar “quem era aquela mulher? [...] Por mais que a princípio não tivesse intenção nenhuma de escrever um artigo e nem de formalizar essa pesquisa escrita, eu precisava fazer algo bem feito, eu tinha essa responsabilidade. [...] A minha ideia era ressignificar aquela presença daquela escultura a partir do meu sentimento com ela, a partir da troca que existia, uma coisa muito íntima mesmo. Desejava isso pensando em desenvolver uma ideia de performance [...] para fundamentar esse meu trabalho em artes visuais [...], eu poderia só chegar ali performar e fazer um trabalho, mas eu sei que não ficaria satisfeita porque eu precisava de mais informações.

Ademais, outro aspecto positivo decorreu de sua busca: Eliana chegou à Rede de Mulheres Negras do Paraná, onde desde 2016 ela é ativista e percebeu que as mulheres incomodavam-se com a denominação desqualificadora dada à escultura - “Maria lata d’Água” -,

porque ele nega a humanidade e a identidade de uma figura que está ali em praça pública. Portanto, é uma figura que pra gente [da Rede] também é pública e que nos representa. Então todas entenderam que era importante ressignificar essa história e marcar aquele espaço com representatividade para além de uma questão de que está dentro do universo da arte, porque está dentro do universo social, mas também é diretamente ligado à população negra de Curitiba que se sente invisibilizada, à margem da história da construção do estado e da cidade. [Assim] a minha ideia era ressignificar aquela presença daquela escultura a partir do meu sentimento com ela, a partir da troca que existia, uma coisa muito íntima mesmo.

Desta forma, a artista passou a realizar um trabalho de pesquisadora, buscando documentos da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Por meio dessa investigação, Eliana descobriu que o nome da modelo que posou para Stenzel era Emerenciana Cardoso Neves²¹.

A pesquisa mostrou que Emerenciana nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1918 e posteriormente adotou o nome artístico de Anita Cardoso Neves. A arte esteve sempre presente na vida de Anita: foi cantora e além de dedicar-se à arte escultórica foi a primeira mulher a elaborar enredos para escolas de samba Acadêmicos do Salgueiro e Unidos da Vila Isabel. Em 1953 matriculou-se no curso de Escultura Livre na Belas Artes, tendo ganhado diversas medalhas nos salões de exposição. Antes disso, dentro da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro ficou bem conhecida por ser modelo para escultores, professores e alunos, enquanto trabalhava em uma cafeteria da Escola. E foi ali que conheceu Erbo Stenzel. Anita foi a modelo para a escultura *Água pro Morro* e durante os dez anos que Stenzel passou no Rio de Janeiro, desenvolveram uma amizade e admiração mútua.

Esta história da participação de Anita no meio artístico, não só carioca, mas também brasileiro, não é valorizada, pois nem mesmo é mencionada quando se dirige à escultura. *Maria Lata d'Água*, a forma como foi denominada a escultura, não representa a artista que Anita foi, pois, em um primeiro momento, generaliza mulheres negras transformando-as em “marias” quaisquer.

A partir de suas descobertas e reagindo à indignação que o anonimato da mulher lhe causava, Eliana estimulou a criação do “Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público especificada” que visa denominar de “Emerenciana Cardoso Neves” a fonte de água localizada na Praça José Borges de Macedo, Centro, onde se encontra a escultura ‘Água pro Morro’²², encaminhado à Câmara Municipal pela vereadora negra Carol Dartora.

[...] chegamos na Carol Dartora para ver se era possível um projeto para dar o nome à fonte. Na verdade queríamos, naquele momento, homenagear a escultura que já tem nome que é “Água pro Morro”, então não seria dar um nome de Emerenciana para a escultura, mas fazer uma homenagem a mulher representada pela escultura. E a Carol com a assessoria dela foram identificar que a fonte foi construída pela cidade de Curitiba, a fonte é que tinha o nome “Maria Lata d'Água” que constava na placa da inauguração. Então a nossa intenção era mudar esse nome, tirar esse apelido e colocar o nome verdadeiro que traz dignidade e identidade à história daquela mulher que embora não seja paranaense foi trazida para o Paraná, ainda que apagada, hoje faz parte da história do Paraná.

²¹ BRASIL, Eliana. Travessia em *Água pro Morro*. A História nos pertence. 2021. Disponível em: <https://elisartista.wixsite.com/performance/c%C3%B3pia-acervo-mupe>. Acesso em: 01 jul 2022.

²² Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&ordena=008.00005.2021&pro_id=437733&popup=s&chamado_por_link&pesquisa=Emerenciana. Acesso em: 07 jul 2022.

Evidenciando a luta em torno da ressignificação da escultura, este artigo levanta ainda a problematização quanto à banalização da presença da mulher negra na sociedade brasileira, ao passo que a colocação e alteração arbitrária da denominação como *Maria Lata d'Água* descontextualiza completamente a construção histórica daquele monumento e seu significado. A dificuldade em se valorizar a presença da mulher negra na sociedade brasileira é evidenciada pelo arquivamento do projeto da vereadora Carol Dartora, que demonstra, não apenas o descaso do poder público pelo grupo ali representado, mas também não considera a possibilidade de “novos horizontes historiográficos”.

O exercício da Cidadania a partir da escultura *Água pro Morro*

A construção de um outro horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, [e] é resgatar essas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo²³.

A construção de novos horizontes historiográficos, defendida por Maria Célia Paoli, pode ser compreendida como a crítica à história e à construção de uma historiografia dos vencidos, observada por Walter Benjamin, como a socióloga relembra. Um “horizonte de validade histórica” é possível quando novas referências são construídas a partir de uma disputa com os modelos instituídos. Diferente disto, esta história exclusiva alcança as políticas de preservação patrimonial, ao passo que advém do silenciamento de outras narrativas em prol de uma história oficial, favorecendo a ilegitimidade da uma memória social, algo comum em países onde a história não fez parte da formação da identidade. Podemos considerar que a participação da população negra, seja no âmbito da cultura, política e edificação do Brasil, não é considerada como válida na rememoração, como ocorre com a cidade de Curitiba e o uso que esta faz de seu passado e também na abordagem sobre seu presente. Isto impossibilita o exercício da cidadania, compreendido por Paoli como a “formação, informação e participação de múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos”²⁴.

As reflexões de Eliana Brasil permitem adensar uma interpretação nesse sentido:

A maneira de mudar isso [a invisibilidade da população negra] seria discutindo e compreendendo que essa obra [escultura] é pública e não atende o exercício da cidadania que deveria atender, já que não nos vemos representadas nessa obra. E, desta forma, é nosso

²³ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 27.

²⁴ Idem, 26.

direito e dever intervir e exigir que as situações mudem, nossos gestores devem dar ouvido às nossas necessidades.

Desta forma, quando a escultura *Água pro Morro* é colocada em praça pública, da maneira que o processo se desenvolveu, a mulher negra é aprisionada em uma *maria*, resumida no papel social de carregar a lata d'água, e esta denominação retira qualquer possibilidade de compreender as múltiplas e subjetivas experiências das mulheres negras. Por isso, são significativas as construções de novos horizontes interpretativos para que as experiências suprimidas encontrem dimensão histórica, sejam as vivências de Anita enquanto artista, sejam as de mulheres negras em Curitiba lutando por algo que lhes diz respeito para que sejam tratadas com a dignidade merecida.

Lembramos mais uma vez, quando Paoli chamou a atenção para o fato de certos monumentos ou “modos de expressão artística” serem “folclorizados e destituídos de seu sentido original”²⁵. Como vimos, a colocação da escultura por parte da prefeitura não apresenta nenhuma preocupação com a questão étnica, nenhuma referência positiva à população negra. Então o que a escultura de uma mulher negra em praça pública representa? Nas palavras de Eliana:

Qual é a memória étnica da população negra? [...] [Olhando a] escultura de uma mulher negra, é inevitável não pensar que ela representa uma parcela da população, mesmo que essa não tenha sido a intenção do artista, ele não estava discutindo questões de gênero, movimento e presença negra, quando criou a escultura e não podemos responder isso sem ele aqui. Mas, independente. Essa mulher negra representa essa parcela da população brasileira e é inevitável não pensar em memória, sobretudo a nossa, com ela em praça pública.

Podemos considerar ainda de que forma esta representação está sendo tratada. A Praça Borges de Macedo está localizada próxima a Praça Tiradentes, um dos pontos centrais da cidade de Curitiba. Ela conta com o mercado de flores e o Paço da Liberdade e entre ambos, ou seja, atrás do prédio histórico, é onde está localizada a escultura (Imagen 3). *Água pro Morro* encontra-se presa em meio a lojas e restaurantes, é preciso aproximar-se muito dela para enxergá-la, diferente de outros monumentos vistos a alguns metros de distância.

²⁵ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 25.



Imagen 3: Praça Borges de Macedo²⁶

Conversado sobre isso com Eliana, ela responde, mencionando o texto de Paoli:

Porque quando pensamos em projeto arquitetônico em obras públicas, do ponto de vista dela [Paoli], estas obras estão em espaço público achatadas na cidade e são muito suspeitas dessa boa intenção de educação e participação da sociedade. Na verdade, ela não está atendendo [a] nenhuma necessidade do ponto de vista pedagógico e estão jogadas neste espaço. Constituem apenas uma maneira da cidade de entregar um projeto que não tem importância para a população como um todo, pensando na diversidade cultural que toda cidade tem. [...] não estavam pensando de maneira alguma [em] nos representar e é diferente, por exemplo, da escultura da Lala Schneider que é uma filha do Paraná também reconhecida uma figura muito importante para história do Paraná. Mas ela foi uma encomenda, o artista que esculpiu o rosto da Lalá recebeu para isso está tá em praça pública central muito bem destacada e recebe todas as homenagens que a Lala Schneider merecidamente recebeu em vida, recebe também no pós morte. São os lados opostos da história.

A escultura nesse espaço nos leva a pensar na condição da mulher negra, que carrega o peso do racismo e do sexism. Além de expressar-se pela nomeação pejorativa e oficializada por parte da prefeitura, comentários feitos no documento oficial de descrição da obra evidenciam preconceitos interseccionais, que afetam de forma tão contundente as mulheres negras brasileiras. No documento mencionado, a escultura é descrita como a

²⁶ Disponível em: <https://www.fotografandocuritiba.com.br/2016/02/agua-pro-morro-ou-maria-lata-dagua.html>. Acesso em: 16 jul 2022

figura de jovem negra carregando uma lata d'água na cabeça. Tendo como modelo a *namorada* Anita, Erbo apropriou-se de uma cena banal do cotidiano carioca - um ritual que retemperava a ligação do morro com a cidade moderna - para perenizar uma imagem ameaçada de desaparecer em meio à urbanização acelerada da então capital federal. Nos traços e contornos da figura *projetou a sensualidade da raça*. No movimento dos músculos sugeriu a ondulação do andar, criando o efeito de passos largos e forçados em direção ao ato. O equilíbrio da composição é marcado pelo gesto simultâneo de amparar a lata d'água com a mão direita enquanto a outras apóia na barra do vestido, dando estabilidade à ação (grifos nossos)²⁷.

A “sensualidade da raça” e o trabalho de carregar o balde é o que destaca-se na escultura quanto a sua identificação étnica e a reduz a um mero objeto de subalternidade. Conversando com Eliana, sobre este destaque sexual e a associação do nome da mulher à lata que carrega, a artista expressou que desta forma ela

é um objeto sexual com uma função e pertence a um lugar, aquela lata d'água diz muito, ela pertence a um grupo social. [...] A ideia de “Maria lata d'água” é reduzir. [...] É importante que estes grupos continuem à margem porque não condiz com esse modelo europeu que eles querem criar, com este projeto hegemônico

Antes de concluir, é importante considerar também que Anita faz parte da história do Paraná, mas ela deve ser lembrada como a importante artista que foi. Todavia, no texto do professor Geraldo Leão Veiga de Camargo²⁸, em diversas reportagens de jornais e, como visto a pouco, no documento oficial da prefeitura de Curitiba, Anita é sempre o “caso”, “companheira” ou “namorada” de Stenzel. Descrições que incomodam, pois isso resume sua trajetória, a arte já fazia parte de sua vida antes da chegada de Stenzel e continuou fazendo depois.

Políticas de esquecimento

A colocação e nomeação arbitrária da escultura *Água pro Morro* no centro da cidade de Curitiba é mais uma das ações que compõem uma “política de esquecimento”, conforme conceito defendido por Johann Michel. Para esse autor, as políticas de memória são um “conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas”²⁹. As narrativas defendidas dizem muito mais sobre o poder vigente do

²⁷ PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Programa Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense. Curitiba, FCC, 1995.

²⁸ CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. Esculturas públicas em Curitiba e a estética autoritária. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 25, nov 2005, p. 63-82.

²⁹ MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago.-nov. 2010, p. 15. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9545/6379>. Acesso em 17 jun 2021.

que em relação a uma memória coletiva. Podemos observar isto em Curitiba, cidade na qual o poder público e as políticas de memória atuam no sentido de impor uma memória estritamente branca à cidade.

Michel considera quatro tipos de políticas do esquecimento, o esquecimento-omissão, negação e os esquecimento-manipulação e esquecimento-direcionamento. O caso analisado neste artigo exemplifica o “esquecimento manipulação/esquecimento comando”, pois agrega procedimentos voluntários que provocam o esquecimento de uma memória pública com técnicas aliadas à unificação nacional. O filósofo ainda afirma que as entidades públicas também comandam o esquecimento, ainda que reconheçam o acontecimento, e aqui vemos como o fato de que é pouco registrado a trajetória de Anita Cardoso Neves. O esquecimento é instrumentalizado por questões políticas e identitárias que dizem respeito ao presente e ao futuro, e por esta razão também, ainda que este esquecimento seja institucionalizado ele é reversível. Isto porque a memória segue viva em pessoas, grupos e associações.

Assim, como exercer a cidadania a partir de um patrimônio histórico que possui múltiplas dimensões memorialísticas e culturais, se o que vem à tona são ações que depreciam determinados grupos, como as pessoas negras de Curitiba? Como sempre, as conclusões foram discutidas com Eliana Brasil e é importante pontuar novamente sua fala:

A maneira de mudar isso seria discutindo e compreendendo que essa obra é pública e não atende o exercício da cidadania que deveria atender, já que não nos vemos representadas nessa obra. E, desta forma, é nosso direito e dever intervir e exigir que as situações mudem, nossos gestores devem dar ouvido às nossas necessidades.. [...] não tem como negar que a cidade é racista e que Curitiba é uma cidade que nega essa presença negra e nega o seu protagonismo, por mais que tenhamos algumas ações pontuais. Mas ainda fazem muito pouco tendo em vista toda a nossa contribuição e como essa história nos violenta.

Considerações finais

A não valorização da presença negra na cidade de Curitiba pode ser percebida em momentos cruciais. Conforme exposto a partir de Johann Michel, pela omissão das informações, pois a história de Anita Cardoso Neves era de conhecimento da prefeitura, de acordo com o *Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense*. Compreendemos que esta não valorização da artista negra, tendo a escultura um nome sem qualquer vinculação com a personagem histórica, além de se configurar como um profundo desrespeito ao autor da obra contribui para a banalização das contribuições da população negra e em específico de Anita enquanto mulher negra. Além disso, um segundo momento, se dá no arquivamento do projeto de lei da vereadora Carol Dartora e nas experiências das mulheres negras em ressignificar a escultura *Água pro Morro*. Sobre isso Eliana comenta que

Muita gente questiona a discussão e o projeto da vereadora “porque mexer se ela já tem nome? É um nome que a cidade aceita”. Quem arquivou o projeto? Também são homens brancos curitibanos. [...] É importante que estes grupos continuem à margem porque não condiz com esse modelo europeu que eles querem criar, com este projeto hegemônico. E faz muito sentido quando observamos as outras etnias que são homenageadas.

Felizmente, percebemos que as respostas a essas ações depreciativas têm vindo de várias mobilizações do ativismo negro na cidade de Curitiba. O movimento das mulheres negras pela ressignificação da escultura e da história de Anita Cardoso Neves é um exemplo. É mais uma vez que Eliana Brasil pode nos dizer sobre a importância desse movimento de ressignificação das histórias. E é com suas palavras finalizamos este artigo:

Temos centenas de anos de história para ser revista e muitos espaços para serem discutidos. Começa por essa tirada de invisibilidade e nomeação, porque quando não falamos de um problema ele deixa de existir. Esta questão vai de encontro com as “feridas sociais”, tem uma ferida ali e não tratamos dela, não vai curar e nem cicatrizar, mas ela só vai incomodar a própria pessoa que está sentindo a dor. E no nosso caso: o próprio grupo. Então precisamos procurar o remédio para que sare as feridas. [...] não uma cicatrização que vai eliminar toda dor mas vai ao menos minimizar e pelo menos as próximas gerações que vierem poderão ocupar esse espaço mais democraticamente ou com pouco menos de dor e com uma memória mais positiva e igualitária. Porque é tão gratificante pertencer a um lugar e poder falar do sobrenome da tua família e da contribuição que ela trouxe para aquele lugar, as homenagens que esse sobrenome recebe. Isso é tão importante para a construção de identidade e é o que falta para o nosso povo negro aqui em Curitiba.

Referências

- BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, vol. XV, nº 82, ago, 1988.
- BRASIL, Eliana. *Experiências de Mulheres Negras Curitibanas: Ressignificando a memória*. Curitiba, 2021.
- BRASIL, Eliana. Travessia em *Água pro Morro*. A História nos pertence. 2021. Disponível em: <https://elisartista.wixsite.com/performance/c%C3%B3pia-acervo-mupe>. Acesso em: 01 jul 2022.
- CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. Esculturas públicas em Curitiba e a estética autoritária. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 25, nov 2005, p. 63-82.
- MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, ago.-nov. 2010, pp. 14-26. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9545/6379>. Acesso em 17 jun 2021.
- MONUMENTOS de Curitiba. 1^a ed, Curitiba: Edições Guairacá, 2014. Disponível em: https://issuu.com/gehadhajar/docs/monumentos_de_curitiba_-_1_ed?fbclid=IwAR2Y0W9NPNkr-SbF0bZAHKcUqjijKWWUHb0mZUAY8n4K-k3KSXg8V82PkYU. Acesso em: 27 jul 2022.

PENA, Eduardo Spiller. *O Jogo da Face: A Astúcia Escrava Frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial*. Curitiba, Os Quatro Ventos, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Programa de Preservação da Arte Escultórica Paranaense. Curitiba, FCC, 1995.

PROGRAMA de Ordenação da passagem da área central, eixo Riachuelo - Barão do Rio Branco. Prefeitura de Curitiba, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, 1996. Disponível em: <https://ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=596&idioma=1&liar=n%E3o>. Acesso em: 11 set 2021.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

SILVA, Noemi. O Paraná Abolicionista: Lutas pelo fim da Escravidão. In: *Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais - Séculos XVIII ao XXI* (Org.) MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, SOUZA, Jhonatan Uewerton. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, pp. 35-50.

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/paranainsurgente/paranainsurgente.html#>.

Recebido em 11/08/22 aceito para publicação em 01/10/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhamentoIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Os Ferreira dos Santos: uma família negra na Curitiba pós-abolição

The Ferreira dos Santos: An Afro-Brazilian family in the post-abolition Curitiba

Celso Fernando Claro de Oliveira¹

Ana Christina Vanali²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória da família Ferreira dos Santos, em Curitiba, na primeira metade do século XX. Trata-se de uma família negra que viveu e conquistou significativa projeção em uma cidade caracterizada por um discurso oficial de enaltecimento de supostas raízes e tradições europeias que, comumente, marginalizou as contribuições da população afro-brasileira. Partindo-se da proposta de realizar um resgate da história dessa família, o texto volta-se para a trajetória de duas gerações — a dos progenitores Claro e Lucilia e a de seus nove filhos — que encontraram maneiras diversas de ocupar espaços na capital do Paraná, os quais, muitas vezes, estiveram restritos aos negros devido ao racismo estrutural. Para a realização dessa tarefa foram realizadas pesquisas em periódicos da época, documentos pessoais e também uma entrevista com Jacy Augusta Travasso de Moraes, neta de Claro e Lucilia.

Palavras-chave: Família Ferreira dos Santos, Curitiba (Paraná), família afro-brasileira.

Abstract: This paper aims to analyze the trajectory of the Ferreira dos Santos family, in Curitiba, in the first half of the 20th century. They were an Afro-Brazilian family who lived and gained significant prominence in a city marked by an official speech that praised supposed European roots and traditions, commonly marginalizing the contributions of the Afro-Brazilian population. Starting from the proposal of rescuing the family's history, this article explores the trajectory of two generations — the parents Claro and Lucilia, and their nine children — who found different ways to fill in spaces in the capital of Paraná, which were often restricted to Afro-Brazilians due to structural racism. To carry out this task, research was made in contemporary periodicals, personal documents and also an interview with Jacy Augusta Travasso de Moraes, granddaughter of Claro and Lucilia.

Keywords: Ferreira dos Santos family, Curitiba (Paraná), Afro-Brazilian family.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la trayectoria de la familia Ferreira dos Santos en la ciudad de Curitiba en la primera mitad del siglo XIX. Se trata de una familia negra que vivió y conquistó proyección significativa en una ciudad caracterizada por un discurso oficial de enaltecimiento de presuntas raíces y tradiciones europeas cuyo sentido común ha marginado las contribuciones de la población afrobrasileña. A partir de la propuesta de realización de un rescate de la historia de dicha familia, el texto comprende la trayectoria de dos generaciones — la de los progenitores Claro y Lucilia y la de sus nueve hijos — que encontraron diversas maneras de ocupar los espacios en la capital del estado de Paraná, en los cuales estuvieron restringidos muchas veces a los negros debido al racismo estructural. Los métodos y técnicas que han compuesto el proceso de investigación del artículo fueron búsquedas en periódicos de aquella época, verificación de documentos de identificación personal y una entrevista con Jacy Augusta Travasso de Moraes, nieta de Claro y Lucilia.

Palabras clave: Familia Ferreira dos Santos, Curitiba, familia afrobrasileña.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo – pelo Centro Universitário de Maringá. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná. Doutora em Sociologia Universidade Federal do Paraná.

Traçar a história de qualquer família brasileira é um desafio. Trata-se de uma empreitada que exige um meticuloso levantamento documental, cujos objetivos podem incluir desde o rastreamento dos laços de parentesco existentes entre diferentes pessoas ao desvelamento de, pelo menos, um conjunto de informações básicas sobre os membros que constituem uma família — datas e locais de nascimento e morte, número de filhos, etc. Durante o processo, o pesquisador irá se deparar com alguns obstáculos. Quanto mais se afasta dos dias atuais, por exemplo, a compilação de dados se torna mais difícil, dadas as condições de registros existentes e à própria materialidade das fontes³.

Ao nos voltarmos para a situação das famílias negras, os desafios são ainda maiores. Tal afirmação ganha forças, em especial, quando um pesquisador se volta tanto para o período em que a escravidão imperou como para os anos pós-abolição. Os registros referentes aos africanos escravizados e seus descendentes, bem como aqueles sobre negros alforriados e livres, revelam apenas uma parte das histórias dessas pessoas. Há décadas, pesquisadores de diferentes áreas apontam e debatem as omissões que marcam os documentos oficiais, bem como os silenciamentos que recaem sobre a história dos negros no Brasil, notadamente marcada pela violência da escravidão⁴.

Ainda que ações de resistência tenham permitido a preservação da história e de costumes africanos no Brasil, muitas vezes por meio de adaptações, é inegável que uma parcela desses costumes se perdeu, assim como a possibilidade de rastrear as ligações familiares da maioria dessas pessoas. Esses mesmos desafios se fazem presentes na reconstituição da trajetória da família Ferreira dos Santos, que se estabeleceu em Curitiba no início do século XIX. O casal Claro e Lucilia participou de agremiações para a população negra, fundou conhecidos estabelecimentos comerciais na região central da cidade e conquistou estabilidade econômica. Seus filhos tiveram acesso a instituições educacionais de renome e participaram da vida social da capital paranaense.

O presente artigo visa reconstituir parte dessas trajetórias, buscando compreender a inserção da família em uma cidade notadamente marcada pelo preconceito racial e pelo apagamento da presença negra.

Uma “cidade sem negros”? A presença negra em Curitiba na virada dos séculos XIX-XX.

A historiografia paranaense clássica é marcada pela invisibilização das populações negras. Ao traçar um panorama dessas obras, Miriam Hartung destacou que os trabalhos de Altiva Pillati Balhana, Brasil

³ Para um breve histórico do campo de estudos conhecido como História das Famílias, consultar: FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; AINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1997. p. 241–258.

⁴ Sobre o tema, consultar: ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2004.

Pinheiro Machado, Ruy Christovam Wachowicz e Wilson Martins não se voltavam de maneira mais aprofundada para a presença negra no Paraná, o que em muito contribuiu para reforçar a imagem de que o atual estado tem origem unicamente branca e europeia. Em grande medida, os trabalhos supracitados tratavam o Paraná como um estado em que a presença negra, livre ou escravizada, tivera pouca relevância⁵. Tal visão acabou por perpetuar a discriminação e o preconceito que perpassam a sociedade brasileira⁶.

Valendo-se do diálogo com diferentes autores, Hartung nos auxilia a desconstruir essa visão. A autora menciona que nomes como Octavio Ianni, Sebastião Ferrarini e Terezinha Busetti Pardo destacaram, por meio de fontes primárias, a marcante presença da população negra no Litoral, no Primeiro Planalto e nos Campos Gerais. Além de constituírem um significativo contingente populacional, os escravos representavam a maior parte da força produtiva dessas regiões, atuando em atividades como a agricultura e a pecuária⁷.

Indo ao encontro de Hartung, Horácio Gutiérrez ressalta que a ausência de documentos impossibilita uma melhor compreensão desse cenário, embora alguns registros estatísticos nos permitam acompanhar a evolução demográfica dessa população. Segundo o autor, a presença de escravos na constituição do Paraná é reduzida se comparada à de outras regiões da colônia. Isso se deveu à restrita ocupação do território pelos colonos até o início do século XIX, o que implicava em baixos índices populacionais e de densidade demográfica. O desenvolvimento das atividades econômicas da região é o fator que acaba por alavancar o crescimento populacional, de modo que os escravos se tornaram a principal força de trabalho local⁸.

Gutiérrez afirma que a presença da população escrava nas diferentes vilas foi desigual e atravessou oscilações, mas apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual constante entre 1789 e 1830. Entre as localidades que apresentaram maior aumento, destacam-se Guaratuba (4,17) e Castro (2,26), enquanto a área correspondente à Curitiba e Palmeira registrou um índice de 0,63. Em relação às faixas etárias, os maiores crescimentos ocorreram nas faixas de idade entre 20 e 30 anos e 30 e 40 anos. Quanto à etnia, Gutiérrez indica que os registros não são plenamente confiáveis, pois o critério cor era subjetivo. Os documentos contêm as classificações “negro”, “pardo” (ou, por vezes, “mulato”) e “branco”, sendo que esta última poderia incluir indígenas escravizados⁹.

Em sua dissertação de mestrado, Eduardo Spiller Pena compilou dados que corroboram uma tendência dominante com relação à presença de escravos no Paraná ao longo da primeira metade do século

⁵ Cf. HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143–191, jun. 2005.

⁶ Consultar VANALI, Ana C.; KOMINEK, Andrea M. V.; OLIVEIRA, Celso F. C. de. Sobre a relação entre indivíduos e coletivo na construção do patrimônio histórico: o caso do monumento à Colônia Afro-brasileira de Curitiba. **Revista Temporalis[ação]**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 1-20, jan./jul. 2021.

⁷ HARTUNG, 2005, p. 148-150.

⁸ GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798–1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161–188, mar/ago. 1988.

⁹ GUTIÉRREZ, 1998, p. 163-165.

XIX: os números absolutos e relativos desse contingente tenderam a acompanhar as oscilações da população total¹⁰. Assim, em momentos de aumento populacional, cresceu também a quantidade de escravos, enquanto em períodos de decréscimo, o total de escravos diminuiu. A partir de 1854, contudo, os números absolutos se estabilizaram — mantendo-se entre 8.439 (1858) e 11.596 (1866 — o ano em que se registrou o pico deste indicador) — enquanto os números relativos diminuíram, passando de 16,4 para 8,8 em duas décadas. As últimas informações demonstram que o total da população escrava deixara de acompanhar o constante incremento no número de habitantes que viviam na então província.

Pena afirma que, ao levarmos em consideração apenas os números absolutos, o contingente de escravos do Paraná é bastante reduzido. Em 1872, por exemplo, a Comarca de Curitiba possuía 2.597 cativos, enquanto a cidade de Campinas (SP) contava com aproximadamente 16 mil. O autor salienta, porém, que essa comparação pode nos iludir quanto ao peso dos escravos na economia e nas questões de *status* existentes na província do Paraná¹¹. Márcia Elisa de Campos Graf, em outro trabalho de mestrado, também defendeu a necessidade de uma problematização desse total: ao voltar-se para a imprensa da época, a pesquisadora identificou uma série de anúncios e artigos jornalísticos que atestam a forte presença do escravismo no cotidiano da província¹².

Um segundo erro ao qual podemos incorrer quando nos voltamos unicamente aos números absolutos é o endosso da concepção do Paraná como um “estado sem negros”. Tal visão racista foi reforçada por décadas, a partir de ideais de branqueamento racial e de discursos propagados pelas elites político-econômicas, acabando por se enraizar no senso comum. Foi essa interpretação que contribuiu para solidificar a ideia de que o Paraná é um “estado desenvolvido” devido à imigração europeia, ou a de que Curitiba é uma “cidade-metido” por representar um pedaço da Europa no Brasil.

Pena afirma que a população de escravos na região de Curitiba diminuiu devido a dois elementos: “a migração dos escravos para fora da Comarca, sobretudo, pelo tráfico interprovincial, e a concessão de alforrias a título oneroso, gratuito ou arrancadas à força pela lei”¹³. O primeiro argumento está associado ao êxodo forçado dessa população, uma vez que o tráfico interprovincial diz respeito ao deslocamento de escravizados dentro do território brasileiro — no caso curitibano, muitos foram direcionados às áreas de produção cafeeira de São Paulo. O segundo ponto levantado pelo autor assinala a possibilidade de que

¹⁰ PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**, V.1. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

¹¹ PENA, 1990, p. 33.

¹² GRAF, Márcia Elisa de Campos. **População escrava da Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação (1873-1886)**. 1974. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

¹³ PENA, 1990, p. 11

muitos negros forros continuaram a viver na Comarca, gozando do *status* de homens livres¹⁴. A ausência da população negra no Paraná, portanto, não se corrobora.

Trabalhos acadêmicos mais recentes voltaram-se para a questão dos negros livres no Paraná e na região de Curitiba ao final do século XIX, elucidando os perigos do apagamento da presença afro-brasileira. Noemi Santos Silva, por exemplo, debateu como projetos educacionais foram pensados para esse contingente populacional, visando sua inserção no mercado de trabalho, bem como refletiu sobre as práticas educacionais e o ambiente escolar como experiências de liberdade¹⁵. Já Maria Rosangela dos Santos analisou processos criminais relacionados a famílias mistas — que contavam com ao menos um membro livre, ingênuo ou liberto em sua composição —, salientando a presença de diferentes arranjos de parentesco da população negra no Paraná¹⁶.

A abolição da escravatura, conforme destacam Rogério de Palma e Oswaldo Truzzi, trouxe perspectivas heterogêneas aos libertos no que dizia respeito à constituição familiar. Entre estas, se destacou a necessidade de novas formas de identificação a fim de romper com o antigo binômio de relações “senhores-escravos”. Ao analisar a situação dos libertos na região de São Carlos, estado de São Paulo, os autores identificaram dois posicionamentos dominantes no que diz respeito à atribuição de nomes completos.

O primeiro — e mais proeminente — foi a apropriação de nomes e sobrenomes de seus antigos senhores. Há diferentes explicações para o emprego de tal estratégia, entre as quais podem-se destacar a tentativa de demarcar uma relação de intimidade com alguma família abastada e dotada de força política; assinalar de quais fazendas os libertos provinham como forma de reforçar seus laços com outros ex-escravos que trabalharam no mesmo local; ou, atendendo ao interesse das elites locais, servia para perpetuar o patriarcalismo existente, preservando uma posição de subalternidade por parte dos negros. Convém destacar que a utilização do sobrenome do antigo senhor nem sempre era definitiva, estando sujeita a constantes renegociações de acordo com o cenário político e social existente. Já o segundo posicionamento, por sua vez, refere-se ao emprego dos nomes dos pais como sobrenomes. Tal escolha indica a condição de marginalização dessas famílias, uma vez que ressaltava a ausência de um sobrenome¹⁷.

As situações verificadas em São Carlos não estão restritas àquela região. Palma e Truzzi identificaram que tais estratégias de atribuição de sobrenomes foram marcantes em diferentes regiões do

¹⁴ PENA, 1990, p. 11-12.

¹⁵ SILVA, Noemi Santos. Aprender a Liberdade: reflexões sobre projetos e práticas de escolarização de escravos, libertos e ingênuos no Paraná (1871-1888). *Revista Vernáculo*, Curitiba, n. 28, p. 149-185, dez. 2011.

¹⁶ SANTOS, Maria Rosangela. Entre a escravidão e a liberdade: famílias mistas no Paraná na segunda metade do século XIX. ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

¹⁷ PALMA, TRUZZI, p. 318-320 e 330-331.

Brasil e também de antigas colônias da América Espanhola, como Cuba¹⁸. Ana Lugão Rios e Hebe Matos, por meio de algumas das entrevistas que compõem o projeto Memórias do Cativeiro, já haviam assinalado certa recorrência da apropriação dos sobrenomes de antigos senhores por parte dos libertos. Também foi a partir de alguns dos depoimentos coletados que as autoras identificaram que um bom relacionamento entre as partes poderia ser determinante nessa escolha¹⁹.

Lúcia Helena Oliveira Silva observou que tais estratégias também foram marcantes no Paraná, embora não fossem as únicas. Ao analisar uma ação registrada no Juizado de Curitiba, ao final de 1889, a respeito de libertos beneficiados com parte da herança de um antigo senhor, a pesquisadora destacou que parte dos ex-escravizados envolvidos no processo ainda não haviam adotado um sobrenome passado pouco mais de um ano da Abolição. Concomitantemente, os dois únicos libertos que apresentavam nomes completos nos autos — José Pinheiro e Luzia de Oliveira — haviam optado por sobrenomes diferentes daqueles portados por seu benfeitor²⁰. O que poderia explicar tal caso? A autora nos oferece a seguinte reflexão:

A regra da adoção do nome do pai e da mãe poderia ter sido utilizada, mas também seria possível que eles houvessem simplesmente escolhido os sobrenomes. O sobrenome dava um sentido de igualdade, de equiparação aos demais cidadãos. Talvez, adotar um sobrenome fosse uma das estratégias para ressignificar a liberdade. Qual sobrenome e por quê adotá-lo eram questões que obedeciam a razões pessoais de cada ex-escravo e afro-descendente [sic]. Assim como alguns emprestaram os sobrenomes de ex-senhores, outros adotaram as identidades de seus grupos, como Congo, Benguela, entre outros²¹.

Os debates apresentados até aqui têm por objetivo elucidar que traçar a história de uma família negra no Paraná vai além do resgate de um conjunto de trajetórias pessoais inscritas num determinado contexto. Realizar esse exercício é também questionar e enfrentar o racismo arraigado na sociedade paranaense, que corrobora a invisibilização desse contingente populacional. Mais do que isso, por meio da história de uma família negra, nos deparamos com uma série de embates que foram vivenciados por outras tantas famílias negras, evidenciando que suas lutas e resistências encontram ecos na coletividade desse grupo étnico.

¹⁸ PALMA, TRUZZI, p. 316.

¹⁹ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁰ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Escravos e libertos no Paraná. In: ALEGRO, Regina Célia *et al.* (Org.). **Temas e questões para o ensino de História do Paraná**. Londrina: Eduel, p. 127–142, 2008.

²¹ SILVA, 2008, p. 138–139.

Em busca de espaço: as trajetórias de Claro e Lucilia em Curitiba

O principal desafio na reconstituição da trajetória da família Ferreira dos Santos é, justamente, desvelar suas origens. Sobre os primeiros anos de vida dos progenitores, Claro Lourenço dos Santos e Lucilia Souza, temos poucas informações. Claro era natural de Morretes, onde nasceu a 10 de dezembro de 1864. Sua mãe se chamava Rosária dos Santos. Ao final do século XIX, ele já residia em Curitiba, onde participava da Sociedade Treze de Maio, importante agremiação negra fundada por membros do movimento abolicionista paranaense. Ele tornou-se membro do conselho fiscal em 1894 e chegou à vice-presidência em 1905, ano em que também colaborou com a comissão da festa da Sociedade Beneficente 28 de Setembro, outra relevante organização negra de Curitiba²².

Ambas as sociedades faziam parte das redes de sociabilidades negras em Curitiba, que contavam também com o Clube 15 de Novembro, Grêmio das Camélias, Grêmio Princesa Isabel e Grêmio Flor de Maio²³. De modo geral, os clubes negros foram fundados com o objetivo de auxílio mútuo e propunham atividades recreativas, educativas e de beneficência. Oliveira destaca que “embora invisíveis para a sociedade abrangente, os clubes promoviam atividades lúdicas e construíam parâmetros de conduta social valorizados por seus fundadores e frequentadores, sendo um deles a integração e o fortalecimento das famílias negras”²⁴. Os clubes em que Claro participou faziam referência ao dia da Abolição (13 de maio) e a Lei do Ventre Livre (28 de setembro).

De acordo com um registro de batismo realizado em 1901 na Catedral de Curitiba, Claro foi casado em primeiras núpcias com Maria Nunes Domiciana, com quem teve uma filha, que recebeu o nome Rosária — provavelmente em homenagem à avó paterna. Na ocasião do batismo, a criança já contava com quatro anos de idade. O documento, contudo, não oferece informações sobre a data do matrimônio²⁵. Também não encontramos informações sobre o fim da união ou o que teria acontecido a Rosária. Possivelmente, Maria e Rosária faleceram ainda no início dos anos 1900.

²² Informação fornecida por Jacy Augusta Moraes Travasso, filha de Jacyra Ferreira dos Santos, por meio de entrevista concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 9 de janeiro de 2021, em Curitiba.

²³ CARVALHO, Deborah Agulham “Cozinha especial e comida a qualquer hora”: dos serviços de proprietários e cozinheiros nas casas de pasto, e restaurantes e afins, em (Curitiba, 1890-1940). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 19, n. 1, p. 313-332, jan./jul. 2008.

²⁴ OLIVEIRA, Luis Claudio. **Famílias negras centenárias**: memórias e narrativas. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016. p. 234.

²⁵ CURITIBA (PR). Catedral de Curitiba. **Registro de batismo de Rosária**. Registro em: 26 set. 1901. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DN93-JM?i=159&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A66K7-B1QG>. Acesso em: 20 abr. 2021.

De Lucilia Souza, desconhecemos o local de nascimento. O registro de óbito de seu esposo menciona apenas que ela nasceu no Paraná²⁶. Também há uma divergência quanto à data de seu nascimento. De acordo com sua neta, Jacy Augusta Moraes Travasso, Lucilia nasceu em 8 de outubro de 1875, data que também consta no mausoléu da família, localizado no Cemitério Municipal São Francisco de Paula. Jacy complementa que o ano de 1875 se repete nos documentos pessoais da avó²⁷. Entretanto, o registro de óbito de Lucilia afirma que ela faleceu com 54 anos de idade – ou seja, teria nascido em 1889²⁸. Nesse sentido, é possível que a data presente no registro de óbito esteja incorreta, motivada por algum erro do escrivão ou do filho Oswaldo, provavelmente abatido pelo luto quando da realização do registro. O documento assinala ainda que Lucilia era filha de João Magalhães e Flávia de Souza Magalhães²⁹.

Após o casamento com Claro, em dezembro de 1905³⁰, Lucilia adotou o nome Lucilia Ferreira dos Santos. O casal teve nove filhos: Juracy (1906-1925), Jandyra (1908-1984), Jacyra (1909-1934), Iracy (1910 - 1933), Haroldo (1912-1967), José (1915-1974), Oswaldo (1916-1990), João (1917-1996) e Claro (1919-1986)³¹.

De acordo com a imprensa da época, Claro Lourenço era um cozinheiro conhecido da capital paranaense. Em 9 de dezembro de 1906, abriu o Restaurante União, situado na rua XV de Novembro, em sociedade com Joaquim Gonçalves da Motta. O jornal “A República” assim registrou a inauguração do estabelecimento:

Restaurant União

Gentilmente convidados pelo Sr. Joaquim Gonçalves da Motta, proprietário do bem montado Restaurant União, à rua 15 de Novembro n. 94, fomos assistir ante-hontem a inauguração desse estabelecimento.

A' hora aparazada para o acto fomos introduzidos, juntamente com os demais representantes da imprensa e convidados no vasto salão de jantar, onde se achava preparada a meza para um jantar de 50 talheres. Antes do repasto visitamos ligeiramente todas as dependências da casa, cujo interior foi pelo Sr. Motta, com grande dispêndio, adaptado ao serviço, estando hoje dividido em amplos e asseados gabinetes pintados a capricho, fartamente iluminados e, apresentando as mezas primorosamente preparadas e enfeitadas.

²⁶ CURITIBA (PR). Registro Civil. **Registro de óbito de Claro Lourenço dos Santos**. Registro em: 2 fev. 1955, p. 68. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-WM9F-5K?i=70&cc=2016194&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A685M-S8GC>. Acesso em: 20 abr. 2021.

²⁷ TRAVASSO, 2021.

²⁸ CURITIBA (PR). Registro Civil. **Registro de óbito de Lucilia Ferreira dos Santos**. Registro em: 9 ago. 1943, p. 291-292. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-7B3F-JD?i=298&cc=2016194&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A68H1-X12P>. Acesso em: 20 abr. 2021.

²⁹ CURITIBA (PR). Registro Civil. **Registro de óbito de Lucilia Ferreira dos Santos**. Registro em: 9 ago. 1943, p. 291-292. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-7B3F-JD?i=298&cc=2016194&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A68H1-X12P>. Acesso em: 20 abr. 2021.

³⁰ CASAMENTO Civil. **A República**, Curitiba, 8 dez. 1905, p. 2.

³¹ Os jornais indicam o nascimento de mais uma filha – Maria de Lourdes, que teria nascido entre Jandyra e Jacyra, mas não foram localizados mais dados sobre essa filha de Claro e Lucilia, que deve ter falecido bêbê. Fonte: REGISTRO CIVIL: nascimentos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 6 fev. 1909, p. 1.

A todo esse apuro de quem está disposto a bem servir o público, se alliam a variedade e excellencia das iguarias servidas por pessoal apto e finamente educado, em que se destava o *maitre de coupe* o Sr. Donato Sartorri que, em 8 mezes de estada n'esta capital tem dado provas da sua habilidade profissional em hotéis, restaurants e festins familiares.

O serviço da cozinha estpa a cargo do Sr. Claro dos Santos, hábil mestre culinário e mui conhecido aqui, onde sempre trabalhou

O jantar cingio-se ao seguinte *menu*:

Mayoneza – Vinho do Porto

Sopa – Creme d'Aspargo, Chianti branco

Peixe – Rubal, Molho Tartato

Entrées – Frictura mixta, leitão a jardineira, vinho Verde

Legumes – P. Pois á Parigina

Assado – Perú á brasileira

Bisquit a Confectura – Champagne

Café – Licores

Só às 11 horas da noite terminou a refeição, tendo tido ao dessert saudado o Sr. Motta pelo nosso representante em nome da imprensa, e pelo Sr. Duarte Velloso em nome dos demais circumstantes.

O Restaurant União é digno, pois, da frequencia publica [sic]³².

É interessante observar que a fonte citada estabeleceu uma evidente divisão entre os dois sócios: Motta era o responsável pelos recursos financeiros, enquanto Claro dominava os conhecimentos culinários. Tal segmentação reflete suas respectivas origens sociais. Claro era um homem de família humilde, possível descendente de escravizados. Por sua vez, Joaquim Gonçalves da Motta (1851-1920) era um fazendeiro e negociante proveniente de Guarapuava, onde participou da Loja Maçônica Philantropia Guarapuavana. Durante a Revolução Federalista (1893-1894), como membro do Partido Republicano, foi Juiz de Direito Federalista e fornecedor do Batalhão V de Guarapuava, tendo sido um dos presos políticos de tal conflito. Em 1906, estabeleceu-se em Curitiba após vender as propriedades na cidade natal. Era casado com Guilhermina Borges da Motta e pai de Omar Gonçalves da Motta, que foi professor da Faculdade de Direito de Curitiba e um dos fundadores da Academia de Letras do Paraná³³.

É interessante observar que os primeiros anúncios publicitários do Restaurant União na imprensa da capital paranaense destacam Motta como o grande idealizador do projeto, como é o caso de uma peça veiculada pelo periódico Diário da Tarde ao final de 1906³⁴. Embora isso possa ser interpretado como uma tentativa de apagamento da presença de Claro no projeto, é o cozinheiro que se consolida como a figura à frente de um estabelecimento “à brasileira”, de “primeira ordem” e a “preços módicos”, conforme atestam anúncios publicados na imprensa curitibana entre 1906 e 1908³⁵. Aliás, a própria notícia da inauguração do local, supracitada, descreve Claro como “hábil mestre culinário e mui conhecido aqui, onde sempre

³² RESTAURANT União. **A República**, Curitiba, 9 dez. 1906, p. 2.

³³ Cf. VANALI, Ana Christina. **Ferreira dos Santos**: Uma família de craques. Curitiba: SESC/Fecomércio PR, 2022.

³⁴ RESTAURANT “União”. **Diário da Tarde**, Curitiba, 8 dez. 1906, p. 4.

³⁵ RESTAURANT União. **Diário da Tarde**, Curitiba, 10 dez. 1906, p. 2; RESTAURANT União. **Almanach do Paraná**, Curitiba, 1908, p. 323.

trabalhou”. Esse trecho indica possíveis passagens bem-sucedidas por outros restaurantes da capital, às quais podem ter contribuído para consolidá-lo como um cozinheiro renomado e favorecer contatos com pessoas de uma classe social mais elevada, como Motta.

Em sua dissertação sobre restaurantes em Curitiba na primeira metade do século XX, Deborah Agulham Carvalho assinalou que o Restaurant União aceitava pensionistas e era conhecido por seu requinte. De acordo com a autora, tratava-se de um: “restaurante decorado luxuosamente [onde] era possível apreciar até às 23 horas um tipo de comida de alto paladar, boas bebidas que compunham a ampla adega do estabelecimento ou mesmo lançar mão do serviço enquanto pensionista, pelo qual pagava-se 40\$000 mensais”³⁶.

Não se sabe até quando o Restaurant União funcionou — as últimas menções ao estabelecimento nos jornais da capital paranaense datam de 1908. Dois anos mais tarde, Claro Lourenço dos Santos atuava no setor hoteleiro, sendo proprietário da Pensão Progresso, situada na Rua Ébano Pereira, região central da cidade³⁷. A partir da análise de veiculações publicitárias da época, Carvalho elencou as características do local, que também oferecia um requintado serviço gastronômico:

Preocupado em diferenciar o cardápio de domingo dos demais dias da semana, foi que o proprietário Claro Lourenço dos Santos se organizou para preparar vatapá, dentre outras variedades nesse mesmo dia; também aceitava pensionistas para o salão de refeições de sua Pensão Progresso e as entregava a domicílio. Seu estabelecimento contava com quartos confortáveis, luz elétrica, banhos quentes e frios a preços acessíveis para bem acomodar famílias e viajantes³⁸.

Em 1913, Claro passou a administrar a Pensão Coritibana, também localizada no centro da capital paranaense. O estabelecimento funcionava no andar superior do nº 72 da Rua São Francisco, na Praça da Ordem, também oferecendo o serviço de refeições no local³⁹. Em 1937, Claro e Lucilia abriram seu negócio mais longevo: a Pensão Ferreira, situada na Praça Tiradentes. O local marcou época na cidade, tornando-se um conhecido ponto de passagem para viajantes, além de também contar com o serviço de restaurante. A Pensão Ferreira manteve-se naquele endereço até 1943, quando um incêndio destruiu parcialmente o prédio. A família, então, transferiu o negócio para a Avenida Sete de Setembro e, por fim, para a Praça Santos Andrade, onde operou até 1960⁴⁰.

³⁶ CARVALHO, 2008, p. 3

³⁷ PENSÃO Progresso. **Diário da Tarde**, Curitiba, 28 out. 1911, p. 2.

³⁸ CARVALHO, Deborah Agulham. **Das casas de pasto aos restaurantes: os sabores da velha Curitiba (1890–1940)**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) — Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. p. 109.

³⁹ PENSÃO Coritibana. **Diário da Tarde**, Curitiba, 9 jan. 1913, p. 2.

⁴⁰ TRAVASSO, 2021.

De acordo com Jacy Augusta Moraes Travasso, a primeira neta do casal, os avós dividiam as obrigações quanto ao gerenciamento da Pensão Ferreira — Claro chefiava a cozinha, enquanto Lucilia era responsável pela administração. Pela fala da entrevistada, Lucilia buscava preservar a imagem de requinte do local, da mesma forma que se apresentava como uma senhora elegante e respeitável⁴¹. Tal postura pode ser interpretada como uma maneira de ocupar um espaço, de fazer-se notar em uma cidade que comumente apagava a presença dos negros. É possível que o preconceito, velado ou desvelado, tenha contribuído para essa postura, influenciando até mesmo a prática de contratação de empregados para a pensão. Nas palavras de Jacy:

Minha avó Lucilia era muito chique. Ela nunca me deixava entrar na cozinha e só tinha empregadas alemãs, italianas e polacas porque ela não queria que falassem que ela estava empregando a “família pobre”. Meu avô Claro era muito simples. Um excelente cozinheiro. Mas vovó não, ela era sofisticada. Nunca a vi usando chinelo, sempre estava de sapatinho e cabelo arrumado. Era ela quem administrava a pensão⁴².

[...]

Lembro dela ligando para a casa de carnes do Jorge Bohnn e fazendo suas encomendas, logo em seguida chegava a entrega. Não a deixavam esperando.

[...]

Para pegar e descer do bonde, tudo era em frente de casa, pois a linha passava na frente de onde morávamos, que era a rua Aquidaban [atual Emiliano Perneta] e como todos conheciam minha avó Lucilia, eles paravam fora dos pontos para me pegar e me deixar⁴³.

Pelas falas da entrevistada, é interessante observar que, em uma Curitiba branca e patriarcal, era justamente uma mulher negra que buscava marcar os espaços ocupados por sua família. Nesse sentido, convém destacar, ainda, que todos os negócios dos Ferreira dos Santos foram instalados na região central da cidade, tradicionalmente elitizada, o que demonstra que Claro e Lucilia alcançaram uma condição social favorável. Todavia, eles constituem uma exceção em um cenário de grandes privações para a maioria das famílias negras da cidade. Embora possamos citar ainda o caso dos Pamphilo, que alcançaram projeção na cena política estadual, poucas eram as oportunidades de mobilidade social para esse setor da população ao início do século XX.

A presença nas colunas sociais da imprensa curitibana também nos oferece algumas pistas sobre a projeção social alcançada pelos Ferreira dos Santos. Jornais como “O Dia”, “Diário da Tarde” e “A República” fazem menções aos aniversários de Claro, Lucilia e seus filhos ao longo de pelo menos três décadas (1910-1930)⁴⁴. Tais seções costumavam ser reservadas às famílias das elites, que dispunham de

⁴¹ TRAVASSO, 2021.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Como exemplos, podemos citar: FELICITAÇÕES. **A República**. Curitiba, 4 fev. 1910, p. 2; FAZEM annos hoje. **O Dia**. Curitiba, 26 jul. 1926, p. 6; ANIVERSÁRIOS. **Diário da Tarde**. Curitiba, 9 out. 1939, p. 10.

contatos com os proprietários dos diários locais e poderiam pagar por tais anúncios. Logo, a presença de seus nomes assinala o reconhecimento local.

Lucilia administrou a pensão até sua morte, em 9 de agosto de 1943. Seu velório foi marcado por grande comoção, como relembra Jacy:

Eu era criança, então não conseguia entender direito, mas vovó era muito importante e reconhecida na cidade. No dia do seu enterro, a loja Frischmann's [especializada em roupas sociais] que ficava em frente à pensão não abriu em consideração a ela. E na hora da saída para o cemitério — naquele tempo o caixão saía da casa e ia até o cemitério em uma carroça puxada por um cavalo — o comércio em torno da pensão fechou para acompanhar o cortejo⁴⁵.

Com o falecimento da matriarca, os filhos passaram a auxiliar Claro na administração dos negócios da família até que eles assumissem definitivamente tais funções. Por ocasião de seu falecimento, em 1955, o jornal “O Dia” destacou a idade avançada do patriarca, bem como as contribuições de seus filhos para o futebol curitibano. Não há nenhuma menção às pensões ou ao restaurante, entretanto, a nota menciona que o cortejo fúnebre partiria da Rua Senador Alencar Guimarães em direção ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula⁴⁶. Assim, embora Claro já não fosse mais associado aos seus antigos negócios, a projeção social conquistada por ele e sua falecida esposa garantira uma condição favorável aos filhos.

A segunda geração: os filhos de Claro e Lucilia na Curitiba da primeira metade do século XX

Claro e Lucilia tiveram nove filhos — quatro mulheres, sucedidas por cinco homens. Infelizmente, três das filhas faleceram precocemente, o que dificultou o levantamento de informações a respeito de suas breves trajetórias de vida. Ainda que o depoimento de Jacy Augusta Moraes Travasso forneça algumas informações, ela foi uma criança que teve pouco ou nenhum contato com essas mulheres. Da tia mais velha, Juracy (1906-1925), lembra-se apenas de histórias contadas pelos demais membros da família: tratava-se de uma moça que se casou jovem, com um homem de nome Sebastião, e foi acometida por uma apendicite que ceifou tanto sua vida, quanto a do bebê⁴⁷.

A mãe de Jacy, Jacyra (1908-1934), também faleceu precocemente, aos 25 anos de idade. Ela trabalhava como professora e foi casada com o Tenente Paulo Augusto de Moraes, médico veterinário do exército — com a união, passou a assinar Jacyra Ferreira de Moraes. Após sua morte, Jacy ficou aos

⁴⁵ TRAVASSO, 2021.

⁴⁶ FALECIMENTO. **O Dia**. Curitiba, 3 fev. 1955, p. 9.

⁴⁷ TRAVASSO, 2021.

cuidados da avó materna⁴⁸. A respeito de Iracy (1910-1933), a quarta filha do casal Claro e Lucilia, Jacy diz apenas se lembrar que ela cursava a Escola Normal quando faleceu⁴⁹.

A tia com quem Jacy mais teve contato foi Jandyra (1908-1984), a segunda filha de seus avós. Tal qual a mãe, Jandyra também se tornou uma mulher conhecida na capital paranaense, destacando-se por suas atividades de assistencialismo em filantropia ao longo de mais de três décadas. Por suas ações, foi homenageada com a denominação de uma rua no bairro Fazendinha. Ao apresentar o projeto de lei referente a tal ação, o vereador Zé Maria assim resumiu os trabalhos de Jandyra:

Em datas especiais para crianças, como Páscoa, Natal, Dia das Crianças, preparava pessoalmente lanches, coberto de gêneros de primeira necessidade, dirigindo-se a hospitais, asilos, creches, educandários e famílias carentes, onde além dos objetos que distribuía, doava amor, elevando a auto-estima dos desvalidos que se sentiam à margem da sociedade.

Jandyra casou-se com Aristides Conceição. O casal não teve filhos biológicos, mas adotou Marli Vosne, à época com três anos de idade. De acordo com Jacy, a criança vinha de uma família com dificuldades financeiras, que decidira “doar” as crianças — uma prática comum à época. Com a morte de Lucilia, coube a Jandyra assumir o papel de matriarca da família e a administração da pensão. “[Meus tios] eram todos muito unidos. Não faziam nada sem consultá-la. Foi ela que se ocupou da formatura do tio Oswaldo em Medicina, foi ela que cuidou do meu enxoval e vestido de noiva quando me casei”, recorda-se Jacy⁵⁰.

É interessante observar que, entre as mulheres da família Ferreira dos Santos, houve grande apreço por atividades culturais e filantrópicas, além de valorizarem a educação como um meio de conquistar um emprego digno. Jandyra, por exemplo, preencheu a posição anteriormente ocupada por sua mãe tanto no ambiente privado, quanto no espaço público, destacando-se como mulher de negócios e filantropa. Por sua vez, as trajetórias de Jacyra e Iracy indicam as oportunidades profissionais que uma carreira no magistério poderia proporcionar às mulheres afro-brasileiras na Curitiba da primeira metade do século XX.

O mesmo cuidado com a criação feminina foi passado a Jacy. De acordo com ela, suas famílias paterna e materna apresentavam valores bastante diferentes a respeito da educação de uma menina. A primeira concedia maior liberdade e contato constante com outras crianças. A segunda, por outro lado, pregava uma educação mais rígida, que incluiu o estudo de piano, uma atividade comumente reservada às filhas de famílias abastadas:

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ TRAVASSO, 2021.

A avó Lucilia e a tia Jandyra se encarregaram da minha sua criação. Com a família Ferreira dos Santos eu levava uma vida de fausto, muito chique. Para se ter uma ideia, eu sou formada em piano. Durante muitos anos dei aula de piano. Eu tinha aula de piano em casa, na Pensão Ferreira, que ficava na Praça Tiradentes. Minha professora era a Rachelzinha, sobrinha dos professores Rachel e Raul Menssing, ela ia me dar aula na pensão. Como eu era a primeira neta da família materna, ficava muto sozinha, diferente de quando eu ia na casa da família do meu pai. Ele tinha seis irmãos, todos com filhos, então lá eu tinha muitos primos para brincar e corria, pulava, caía, ralava o joelho — todas situações não permitidas por minha avó Lucilia. Lembro quando subia as escadarias da pensão correndo, e chegava lá no topo da escada e dava de frente com a minha avó fazendo aquele gesto com a cabeça de desaprovação⁵¹.

Os homens da família Ferreira dos Santos tiveram suas vidas ligadas ao futebol que, à época, despontava como uma carreira profissional segura para muitos jovens afro-brasileiros. À época da consolidação de suas carreiras, a modalidade já despontava com grande prestígio no país, contando com diversos campeonatos e até mesmo seleções estaduais, que reuniam os melhores jogadores de cada unidade federativa brasileira. Especializados em posições de defesa, parte dos irmãos Ferreira dos Santos chegou a atuar pelos mesmos times em alguns momentos de suas carreiras, de modo que ficaram conhecidos por apelidos como “trio de ferro”, “trio de aço” ou “cortina de aço”⁵².

Todavia, alguns desafios com relação à reconstituição de suas trajetórias persistem. É bastante difícil, por exemplo, realizar um quantitativo dos jogos disputados por cada irmão ou dos gols marcados pelos mesmos, uma vez que o futebol paranaense estava apenas começando a se profissionalizar. Além disso, muitas das agremiações pelas quais os Ferreira dos Santos passaram foram extintas, de modo que é difícil precisar os rumos da documentação produzida por tais clubes.

Haroldo (1912-1967) iniciou sua carreira aos quinze anos de idade, conquistando o campeonato da Liga Curitibana de Desportos pelo Operário do Ahú. Ele passou ainda pelo Guarany, Caxias, Ferroviário, Palestra Itália, Coritiba e E. C. Brasil. A imprensa da época destacou suas habilidades, chamando-o de “jogador sete instrumentos” — ou seja, poderia atuar em todas as posições, exceto como goleiro. Após se aposentar dos gramados, assumiu papéis como técnico e preparador físico de times paranaenses e de São Paulo⁵³.

Outro irmão que se destacou por sua atuação dentro e fora dos campos foi José (1915-1974), conhecido no meio esportivo como Ferreira. Ele ingressou em times amadores de Curitiba, ainda na infância, e começou a jogar profissionalmente em Santa Catarina, onde prestou serviço militar. De volta à capital paranaense, atuou no Atlético e fez história no Ferroviário. Jogou ainda pelo Santos, de São Paulo.

⁵¹ Idem.

⁵² Cf. VANALI, 2022.

⁵³ Idem.

Além de jogador, foi também técnico, auxiliar (bandeirinha) e árbitro. Posteriormente, mudou-se para o Rio Grande do Sul⁵⁴.

A trajetória de Oswaldo (1916-1990) apresenta uma importante particularidade: ele se firmou como jogador profissional ao mesmo tempo em que ingressou na Faculdade de Medicina do Paraná, que atualmente integra a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Como, à época, o curso era pago, ele se valeu do futebol para custear os estudos. Assim, ele se tornou o primeiro membro de sua família a ter formação superior. Dois anos após formado, Oswaldo abandonou o futebol e mudou-se para São Paulo, onde abriu um pequeno hospital pediátrico. Ele se casou com Felicia Agrasso, uma enfermeira espanhola. O casal não teve filhos⁵⁵.

Uma fotografia preservada no acervo pessoal de Ozeil Moura dos Santos, sobrinho de Oswaldo, acentua a excepcionalidade de seu feito. Na imagem, datada de 1939, ele posa juntamente com o time da Seleção Paranaense de Acadêmicos de Medicina. Todos os jogadores, com exceção de Oswaldo, são brancos. Embora não possamos atestar as origens sociais dos demais integrantes do time, é possível que a maioria seja proveniente de famílias da elite curitibana. Assim, o registro assinala como a universidade ainda era um lugar distante para a maioria da população negra de Curitiba naquele período.

Conhecido nos gramados como Janguinho, João (1917-1996) iniciou sua carreira em times amadores de Curitiba. Alcançou projeção no futebol paranaense tornando-se o jogador que por mais vezes defendeu a seleção estadual — 12 ocasiões. Posteriormente, atuou pelo Santos, de São Paulo, e também foi técnico de futebol, a exemplo de seus dois irmãos mais velhos. Ao fim da carreira esportiva, abriu dois bares que se tornaram conhecidos na noite curitibana: o Tupiá e o Bar do Janguinho, ambos localizados na região central da cidade⁵⁶.

O mais novo dos irmãos Ferreira dos Santos, Claro (1919-1986) também buscou enveredar-se profissionalmente pelo esporte, contudo, sua carreira não vingou. Optou pelo comércio, tornando-se um conhecido vendedor de frutas que atuou por mais de 40 anos na capital paranaense. Também foi responsável pelo Bar Guaíra, situado no centro da cidade. A irmã Jandyra passou a auxiliá-lo na administração dos negócios após o fechamento da pensão mantida pela família⁵⁷.

Mesmo com a transferência do pai para o Mato Grosso, Jacy permaneceu em Curitiba para realizar seus estudos no internato do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Nos períodos de folga, ela frequentava a casa dos avós maternos, onde teve grande convívio com quatro de seus tios:

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Cf. VANALI, 2022.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ TRAVASSO, 2021.

O tio Lê [Claro], o mais novo, era o mais alto e o mais debochado de todos. Ele vendia frutas com um caminhão e, toda vez que vinha chegando, tocava uma sineta e já sabíamos que era ele. Eu amava o caminhãozinho dele.

O tio Dico [Oswaldo] era quem me levava aos bailes e festas. Costumávamos frequentar a Sociedade 13 de Maio, a Sociedade 28 de Setembro, a Sociedade Operária. Era uma alegria preparar os vestidos para ir nesses bailes.

O tio Loto [Haroldo] era namorador e um ótimo dançarino. Também era o mais caladão da família.

O tio Jango [João] estava sempre envolvido com a formação de crianças no futebol, tanto que ele era padrinho de vários meninos que se tornaram importantes da família Lattes e também do Aramis Millarch. Foi ele quem fez a marcação do local da piscina do Iate Clube de Guaratuba.

Como o tio Jeca [José] foi morar no Rio Grande do Sul um tempo eu não tive muito contato com ele⁵⁸.

Além de resgatar as memórias da vida em família, o relato de Jacy nos oferece alguns pontos interessantes para refletirmos sobre as trajetórias dos irmãos Ferreira dos Santos. Por meio do sucesso no futebol, a maioria dos homens da família preservou o prestígio alcançado por seus pais na cidade. Oswaldo, por exemplo, tornou-se médico e frequentou importantes espaços destinados a eventos sociais — alguns dos quais já haviam sido anteriormente frequentados por seus pais. No caso de João, é possível destacar que o esporte lhe permitiu estabelecer uma rede de sociabilidades com instituições educacionais de renome e famílias tradicionais na cidade.

O reconhecimento obtido pelos irmãos Ferreira dos Santos refletiu-se ainda em homenagens em vida e também póstumas, como a denominação de logradouros públicos na capital do Paraná. Por meio de iniciativas da Câmara Municipal de Curitiba, foram estabelecidas a Rua Haroldo Ferreira dos Santos, no bairro Tatuquara; a Rua Oswaldo Ferreira dos Santos, situada na Cidade Industrial; a Rua João Ferreira dos Santos, localizada no bairro São Miguel; e a Praça José Ferreira dos Santos, no Tarumã⁵⁹.

Conclusão

Conforme mencionamos no início deste artigo, traçar a trajetória de uma família negra em uma cidade marcada por um discurso de europeização pressupõe uma série de desafios. Ainda que não possamos desvelar em detalhes todos os aspectos dos Ferreira dos Santos na Curitiba da primeira metade do século XX, a análise de fontes da imprensa e o recurso da História Oral nos permitiram analisar como a família conseguiu transpor as barreiras impostas à população negra e alcançar projeção na cidade.

Também por meio da documentação levantada, foi possível observar como os Ferreira dos Santos buscaram preservar essa posição ao longo de décadas, valendo-se de sua atuação profissional e social para

⁵⁸ TRAVASSO, 2021.

⁵⁹ Sobre as homenagens, consultar: VANALI, 2022.

estabelecer redes de contatos. Convém ressaltar que, ao construir esse panorama de breves perfis biográficos, buscamos compreender como as condições materiais do referido contexto histórico influenciaram nesse processo, evitando a falácia da simples transposição das barreiras raciais existentes. As reflexões aqui apresentadas tiveram por objetivo resgatar a história dessa família que, em meio a um discurso favorável à branquitude, tende a se diluir na história de Curitiba.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ANIVERSÁRIOS. **Diário da Tarde**, Curitiba, 9 out. 1939, p. 10.
- CARVALHO, Deborah Agulham. “Cozinha especial e comida a qualquer hora”: dos serviços de proprietários e cozinheiros nas casas de pasto, restaurantes e afins (Curitiba, 1890-1940). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 19, n. 1, p. 313-332, jan./jul. 2008.
- CARVALHO, Deborah Agulham. **Das casas de pasto aos restaurantes**: os sabores da velha Curitiba (1890-1940). 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) — Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- CASAMENTO Civil. **A República**, Curitiba, 8 dez. 1905, p. 2.
- CURITIBA (PR). Catedral de Curitiba. **Registro de batismo de Rosária**. Registro em: 26 set. 1901. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DN93-JM?i=159&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A66K7-B1QG>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CURITIBA (PR). Registro Civil. **Registro de óbito de Claro Lourenço dos Santos**. Registro em: 2 de fevereiro de fev. 1955, p. 68. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-WM9F-5K?i=70&cc=2016194&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A685M-S8GC>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CURITIBA (PR). Registro Civil. **Registro de óbito de Lucilia Ferreira dos Santos**. Registro em: 9 ago. 1943, p. 291-292. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-7B3F-JD?i=298&cc=2016194&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A68H1-X12P>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- FALECIMENTO. **O Dia**, Curitiba, 3 fev. 1955, p. 9.
- FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarión e AINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1997. p. 241-258.

FAZEM annos hoje. **O Dia**, Curitiba, 26 jul. 1926, p. 6.

FELICITAÇÕES. **A República**, Curitiba, 4 fev. 1910, p. 2.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **População escrava da Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação (1873–1886)**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798–1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161–188, mar./ago. 1988.

HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143–191, jun. 2005.

JACY (2021). Entrevista de Jacy Augusta Moraes Travasso, filha de Jacyra Ferreira dos Santos, concedida a Ana Christina Vanali no dia 09 de janeiro de 2021 em Curitiba.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2004.

OLIVEIRA, Luis Claudio. **Famílias negras centenárias: memórias e narrativas**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016.

PALMA, Rogerio da; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 311–340, abr. 2018.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**, v. 1. 1990. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) — Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

PENSÃO Coritibana. **Diário da Tarde**, Curitiba, 9 jan. 1913, p. 2.

PENSÃO Progresso. **Diário da Tarde**, Curitiba, 28 out. 1911, p. 2.

REGISTRO CIVIL: nascimentos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 6 fev. 1909, p. 1.

RESTAURANT “União”. **Diário da Tarde**, Curitiba, 8 dez. 1906, p. 4.

RESTAURANT União. **A República**, Curitiba, 9 dez. 1906, p. 2.

RESTAURANT União. **Almanach do Paraná**, Curitiba, 1908, p. 323.

RESTAURANT União. **Diário da Tarde**, Curitiba, 10 dez. 1906, p. 2.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Maria Rosangela. Entre a escravidão e a liberdade: famílias mistas no Paraná na segunda metade do século XIX. ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Escravos e libertos no Paraná. In: ALEGRO, Regina Célia et al (Org.).

Temas e questões para o ensino de História do Paraná. Londrina: Eduel, 2008. p. 127–142.

SILVA, Noemi Santos. Aprender a Liberdade: reflexões sobre projetos e práticas de escolarização de escravos, libertos e ingênuos no Paraná (1871–1888). **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 28, p. 149–185, dez. 2011.

TRAVASSO, Jacy Augusta M. Entrevista [9 jan. 2020]. Entrevistadora. Ana Christina Vanali. Curitiba: 2020. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Ferreira dos Santos.

VANALI, Ana C.; KOMINEK, Andrea M. V.; OLIVEIRA, Celso F. C. de. Sobre a relação entre indivíduos e coletivo na construção do patrimônio histórico: o caso do monumento à Colônia Afro-brasileira de Curitiba. **Revista Temporalis[ação]**, Goiânia, v. 21, n. 01, p. 1-20, jul./dez. 2021.

VANALI, Ana Crhistina. **Ferreira dos Santos**: Uma família de craques. Curitiba: SESC/Fecomércio PR, 2022.

Recebido em 13/05/22 aceito para publicação em 26/08/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhamentoIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Artigos

Perspectivas cruzadas: colonialismo, trauma e linguagem em Frantz Fanon e Grada Kilomba

Crossed perspectives: colonialism, trauma and language in Frantz Fanon and Grada Kilomba

Juliano Lima Schualtz¹

Bruna Gonçalves Ferreira²

Resumo: O presente artigo busca levantar algumas temáticas comunitárias entre o intelectual martinicano Frantz Fanon e a intelectual portuguesa Grada Kilomba. A princípio, vamos expor, brevemente, a trajetória de ambos, autor e autora. Em seguida, analisar a dimensão do colonialismo e do trauma em suas produções. Ademais, a questão da linguagem, no aspecto da sujeição e reorientação. Com isso, suas contribuições para pensar e repensar esses elementos em seus respectivos contextos, mas também, angariando recursos para a compreensão das problemáticas raciais no tempo presente e seus desdobramentos em outras conceitualizações. Por fim, esperamos contribuir para um exercício de descolonização do conhecimento, colocando os seus limites disciplinares em campo.

Palavras-chave: Frantz Fanon; Grada Kilomba; Colonialismo; Trauma; Linguagem.

Abstract: The present article seeks to raise some common themes between the Martinican intellectual Frantz Fanon and the Portuguese intellectual Grada Kilomba. At first, we will briefly expose the trajectory of both authors. Then, we will analyze the dimension of colonialism and trauma in their productions. Also, the issue of language, in the aspect of subjection and reorientation. With this, their contributions to thinking and rethinking these elements in their respective contexts, but also, gathering resources for the understanding of racial issues in the present time and its unfoldings in other conceptualizations. Finally, we hope to contribute to an exercise of decolonization of knowledge, placing its disciplinary limits in the field.

Keyword: Frantz Fanon; Grada Kilomba; Colonialism; Trauma; Language.

Breve itinerário

Frantz Omar Fanon (1925-1961) nasceu em Fort-de-France na Martinica, possessão francesa no Caribe. Em 1944, alistou-se para lutar na Segunda Guerra Mundial, ao lado da França, no período em

¹ Graduando do curso de História (Licenciatura) pela UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), atualmente no último período. Desenvolvi duas Iniciações Científicas com bolsa da Fundação Araucária, sob orientação do professor Dr. Erivan Cassiano Karvat, envolvendo as relações entre Historiografia, Literatura, Tempo e Biografia.

² Graduanda do curso de História (Licenciatura) pela UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), atualmente no sexto período e desenvolve uma Iniciação Científica com bolsa da Fundação Araucária, sob orientação do professor Dr. Erivan Cassiano Karvat, sobre História, Literatura nigeriana pós colonial e Gênero.

questão, a França estava sendo invadida pela Alemanha nazista. No percurso da guerra, Fanon nota que não era igual aos franceses da metrópole, havia a questão da cor e de ser colonizado³.

Posteriormente ingressou nos estudos superiores, tendo como primeira opção o curso de Odontologia em Paris, do qual desiste e começa a estudar Medicina e Psiquiatria⁴. Durante os anos de formação, assistiu às aulas de Jean Lacroix e Maurice Merleau-Ponty⁵. Entrou em contato com as teses de Hegel e suas recepções via Alexandre Kojève, com o marxismo, com a psicanálise e com o movimento de negritude: todo um mosaico de saberes comporia o repertório de Fanon.

Ao fim, precisava escrever o trabalho de conclusão de curso, o qual seria intitulado de *Ensaio sobre a desalienação do negro*, posteriormente publicado com o título de *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952). Porém, em um curso com moldes positivistas, o trabalho não foi aprovado, exigindo que Fanon, em um curto espaço de tempo, escrevesse outra tese de exercício⁶. Sendo aprovado com sucesso, após o término da graduação começou a residência médica em Saint Albans, na Inglaterra, ao lado do psiquiatra François Tosquelles⁷ (1912-1994).

Em 1956, Fanon iniciou seus trabalhos como psiquiatra na Argélia, então colônia francesa, no hospital Blida Joinville. Vivenciou o cotidiano da situação colonial e todo o sofrimento psíquico causado no/pelo colonialismo. Não demorou em abdicar do posto de médico e se juntar ao exército argelino em defesa do nacionalismo contra o colonialismo francês. Os anos posteriores seriam intensos, entre a luta na Argélia e fóruns internacionais, tornando-se cada vez mais conhecido. Em 1961 foi diagnosticado com leucemia vindo a falecer no mesmo ano. Esse breve esboço sobre a vida de Fanon é necessário para demonstrar o quanto o colonialismo marcou a sua trajetória e passou a fazer parte da sua reflexão enquanto intelectual e militante anticolonial.

Atualmente, um interesse crescente no Brasil, embora tardio, sobre o pensamento fanoniano vem construindo ciclos de debates; parte disso fruto dos trabalhos em torno da obra do psiquiatra — que têm galgado espaços nas faculdades (vindos do movimento negro) e demonstrando a universalidade do seu pensamento⁸ — e parte, também relacionada com a publicação e/ou reedição de sua obra em português. O cenário contemporâneo é marcado por disputas em relação ao pensamento do psiquiatra, apresentando vários

³ Para uma análise realizada no Brasil sobre a trajetória e formação intelectual de Frantz Fanon, ver: FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

⁴ Estudou na “Faculté Mixte de Médecine et de Pharmacie da Université de Lyon”.

⁵ Merleau-Ponty teorizou a fenomenologia da percepção, corrente filosófica que inspirou Fanon ao lado de outras formas de fenomenologia, como a hegeliana e a existencialista.

⁶ A tese de exercício se encontra em português na coletânea de livros “Escritos Psiquiátricos”. Ver: FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos**. São Paulo. UBU Editora: 2020.

⁷ Psiquiatra que ficou conhecido por formular a psicoterapia institucional e atuar na linha de frente da reforma antimanicomial.

⁸ Sobre a universalidade do pensamento de Frantz Fanon, ver: MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon**, 2011, para acessar: artafrika.letras.ulisboa.pt/

fanonismos em campo⁹: na filosofia, história, psicanálise/saberes psi, sociologia e estudos literários, áreas influenciadas, em menor ou maior grau, pela virada pós-colonial.

Por sua vez, a intelectual Grada Kilomba é uma teórica e artista nascida em 1968 na cidade de Lisboa em Portugal, com raízes na Ilha de São Tomé e Príncipe e em Angola. Ao longo de sua vida no mundo lusófono, Kilomba se deparou cotidianamente com o racismo e a *glorificação* do passado colonial português, inclusive dentro dos ambientes acadêmicos, onde foi a única estudante *negra* no departamento de psicologia analítica e clínica.¹⁰

Para realizar o seu doutorado, mudou-se para Berlim, na Alemanha. Essa mudança foi classificada pela autora como um *alívio*, pois sentia que precisava estar em um novo lugar, aprender uma nova linguagem e vocabulário para exercer o seu “*eu*”. No entanto, a escolha do mundo germânico proporcionou a Grada Kilomba outras possibilidades de contato externo, principalmente pelo contexto histórico colonial alemão e imperial, porém, a forma como a população desse país tratava o seu passado era completamente diferente daquele que ela conhecia. Os alemães sentiam *culpa* e *vergonha* de seu passado¹¹, apesar da existência de marcas profundas que ainda vigoram, enquanto, em Portugal, a *negação* e a *glorificação* da história colonial pairavam na consciência coletiva (KILOMBA, 2019).

Essa diferença, enunciada acima, fez com que Grada Kilomba participasse de núcleos de *intelectuais negras* e se reconhecesse dentro dessas discussões. Durante a primeira década dos anos 2000, lecionou em duas universidades alemãs¹² e deu inúmeras palestras sobre as obras de bell hooks¹³ e Frantz Fanon, pensadores que influenciaram a sua trajetória pessoal e acadêmica.

Em 2008, lançou o seu principal livro, em inglês, *Plantation Memories*, resultado de sua tese de doutorado, que foi aprovada com a mais alta láurea acadêmica na Alemanha. De modo geral, o livro trata de episódios de racismo cotidiano que atravessam a vida da mulheridade negra em diferentes aspectos, no tangente ao cabelo, a pele, a sexualidade, etc. Além de refletir sobre temas como a memória, gênero, raça e pós-colonialismo. Kilomba escreveu de forma interdisciplinar ao mesclar autores clássicos da psicanálise, como o Sigmund Freud, do feminismo negro como a bell hooks e dos estudos sobre a negritude e o colonialismo utilizando-se principalmente dos escritos de Frantz Fanon.

⁹ Ver: FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios, 2020.

¹⁰ Informações referentes a Grada Kilomba retiradas da Carta à edição brasileira do livro *Memórias da Plantação*, não constam informações mais detalhadas sobre sua formação acadêmica.

¹¹ Sobre a problemática da culpa na Alemanha, ver o estudo seminal de: JASPERS, Karl. **A questão da culpa**. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

¹² Universidade de Humboldt e Universidade Livre em Berlim, na Alemanha.

¹³ bell hooks (1952-2021) foi uma intelectual estadunidense e uma das principais vozes do feminismo negro, seu nome deve ser escrito sempre em letras minúsculas, pois a autora acredita que sua produção deveria chamar mais atenção de que seu nome.

No Brasil, o livro *Plantation Memories* recebeu uma tradução em 2019, publicado pela Editora Cobogó, com o título *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Ademais, a autora também dispõe de outros artigos traduzidos para o português de forma independente. Esses trabalhos são frequentemente utilizados por intelectuais brasileiros que produzem suas análises sobre o pós-colonialismo no âmbito do feminismo negro, como na coleção “*Feminismo Plurais*” organizado pela filósofa Djamila Ribeiro¹⁴.

Grada Kilomba combina o seu conjunto teórico com a sua produção artística em um intenso diálogo entre gênero, raça e descolonização. Seu repertório já foi composto de performances-palestras, leituras encenadas e videoinstalações, e dão corpo a sua produção acadêmica. A artista e teórica já teve suas obras expostas no Brasil, como *The Desire Project* e *While I Speak, While I Write e While I Walk*¹⁵ na 32º Bienal de São Paulo, de 2016, e *Grada Kilomba: desobediências poéticas*¹⁶ na Pinacoteca de São Paulo, em 2019.

As relações entre Grada Kilomba e Frantz Fanon se assentam na análise do colonialismo e das temáticas raciais (no nível da “negritude” e da “branquitude”), também dos seus desdobramentos, como o fenômeno da linguagem, do silenciamento, do reconhecimento e do trauma. Salientamos o investimento filosófico e psicanalítico em ambos os autores¹⁷. E, também, a dimensão poética atuante na construção estética das narrativas e a utilização de um arsenal teórico bastante polissêmico, de natureza aberta. Ademais, no caso de Grada Kilomba, a influência do feminismo negro incrementa tanto as suas análises quanto a sua recepção das teses fanonianas.

Colonialismo e trauma

Colonialismo e trauma para Frantz Fanon:

Achille Mbembe, fez um apontamento simples sobre Frantz Fanon, mas demasiado contundente: para ele Fanon teria sido um passante e testemunha ocular da provação do desastre absoluto; passando pela experiência de fim do mundo, presente na Segunda Guerra Mundial, em que participou em defesa da França, presenciando as incontáveis mortes, cadáveres e traumas, seguidamente deparou-se com o colonialismo e seus efeitos (MBEMBE, 2011). Com isso, as sequelas e sintomas do término da Segunda Guerra Mundial

¹⁴ A coleção “Feminismos Plurais” é organizada pela filósofa Djamila Ribeiro. E incorpora os saberes disseminados por Kilomba, já que seu intuito é *dar voz* a intelectuais negros que estudam a negritude, o racismo e temas que dialogam com as questões raciais.

¹⁵ Sobre a exposição acesse: <http://www.32bienal.org.br/pt/participants/0/2555>.

¹⁶ Sobre a exposição acesse: <https://pinacoteca.org.br/programacao/grada-kilomba-desobediencias-poeticas/>.

¹⁷ Para outra relação, entre Fanon e Kilomba, mesmo não sendo o foco do artigo, em que é trabalhado a relação entre trauma colonial, colonialidade e sociogenia em Fanon, ver: LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. *Arq. bras. psicol.* [online]. 2020, vol.72, n.spe, pg. 80-93.

em conjunto com a reorganização do colonialismo europeu constituiriam traços fundamentais para a geração do psiquiatra. Geração que passou pelo nazismo e vivenciou o colonialismo, elementos incontornáveis na trajetória de Fanon e que por mais terríveis que fossem, Fanon nunca deixou de lutar e buscar compreendê-los para superá-los (MBEMBE, 2011).

Dois dos momentos-chave da história contemporânea; o colonialismo e o nazismo, enquanto duplos de um processo semelhante¹⁸, fornecem correspondências históricas fundamentais para a compreensão da obra fanoniana e para o redirecionamento das questões postas por ela. Já foi descrito neste texto o atravessamento que o colonialismo tem na biografia de Fanon, mas como ele é analisado em seus escritos?

Primeiramente, a proposta de Fanon, em sua obra de estreia, consiste em realizar um estudo psicológico sobre o negro (FANON, 2008) na situação colonial francesa, tensionando a relação metrópole/colônia na formação do que o autor nomeou “duplo narcisismo”: “O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura” (FANON, 2008, p. 27). Todavia, o estudo psicológico alçado por Fanon não era apenas aquele esquematizado no campo “filogenético” da psiquiatria ou “ontogenético” da psicanálise, mas sim, o da “sociogenia”¹⁹, sendo necessário inscrever os problemas dialeticamente a partir da particularidade sócio-histórica em que se desenvolvem.

Para Fanon, as metafísicas essencialistas negro/branco seriam criações do colonialismo durante a modernidade, tornando, assim, algo fulcral a análise do colonialismo desde a modernidade²⁰. Na ficção auto-identitária europeia²¹, a produção do outro enquanto estranho e perigoso foi de suma importância para o Ocidente. Ainda nesse conjunto, a economia ocuparia um lugar de destaque, sendo que a expansão do domínio europeu e das práticas de colonização acompanharam, passo a passo, a própria ascensão do capitalismo. O processo material do colonialismo vinculado ao capitalismo está umbilicalmente coligado com o enriquecimento da Europa e com a manutenção do seu capital cultural. Fanon não deixaria tais elementos passarem desapercebidos.

¹⁸ Refletimos sobre o nazismo enquanto duplo do colonialismo na chave interpretativa proposta por Aimé Césaire e o próprio Frantz Fanon (tópico presente em outro livro do autor, *Os Condenados da Terra* (1961). As tecnologias de controle colonial, antes utilizadas nas colônias, com a Segunda Guerra Mundial foram redimensionadas para dentro da Europa, contra o “homem branco”, nesse caso: o judeu. Com isso, o colonialismo tornou-se uma ferramenta de controle e administração política no interior mesmo da civilização europeia.

¹⁹ Fanon manteve um diálogo com a psiquiatria, porém, criticou o seu viés materialista-biologizante. Dado que a psiquiatria trabalharia estritamente com o campo biológico, buscando solucionar problemas por esse recorte (da filogenia, da espécie), a psicanálise instigou Fanon, visto que, a dimensão do inconsciente, da linguagem e das narrativas operava para além do campo da biologia, dialogando com a individualidade (da ontogenia). Entretanto, o indivíduo é um “produto” constituído historicamente, sendo preciso compreender as contradições do mundo social que o formam (sociogenia).

²⁰ Para aprofundar essa discussão, ver: BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de Negro, Lugar de Branco?:** Esboço para Uma Crítica À Metafísica Racial. São Paulo, Editora Hedra, 2019. E: MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo, n-1 edições, 2018.

²¹ Chamamos de ficção auto-identitária europeia o investimento da universalização do particular europeu e criação de outros sujeitos a partir de critérios ocidentalizantes.

Quando Fanon escreve, de modo localizado, sobre a situação colonial na sociedade francesa do pós-guerra e depois em torno da guerra em nome do nacionalismo anti-colonial na Argélia, vários temas são mobilizados em seus livros: linguagem, violência, trauma, nacionalismo, revolução, ontologia, identidade, corpo, sexualidade, reconhecimento, política, clínicas, etc. — temáticas atravessadas pelo crivo do colonialismo. Ademais, ele estava interessado na produção da subjetividade alicerçada pelo colonialismo, sendo o tópico da linguagem (o qual será analisado logo mais) a porta de entrada para abordar as contradições do processo.

No colonialismo é preciso construir uma imagem fóbica do negro no imaginário da sociedade colonizada, tornando a sua cultura irracional e feia. No capítulo 6, de *Pele Negra, Máscaras Brancas*, nomeado “O negro e a psicopatologia”, Fanon analisa os diversos processos formativos do negro no imaginário da sociedade francesa e antilhana, entre a colônia (Martinica) e a metrópole (França), pois haveria todo um conjunto de olhares e sentidos (representações) inscritos no corpo negro presentes na instituição familiar, nos jornais e em livros escolares. Esses processos formativos evidenciam o problema da identificação do negro com o conquistador;

E o Lobo, o Diabo, o Gênio do Mal, o Mal, o Selvagem, são sempre representados por um preto ou um índio, e como sempre há identificação com o vencedor, o menino preto torna-se explorador, aventureiro, missionário “que corre o risco de ser comido pelos pretos malvados”, tão facilmente quando o menino branco (FANON, 2008, p. 130-131)

A identificação do jovem antilhano com o branco desmorona através do olhar: “O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas o primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina” (FANON, 2008, p. 13). Após o entesouramento da identificação do negro com o francês, as bases do complexo de inferioridade começam a ganhar espaço no “interior” do negro (a epidermização), trazendo a lume o problema da despersonalização. Os jovens antilhanos que desembarcavam em Paris para estudar, vindos de Fort-de-France, pouco sabiam desses problemas que viriam à tona logo no primeiro contato ocular.

Do outro lado, no olhar do branco, o preto constituía um objeto fobógeno e ansiógeno. Para o objeto aglutinar e produzir medo são necessárias certas características sobredeterminadas, ou seja, uma construção polifônica, seguindo uma cadeia de eventos fabricando sentidos sobre o objeto (o corpo do negro) “[...] é dotado de intenções más e de todos os atributos de uma força maléfica [...]” (FANON, 2008, p. 137). Essa rama de eventos no contexto da situação colonial produzia sujeitos necrófobos (os franceses), colocando os negros na condição de objetos estigmatizados com os medos e desejos do branco.

A negrofobia, por sua vez, possui uma relação com a questão sexual, sendo os negros reduzidos à sua potência sexual, são genitais, suas funções cognitivas são restrinidas aos seus membros, acima de tudo, são

puramente biológicos: “Vamos ficar atentos. Tomar cuidado senão eles nos inundarão com pequenos mestiços” (FANON, 2008, p. 138). A preocupação com a mestiçagem está correlacionada com o medo do homem branco em ser traído por sua parceira, em manter a sua pureza racial e assinala o receio da sua “inferioridade sexual”: “Sendo o ideal de virilidade absoluto, não haveria aí um fenômeno de diminuição em relação ao negro, percebido como símbolo fálico? O linchamento do negro não seria uma vingança sexual?” (FANON, 2008, p. 139). A alegoria fálica e a produção do negro enquanto o “outro racial” com requintes de sexualização foi uma constante em sociedades colonizadas.

Com isso, ele — o negro — é visto enquanto o outro e não pode falar sobre si e sobre o mundo, sendo o colono, responsável por informar: “olha, um preto!” (FANON, 2008, p. 103); a informação visual do corpo negro enquanto perigoso e excêntrico se torna o exemplo mais lapidar dessa construção. Excluído do circuito humano, ausente de “resistência ontológica” (FANON, 2008) e sem possibilidades de reconhecimento²².

Em seu último livro, *Os Condenados da Terra* (1961), Fanon analisa, entre vários temas, como o duplo fenômeno colono/colonizado fabrica uma relação com a própria territorialidade, sendo o mundo colonizado o

Mundo compartimentado, maniqueísta, imóvel, mundo de estátuas; a estátua do general que efetuou a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte. Mundo seguro de si, que esmaga com suas pedras os lombos esfolados pelo chicote. Eis o mundo colonial (FANON, 1968, p. 38)

A divisão maniqueísta da geografia e da demografia, com fronteiras, enclaves e estátuas (lastreando monumentos para os colonialistas) foi fundamental para cimentar os limites e as limitações de/por onde os corpos podem circular e quais corpos podem circular, conotando outra dimensão do colonialismo no nível da terra (o título do livro não é em vão). O espaço do colonizado estaria imerso na construção imagética (que discorremos acima), em que a “lei” é a própria ordem colonial e seus representantes seriam treinados nas artes da tortura, da pilhagem e da chantagem, sendo a única perspectiva possível a da violência. Enfatizando,

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e: institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado (FANON, 1968, p. 28).

²² Para as finalidades deste trabalho não vamos adentrar nas discussões sobre o conceito de “ser-humano”, em outras formas de pensar o reconhecimento a partir de Hegel, nas querelas do humanismo radical, da problemática universal-particular, elementos que estão ganhando cada vez mais espaço nos estudos fanonianos.

Em contraste, o mundo do colono demarca a oposição radical, habitando uma cidade protegida e segura, com ruas limpas e planas, com iluminação e água, totalmente estruturada para a sua vivência, comportando uma cidade de brancos e estrangeiros, e na qual os nativos e imigrantes não têm lugar (FANON, 1968). A poucos metros da habitação do colono, os postos policiais e soldados faziam e transgrediam a lei que bem entendiam. Dois mundos em oposição, mas um hierarquizava o outro em uma “casta” de violência.

Por fim, Fanon termina o seu livro relatando e arquivando, a partir da descrição de casos clínicos, as consequências do colonialismo para as vidas, bem como para a saúde mental, de colonos e colonizados. Enquanto psiquiatra que atendeu colonos e colonizados, as desordens psíquicas, “perturbações mentais” e demandas por tratamento compunham o seu cotidiano, além de corpos desmembrados e subjetividades patologizadas pela dominação colonial, o transcurso do colonialismo preparava o território para sobrevivências e pós-vidas traumáticas. Ainda, as dimensões do não-reconhecimento, do complexo de inferioridade e da desumanização produzida no colonialismo, levantam conteúdos traumáticos — no caso do livro *Pele negra, máscaras brancas* — inserindo elementos que parecem insuperáveis para o negro em sua experiência traumatizante de contato com a metrópole, desestabilizando-o e despersonalizando-o por completo, produzindo memórias traumáticas e de sofrimento racial, um elemento partilhado em comum nos diferentes regimes de terror racial ao longo da história (GILROY, 2012). Ou seja, o trauma atravessa a vivência do negro via processo de desumanização no colonialismo, posteriormente, o trauma enreda colonos e colonizados em vidas partidas e entrelaçadas pelos efeitos do sistema colonial e das consequências da guerra.

Colonialismo e trauma para Grada Kilomba:

A mudança de Grada Kilomba de Portugal para a Alemanha acarretou o fortalecimento de sua trajetória pessoal e intelectual, principalmente ao se envolver em diferentes círculos de discussões com intelectuais negras, onde a pensadora teve contato com novas teorias, vivências e — o principal — com a consciência coletiva alemã, que demandava certo grau de responsabilização na relação com o passado (KILOMBA, 2019). Desse modo, enquanto habitou em Portugal, Kilomba conviveu com a *negação* e a *glorificação* do passado colonial lusófono. Essas questões influenciaram em suas concepções sobre o *colonialismo* e o *trauma*.

No seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, podemos notar uma clara influência de dois intelectuais, primeiro do psicanalista Frantz Fanon, que direciona a escrita de Kilomba,

principalmente no seu olhar para/sobre o negro, e a segunda de bell hooks, estudiosa das mulheres negras e grande nome do feminismo negro. Nesse ínterim, o livro pretende discutir e conceitualizar o racismo cotidiano, o colonialismo e o trauma, na vivência da mulheridade negra através do que a autora conceitualizou de episódios.

A princípio, Kilomba entende o *racismo cotidiano* como uma “(...) tela para projeções do que a sociedade *branca* tornou tabu” (KILOMBA, 2019 p. 79). Dessa maneira, o racismo cotidiano é uma opressão da contemporaneidade, que apresenta aos negros o papel da *Outridade* e reencena a violência colonial.

Assim, o negro, no papel do *Outro*, pode significar tudo aquilo que o branco considera ruim e errado em uma sociedade modernizada. A construção do negro como *Outridade* se dá pela personificação daquilo que o branco não quer ser ou se parecer. Ou seja, o negro, não é o *Outro* por si, mas pela negação daquilo que a branquitude é. Para construir o seu argumento, Grada Kilomba pensa a partir de Frantz Fanon (2019, p. 37-38): “O que é frequentemente chamado de alma negra é uma construção do homem branco”, para ela isso reforça que a outridade aqui é relacionada às fantasias criadas e reprojetadas, consciente e inconscientemente, pelos brancos nos sujeitos negros,

Toda vez que sou colocada como “outra” (...) estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não o *eu - e*, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual. (KILOMBA, 2019, p. 78)

Para a autora, os sujeitos negros são vistos enquanto outridade quando são interpretados como infantilizados, primitivos, incivilizados, animalizados e/ou sexualizados (KILOMBA, 2019). Ao analisar essas concepções da *outridade*, Grada Kilomba utiliza *expressões de inferiorização do negro*, também discutidas por Frantz Fanon (1952).

Ademais, o racismo cotidiano constitui uma *realidade traumática* aos sujeitos negros, pois, além da inferiorização causada pela outridade, o racismo cotidiano também se apresenta, conforme apresenta Grada Kilomba, através da atemporalidade das Memórias da Plantação²³. Nas palavras da autora,

²³ Grada utiliza o conceito de plantação em seu atributo original, isto é, a *plantation*, sistema de monocultura amplamente conhecido no período escravocrata pelo continente americano. Entretanto, insere outro sentido no conceito, a plantação enquanto uma relação de atualização e encenação do passado colonial na contemporaneidade, afetando a vida de pessoas negras através do racismo cotidiano. Salientamos que autores diaspóricos, como Paul Gilroy e Édouard Glissant, também contribuíram na construção de outros sentidos para a condição da *plantation*, na questão das modernidades coloniais (Gilroy) e das poéticas da relação (Glissant).

(...) A combinação dessas duas palavras, “plantação” e “memórias”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o sujeito negro em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele é aprisionado como a/o “Outra/o” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o sujeito negro estivesse naquele passado agonizante (KILOMBA, 2019, p. 29-30).

Para Kilomba, o passado colonial foi “memorizado” como uma experiência traumática e coletiva, em que a “plantação” leva os sujeitos negros a *lembarem* das opressões raciais, insultos e humilhações através do racismo cotidiano. Essa “memorização” do trauma colonial não pode ser simplesmente esquecida, mas, permanecerá presente, e será relembrada conforme as opressões raciais surgirem:

A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumática (KILOMBA, 2019, p. 213).

Nesse sentido, a teórica vincula o “trauma colonial” com o “trauma individual” e caracteriza três categorias traumáticas distintas: *choque violento*, a *separação* e a *atemporalidade*.

A primeira categoria traumática do racismo cotidiano é o *choque violento*, sendo que a opressão racial é esperada pelo sujeito negro, no entanto, sempre que ela acontece é recebida com *surpresa* e *choque*. Apesar do negro esperar pelo racismo, este nunca está preparado para absorver a intensidade dessa experiência. Dado que, o racismo cotidiano não opera isoladamente, mas no plural, e cheio de “episódios que reproduzem o trauma de uma história colonial coletiva” (KILOMBA, 2019, p. 218).

A segunda categoria traumática é a *separação*, e refere-se à separação física da comunidade, do sujeito negro com a sociedade. Kilomba afirma que quando Fanon escreveu “Naquele dia, completamente deslocado incapaz de estar no exterior com o outro, o homem branco, que impiedosamente me aprisionou, eu me levei longe da minha presença (...) e me fiz um *objeto*” (FANON *apud* KILOMBA, 2019, p. 221) ele faz uma alusão a essa *separação*. Essa divisão resulta em perda e isolamento do sujeito negro com a sociedade que o cerca.

A *atemporalidade* é a terceira categoria traumática, conforme a autora, o racismo cotidiano leva o sujeito negro do momento presente a uma cena do passado, os mecanismos traumáticos do racismo são tão profundos que uma agressão racial presenciada no “aqui” parece ser “naquela época” (KILOMBA, 2019, p. 223). A teórica continua explicando que os negros são persistentemente assombrados pelo colonialismo, pois o passado “agride no presente” (KILOMBA, 2019, 223), isso acontece porque a história dos negros

(aqui a autora se refere a escravização e ao colonialismo) foi enterrada indevidamente, portanto o racismo é uma tentativa de *colonização* no negro.

Grosso modo, o racismo cotidiano rememora o passado colonial no sujeito negro, e essa lembrança é um ato traumático. Em outras palavras, o colonialismo se faz presente cotidianamente através do racismo, como um trauma. Para Grada Kilomba, “Parece que tudo ao meu redor era, e ainda é, colonialismo.” (KILOMBA, 2019, p. 66).

Nesse contexto, enfatizamos como a autora comprehende o negro, o colonialismo e o trauma na contemporaneidade. Agora desejamos apresentar alguns episódios de racismo cotidiano expostos pela autora em seu livro e exemplificam os conceitos discutidos.

Como já foi explicitado, Grada Kilomba esteve muito inserida em grupos de intelectuais negras, onde teve contato com discussões sobre feminismo negro e as opressões sofridas especificamente por mulheres negras. Nesse sentido, a autora utiliza a *interseccionalidade*²⁴ para a análise em seu estudo.

Para Kilomba, o racismo e o sexismão o pressões interconectadas sofridas por mulheres negras, resultando no *Racismo Genderizado*. Desse modo, raça e gênero não podem ser analisados de maneira singularizada, ou individualizada, sendo categorias entrecruzadas. Assim, o racismo genderizado, não pode ser visto de forma cumulativa ou sobreposta, mas interseccional (ESSED *apud* KILOMBA, 2019).

Nesse aspecto, os episódios referem-se a relatos de duas mulheres²⁵, uma afro-alemã e outra afro-estadunidense. Sobre *políticas espaciais* a autora reservou três episódios de racismo cotidiano pelo qual passam as entrevistadas, e de modo geral esses episódios giram em torno do questionamento do *lugar* ocupado pelo negro. Elas dizem ser persistentemente perguntadas “*de onde vem*” e “*de onde a sua família pertence*”. Para Kilomba esses questionamentos são levantados para mostrar o *lugar* onde o negro deveria estar, em um que evento se enquadra no que foi identificado como a categoria de *separação* traumática.

Sobre o *cabelo*, Kilomba reservou quatro episódios de racismo cotidiano. Mas de forma geral, os relatos giram em torno do choque que é um sujeito branco *tocar* no cabelo afro por curiosidade pela textura capilar; *perguntar*: como esse cabelo é cuidado (ou se ele é lavado); e *associar* o cabelo afro com algum animal. Aqui temos agressões clássicas do racismo referentes ao cabelo; principalmente na criação da diferença dos sujeitos brancos e dos sujeitos negros e a colocação do negro como *outridão* (enquanto primitivo, incivilizado e animalizado). No entanto, Kilomba entende que o cabelo afro é uma forma de

²⁴ A *interseccionalidade* é um instrumento de análise que investiga as interconexões de poder nas relações sociais, e considera as categorias: raça, gênero, sexualidade, classes sociais, etnia, capacidade, etarismo e muitas outras em suas pesquisas. Sobre a interseccionalidade, ver: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020. BILGE, Sirma. COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

²⁵ É importante ressaltar que o livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” (2019) é resultado da tese de doutorado de Grada Kilomba.

resistência negra, e pode representar “(...) sinais de independência e descolonização em relação às normas brancas, um fato perturbador para o público branco” (KILOMBA, 2019, p. 127-128).

Kilomba apresenta episódios de racismo cotidiano referentes à sexualização. Nesse contexto, geralmente se referem à competição, ao desejo e à inveja do homem branco em relação ao homem negro, bem como a vontade de possuir *a mulher negra*. Outro episódio aborda a dicotomização do olhar da branquitude sobre a negra, ao colocá-la tanto no papel de *prostituta* (sexualmente agressiva e desejável aos olhos do homem branco), como no papel da *mãe preta* (no qual, a sua raça, gênero e sexualidade são controlados, para servir a família branca como um ser assexuado) (KILOMBA, 2019).

As *políticas de pele* referem-se às tentativas de embranquecimento do negro, através da associação entre negritude e negatividade. As entrevistadas comentam que muitas vezes lhes é dito que “*você não é negra*” como se isso fosse um elogio²⁶, e se dirigem a elas como “mulatas” ou “mestiças”, esses termos se revelam racistas e animalizadores. Em outro episódio, a associação entre negritude e negatividade, causou em uma das entrevistadas deturpação de imagem e problemas de identificação.

Para finalizar, Grada Kilomba utiliza esses episódios sobre a vida das mulheres negras, com o intuito de aprofundar seus argumentos sobre a atemporalidade do colonialismo como um trauma causado e ativado/revivido/reencenado pelo racismo cotidiano.

Dimensões da linguagem: da assimilação à reorientação

Como escrito acima, em Fanon, a linguagem é um dos “centros” para a sua análise do fato colonial. O antilhano que sai da colônia para a metrópole, encontra na assimilação do idioma francês e exclusão/vergonha do *patoá* ou línguas nativas; uma forma, mesmo que provisória de “sair” da sua condição de mero colonizado: “Falar é estar em condições de empregar certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é, sobretudo, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33), o ato de falar o francês e de participar do mundo simbólico francófono, assinala uma possível entrada no mundo cultural da metrópole. Logo, “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34).

Falar o francês era sinônimo de embranquecimento. No entanto, a categoria de francês exigida na metrópole precisava ser despida dos sotaques, distanciando-o de qualquer traço que lembrasse línguas e

²⁶ Esse episódio nos lembrou uma palestra dada por Nataly Neri para o TEDx Talks, intitulada “A mulata que nunca chegou” (2017). Nessa palestra Neri diz (*apud* Augusto dos Anjos, 2017) “O racismo fala meu nome como forma de amor, “mulata, bonita, sensual...” e depois me esfaqueia pelas costas. Parafraseando Augusto dos Anjos, o racismo escarra na minha boca enquanto me beija”. Para acessar a palestra: <https://youtu.be/02TBfKeBbRw>.

sotaques nativos: “A voz, habitualmente rouca, revela um movimento interno feito de frêmitos, para imitar o sotaque metropolitano” (FANON, 2008, p. 35). Com efeito, a inferiorização da língua materna foi comum no interior das próprias colônias: “Na escola, o jovem martinicano aprende a desprezar o patoá. Fala-se de crioulismo com desdém. Certas famílias proíbem o uso do crioulo [...]”, (FANON, 2008, p. 36).

O conjunto imagético produzido sobre o negro, o qual comentamos anteriormente, também possuía um meio na linguagem para a ampliação da inferioridade do colonizado,

O negro, chegando na França, vai reagir contra o mito do martinicano que-come-os-RR. Ele vai se reconsiderar e entrar em conflito aberto com tal mito. Ou vai se dedicar, não somente a rolar os RR, mas a urrá-los. Espionando as mínimas reações dos outros, escutando-se falar, desconfiando da língua, órgão infelizmente preguiçoso, vai se enclausurar no seu quarto e ler durante horas — perseverando em fazer-se dicção (FANON, 2008, p. 36).

O colonizado recém-chegado na metrópole entrava em estado paranoico, vigiando todos a sua volta enquanto fala, esperando as reações e gesticulações, combatendo o mito dos “RR”, e esse mito se manifesta no sofrimento do negro, que se isolava em seu quarto para “adestrar” a dicção e treinar o bom francês, ajustando os mínimos detalhes de cunho oral para a pronúncia exigida oficialmente, esse elemento concorda com a questão da *separação* em Kilomba.

Fanon partindo das histórias regionais da Martinica e do seu folclore, comenta sobre os antilhanos que regressavam — da França — para o país natal,

Só responde em francês e frequentemente não comprehende mais o crioulo. Sobre isso, o folclore local nos fornece uma ilustração. Depois de alguns meses na França, um camponês retorna à casa paterna. Percebendo um arado, pergunta ao pai, velho campônio esperto: “Como se chama este engenho”? Como única resposta, seu pai atira-o sobre ele, e a amnésia desaparece. Curiosa terapêutica... (FANON, 2008, p. 38-39).

O colonizado jamais será reconhecido como francês entre os franceses e entre os martinicanos. Sendo o idioma francês um dos “passaportes” possíveis para o processo amputado de se tornar francês. Em Fanon, vê-se a linguagem enquanto assimilação, integração coibida e exclusão, palavras que produzem uma gramática da sujeição (no sentido de assujeitamento à ordem colonial), promovendo a alienação do negro com o campo social, semântico e cultural.

Entretanto, a linguagem em Grada Kilomba pode abrir um tópico interessante para aprofundar essas indagações — logicamente — em outro contexto. Em seu livro citado acima, a autora faz uma analogia a respeito do silenciamento sobre o sujeito negro, como forma de *dominação* colonial, chamado “*A máscara*”. Aqui ela se refere ao “Retrato da Escrava Anastácia”, representação de uma mulher negra escravizada com a boca coberta por uma máscara, instrumento de tortura comumente utilizado no período da escravidão no

Brasil, que impedia os escravizados de comerem aquilo que produziam e, principalmente, o ato da falarem entre si e com os outros.

Nesse cenário, a *boca* do negro se tornou um dos principais órgãos de dominação colonial, pois simbolizava a *fala* e a *enunciação* (KILOMBA, 2019). Por sua vez, o controle e a censura, foram construídos historicamente para reprimir esses sentidos e introjetar mudez e medo. Nas palavras de Kilomba, “(...) a máscara representa o colonialismo como um todo” (KILOMBA, 2019, p. 33), pois denota o silenciamento e a violência colonial.

Sobre o *ato* da fala — que prevê o *ato* da escuta — Kilomba argumenta que o sujeito branco teme ter que *ouvir* o que o sujeito negro tem a dizer, ou melhor, teme ser confrontado com a verdade do *outro*. Desse modo, a linguagem se apresenta como uma reorientação do lugar de enunciação, através da descolonização do conhecimento, em que o negro deixa de desempenhar o papel de *outro* e passa a ocupar a posição de *sujeito*.

Nessa perspectiva, Kilomba discute que o espaço acadêmico é essencialmente *branco* e reproduzidor do pensamento da branquitude. “Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-1-ê-n-c-i-a.” (KILOMBA, 2019, p. 51). O conhecimento acadêmico possui alguns mitos — da universalidade, da neutralidade, da objetividade — advindos da própria formação histórica da ciência

No entendimento de Spivak (*apud*. Kilomba, 2019), o subalterno não pode falar porque não será ouvido por quem está no *centro*, no entanto, isso não impede que o sujeito negro ou colonizado, desafie as normas de dominação colonial. Pois, a margem cria um local de resistência para atingir o centro (hooks *apud*. Kilomba, 2019). Desse modo, para que o sujeito marginalizado consiga produzir conhecimento dentro do espaço acadêmico, é necessário que este *nade contra a corrente* do pensamento dominante, elabore perguntas que não foram anteriormente formuladas, desloque e reorganize velhas dúvidas, sendo que para esse processo, a subjetividade e agência são componentes de importância ímpar, pois a construção de outras narrativas passa pelo processo de utilizar a própria auto-narrativa do sujeito, isto é, parte da sua vivência.

Contudo, a dimensão política da fala e da escrita — enquanto modos de expressão, crítica e elaboração do sofrimento em narrativa — possuem estratos semânticos atravessados pelo escrutínio da raça, classe e gênero. Sendo assim, as palavras não são neutras, mas carregam um conjunto de sentidos e significados; para quem fala e para quem ouve, para quem escreve e para quem lê. Evidenciando a própria posição de quem fala e de quem escuta, de quem escreve e de quem lê. Posição que, por norma, tem o elemento do poder enquanto delimitador e assegurador de privilégio e domínio.

Em uma sociedade colonizada, no caso de Fanon, ou em uma sociedade ecoando os fantasmas do colonialismo no racismo cotidiano, no caso da Kilomba, o campo da linguagem compactua com os elementos salientados acima. O interessante é pontuar como o campo da linguagem, logo, do simbólico, foi feita matéria-prima para a feitura da reflexão do autor e da autora. A linguagem também como meio para a construção do sujeito, das gramáticas de sujeição e dos vocabulários de superação do negro do campo de mero objeto constituído na “outridade” radical, isto é, do esvaziamento ontológico, em contrapartida, elaborando provimentos para a construção e exercício da alteridade. Processo que pode começar, se sobredeterminar e ser repensado através de outros repertórios estético-narrativos, uma sintonia teórica partilhada no pensamento de ambos.

Considerações finais

Ao longo do artigo tentamos desenvolver alguns elementos comungados nos/a autores/a selecionados/a, expondo temas semelhantes e com tratamentos diferentes, embora próximos em certa medida. Buscamos compreender a sobrevida da escravidão no mundo contemporâneo, para utilizarmos de uma expressão de Saidiya Hartman, e como essa sobrevida produz desigualdade/vulnerabilidade, sofrimento e atualiza de forma cênica o passado colonial na forma do racismo cotidiano na vida de pessoas negras.

Sendo assim, torna-se fundamental descortinar o processo em sua complexidade para combatê-lo, em âmbito prático e teórico (do racismo epistêmico), as reflexões de Frantz Fanon e Grada Kilomba contribuem teórica e/ou artisticamente para esse movimento. Descolonizar a produção do conhecimento não é negar o cânone, mas colocá-lo à prova, tensionando os seus limites disciplinares e os não-ditos contidos na tradição. Para os/a autores/a analisados aqui, o não-dito assume o primeiro plano, o conteúdo manifesto, em um linguajar psicanalítico, da reflexão epistemológica. Em síntese, esperamos contribuir, mesmo que brevemente, para essas discussões em andamento e formativas das agendas em ciência humanas no tempo presente.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.
- BILGE, Sirma. COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon**: um revolucionário particularmente negro. São Paulo: Círculo Contínuo Editorial, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun./2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon**: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos. São Paulo: Intermeios, 2020. Coleção Africamundi.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. 2 ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2012.

HARTMAN, Saidiya, **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 244 p.

MBEMBE, Achille (2012). A universalidade de Frantz Fanon. ArtÁfrica, Lisboa, n. 36, Disponível em: <http://artafrika.letras.ulisboa.pt/uploads/docs/2016/04/18/5714de04d0924.pdf>.

SPIVAK, Gayatri, Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 03/02/22 aceito para publicação em 23/09/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

“Até quando o Brasil será Brasil?”: as relações entre brasileiros e germânicos em Florianópolis (1910-1920)

“Until when will Brazil be Brazil?”: relations between Brazilians and Germans in Florianópolis (1910-1920)

Luan Daniel Sehn¹

Resumo: O contexto da Primeira República brasileira foi rico em projetos políticos, que deram origem a conflitos étnicos na reconstrução do que era “ser brasileiro”, cujo enfoque recaiu nas disputas entre luso-brasileiros e germânicos no sul do Brasil. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em problematizar as relações entre teuto e luso-brasileiros em Florianópolis por intermédio de fontes periódicas e análise de discursos, no período de 1910 a 1920, com uso da Nova História Política, para compreender os pontos de convergências e divergências entre os dois grupos étnicos. Os descendentes de portugueses e alemães no Brasil estabeleciam relações interétnicas, que buscavam definir o que entendiam por “identidade brasileira”. As críticas dos brasileiros ao suposto “perigo alemão” no Brasil eram entremeadas por tons elogiosos quando destacavam a força laboral dos germânicos, considerado por alguns como o motivo para o desenvolvimento acentuado no sul do país.

Palavras-chaves: Brasileiros; Germânicos; Perigo alemão; Germanofobia.

Abstract: The First Republic of Brazil was rich in political projects, which gave rise to ethnic conflicts in the reconstruction of what supposed “to be Brazilian”, whose focus falls on the disputes between Luso-Brazilians and Germans in southern Brazil. Thus, the objective of this work is to problematize the relations between Germans and Portuguese-Brazilians in Florianópolis through periodical sources and discourse analysis, in the period from 1910 to 1920, using the New Political History, to understand the points of convergence and differences between the two ethnic groups. The descendants of Portuguese and Germans established intercultural relations that wanted to define what was the meaning of “Brazilian identity”. The criticisms by Brazilians of the supposed “German danger” in Brazil were interspersed with complimentary tones when they highlighted the labor force of the “Germans”, considered by some to be the reason for the marked development in the south of the country.

Keywords: Brazilians; Germans; German Danger; Germanophobia.

¹ Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina.
Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

A Primeira República brasileira (1889-1930) foi um período marcado por uma série de conflitos, que envolveram vários personagens e classes sociais diferentes em um contexto que o Brasil ainda criava e recriava as suas identidades. Os debates sobre a “(re)construção da nação brasileira”² ocorriam desde o século XIX e se alastraram até o início da República, opondo descendentes de alemães a luso-brasileiros, ao mesmo tempo que ambos os grupos criavam definições sobre si mesmos. Muitos desses conflitos reverberaram pelo país inteiro como na criação de ligas nacionalistas, a exemplo da Liga de Defesa Nacional, “fundada pelo poeta parnasiano Olavo Bilac no Rio de Janeiro em 1916” e a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP)³. Essas associações tinham como objetivo reafirmar uma identidade brasileira com base em preceitos definidos por grupos de luso-brasileiros, através de manuais de “instrução cívica”, que difundiam que “a passagem pelo exército era a melhor escola de moral e civismo”⁴, o que sinalizava, por parte do grupo, a necessidade de *nacionalizar* o Brasil.

Na região sul do Brasil, a imigração no período da Primeira República era majoritariamente de italianos e alemães. Esse “grande contingente de colonos germânicos” fez com que existissem “vários órgãos simpáticos à causa alemã”⁵ e outros mais críticos a essa onda de imigrantes, presentes no país desde o século XIX, inclusive alguns afirmavam uma “desnacionalização” do Brasil cometida por esses colonos. Os jornais em língua portuguesa que possuíam um tom elogioso em relação aos alemães e seus descendentes eram, muitas vezes, formulados por redatores descendentes de portugueses, que “exaltavam as virtudes do imigrante e colono germânico”⁶. Esses periódicos costumavam destacar a dedicação laboriosa dos alemães, que provinha da “grande e disciplinada força de vontade” dessas populações⁷, como é representada em edição do curitibano *Diário da Tarde*, fundado e redigido por Estácio Correia, de ascendência portuguesa⁸. Essas relações estabelecidas entre parte da imprensa brasileira com os alemães e seus descendentes demonstram que as dicotomias não são verdadeiras e que não é possível generalizar que todos os luso-brasileiros fossem, necessariamente, “germanófobos”, visto que muitos deles ajudaram a construir a reputação de “bom trabalhador” dos germânicos.

² ADUCCI, Cássia Chrispiniano. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas Sociais (PUCSP)*, São Paulo, v. 11/12, p. 72-84, 2004, p. 72.

³ LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984. p. 67.

⁴ LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984. p. 68.

⁵ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 146.

⁶ NADALIN, Sergio O.; FABRIS, Pamela. A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 7, p. 7-30, jan./jun. 2013. p. 14.

⁷ Goethe moribundo (pseudônimo). Germania. *Diário da Tarde*, Curitiba, ano VIII, n. 2145, 4 nov. 1905, p. 1.

⁸ PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Estante Paranista, 1976. p. 31.

A definição do que era “ser brasileiro” criada pelos litorâneos⁹ pressupunha a exclusão de outros grupos étnicos no Brasil, desde europeus a “não-europeus”. Apesar da representação muitas vezes positivada da figura do colonizador alemão¹⁰, os descendentes germânicos também eram alvo de preconceito e acusações, sendo apelidados de “boches”¹¹ pelos descendentes de portugueses, que o viam como germânicos e não como brasileiros, ou mesmo descendentes de alemães. Essa definição feita pelos litorâneos acerca do Outro, demonstra que as “identidades nacionais que tomaram forma nos séculos XIX e XX, não eram geradas apenas nos países de origem, mas também no exterior”¹², pois era no Novo Mundo que se redefinia a compreensão do que era ser alemão e brasileiro.

As relações entre descendentes de portugueses e germânicos na “Bélgica catarinense”

Em Santa Catarina, um dos estados com os maiores números de imigração alemã do país, a situação era bastante peculiar, pois descendentes de portugueses e germânicos conviviam em várias regiões do estado, inclusive na própria capital, que se destacava pela sua colonização açoriana/portuguesa¹³. O governo catarinense no período também apresentava vários descendentes de alemães, como Lauro Müller e Felipe Schmidt e não apenas a repartição pública tinha muitos descendentes de germânicos, como também o próprio clero que se constituía no estado no momento era em sua maioria alemão¹⁴. Esse poder gerido por descendentes de alemães incomodava profundamente os litorâneos catarinenses, que a transformaram em uma luta contra o que chamavam de “a germanização no Estado”¹⁵, uma das suas principais bandeiras desse grupo na Primeira República. A organização das pautas dos luso-brasileiros se deu a partir de uma imprensa

⁹ Os “litorâneos catarinenses” citados no artigo são as populações advindas de Portugal, Açores e Madeira, que iniciaram a colonização do litoral de Santa Catarina ainda nos séculos XVI e XVII, a maioria se concentrou entre Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) até a região de São Francisco do Sul. Essas populações viviam do comércio, pesca e caça de baleias. Cf. PIAZZA, Walter F. Açorianos e madeirenses no Sul do Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 119-128, 28 dez. 2011.

¹⁰ Acerca do “mito fundador” a partir do colonizador alemão laborioso: FERREIRA, Cristina. Sobre memórias cristalizadas e o mito fundador na personificação da Colônia Alemã Blumenau (1856). In: KARNSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; CARNEIRO, Deivy (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 692-705.

¹¹ LIVRE dos alemães!. *O Clarão*, ano VI, n. 258, 8 dez. 1917, p. 2.

¹² LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasiliade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p. 133.

¹³ A colonização portuguesa, principalmente de açorianos, na Ilha de Santa Catarina foi amplamente descrita e analisada desde os trabalhos de Walter Piazza, como em: PIAZZA, Walter F. Açorianos e madeirenses no Sul do Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 119-128, 28 dez. 2011.

¹⁴ Cf. ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da curia: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

¹⁵ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 119.

que contestava toda a influência alemã nos mais diversos âmbitos no Brasil, sob a justificativa de estarem em combate contra o “perigo alemão”¹⁶.

O contexto de 1910 a 1920 abrange o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que foi recebido de uma forma singular no Brasil. O país entrou na guerra em novembro de 1917 e enviou uma Divisão Naval em Operações de Guerra à Europa em maio de 1918, porém, desde o início de 1917, “a opinião pública nacional se inclinou à adesão às forças da Entente”¹⁷, ou seja, da França, Rússia e Grã-Bretanha, contra a Império Alemão e Austro-Húngaro. Esse contexto de guerra e, sobretudo, após o torpedeamento de navios brasileiros pelo Império Alemão, serviu para aumentar as animosidades entre luso e teuto-brasileiros¹⁸ no Brasil. A Grande Guerra foi um importante episódio que demarcou a construção de novos nacionalismos no país, que acirrou a rivalidade entre descendentes de portugueses e germânicos. Estes movimentos, ligados a vertentes nacionalistas foram comuns em diversas partes do Brasil no período, normalmente tendo ênfase à “exaltação do povo” brasileiro¹⁹ e com muitas ressalvas aos descendentes de imigrantes alemães.

No período estudado, o único governador de Santa Catarina descendente de alemães era Felipe Schmidt, que governou durante toda a Primeira Guerra, entre 1914 a 1918, sendo um dos principais alvos das críticas dos luso-brasileiros. Porém, germânicos e seus descendentes estavam também em repartições públicas em nível estadual e municipal. Os litorâneos denunciavam que “em Blumenau, esta segunda Verdun, à exceção do Juiz de Direito, o encarregado da Estação telegráfica e do coletor federal, todas as autoridades estaduais e municipais são alemães ou descendentes”²⁰ e usavam desse discurso para tentar mostrar ao público leitor um suposto domínio dos alemães²¹ sobre as instituições públicas no sul do Brasil. O tom sarcástico ao chamar Blumenau de “segunda Verdun” refere-se à Batalha de Verdun, ocorrida em 1916, em que os alemães tomaram a cidade de Verdun, na França, próxima à divisa com o Império

¹⁶ A teoria de “Perigo alemão”, difundida por Sílvio Romero, afirmava a possibilidade do sul do Brasil ser totalmente dominado por alemães. Esse tema foi amplamente trabalhado em: GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

¹⁷ FAGUNDES, Luciana. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. p. 1; 3.

¹⁸ Os termos hifenizados de “luso” e “teuto”-brasileiros devem ser problematizados como parte da criação de uma identidade nacional, definida a partir da figura do Outro. As referências feitas a esses grupos parte da compreensão de que a maioria das personagens eram descendentes de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Cabe, entretanto, ressaltar que “uma identidade nacional única ou estática jamais existiu: a própria fluidez do conceito fez com que ele se abrisse a pressões vindas tanto de baixo quanto de cima” (LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p. 20).

¹⁹ LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008, p. 255.

²⁰ NÃO ha perigo alemão?. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 1.

²¹ Cf. CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 102-134.

Alemão²², o que denotava também um “intercâmbio”²³ de notícias e ideias entre a Europa e a América. A imprensa teve grande importância nesse período nas denúncias políticas engendradas pelos grupos contra e em prol do governo, pois registravam “cada lance dos embates na arena do poder”²⁴, destacando também as questões nacionais ligadas à diversidade étnica e cultural do Brasil.

O governador do estado, Felipe Schmidt, entretanto, mesmo sendo descendente de alemães, demonstrava uma visão bastante similar à dos luso-brasileiros em algumas questões. Em seu discurso, o governador afirmava que “o Estado não pode abrir mão do ensino primário na língua nacional, nem do ensino cívico, que incute no espírito das crianças o sentimento da nacionalidade” e criticava as escolas ligadas ao clero estrangeiro, pois acreditava que “ninguém nos garante que o ensino seja assim ministrado em escolas onde não existe e não pode existir essa preocupação patriótica no preparo cívico das gerações de amanhã que só pode ser muito nossa, muito brasileira”²⁵. A preocupação com o ensino em português para despertar o “sentimento da nacionalidade” demonstra a necessidade de tentar a “implementação de normas para se nacionalizar o povo do Estado”²⁶, que se iniciou no governo catarinense de Vidal Ramos (1910-1914), anterior ao de Felipe Schmidt. Esse processo estava diretamente relacionado à construção de um nacionalismo ligado à “simbologia republicana”²⁷, que se baseava no uso da língua portuguesa em todos os âmbitos e o culto à bandeira e hino nacional.

O governo do presidente Venceslau Brás (1914-1918) apresentava uma defesa aos descendentes de alemães no contexto da Primeira Guerra, em que os ânimos dos luso-brasileiros se exaltavam contra os germânicos. Em comunicado que circulou pela imprensa de vários estados, o presidente solicitava aos “brasileiros” que respeitassem “as pessoas e os bens dos alemães; só ao governo incumbe punir aqueles que tentarem contra a defesa nacional”²⁸. Isso denotava a preocupação do Governo Federal em assegurar aos teuto-brasileiros seus direitos e amenizar as “desavenças políticas, culturais e econômicas”²⁹ existentes entre os descendentes de alemães e de portugueses. O título de seu comunicado, “Apelo do governo a todos os

²² Cf. SKRZATEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhadas da Primeira Guerra Mundial. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 280-291, jul./dez. 2014.

²³ POLETTI, Caroline. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). *Oficina do historiador*, Porto Alegre, supl. esp., p. 128-146, mai. 2014, p. 132.

²⁴ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128.

²⁵ SCHMIDT, Felipe. *Mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo*, 14 ago. 1916. p. 32.

²⁶ MORAES, Marcos J. de. Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis: APEC, p. 9.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 109.

²⁸ BRÁS, Venceslau. Apelo do governo a todos os brasileiros. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 4.

²⁹ FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 106.

brasileiros”, demarca em seu discurso as diferenças entre teuto e luso-brasileiros, considerando que os descendentes de portugueses eram brasileiros e os de ascendência alemã não, o que denotava a exclusão dos imigrantes alemães e seus descendentes como cidadãos brasileiros.

No âmbito da Igreja Católica, os conflitos entre litorâneos e germânicos também era acirrado devido à grande presença de “padres alemães”³⁰ em Santa Catarina. A Liga de Defesa Nacional³¹ denunciava que Francisco Topp, em 1918, teria dado “autorização plena de pregar em alemão”³² ao padre José Sundrup³³. Porém, em retratação, o padre Topp escreve que na referida carta a Sundrup não deu tal autorização e “apenas consentiu que, se o permitissem as circunstâncias, e parecesse necessário, para os que não entendessem a língua vernácula, se fizesse uma ‘explicação’, em língua alemã”³⁴, mas que nunca fizesse missas em alemão. Em 1917, alguns meses antes, o próprio Pe. Sundrup havia escrito ao bispo queixando-se que “acusam-me de ser ‘alemão’, que não cuidava dos brasileiros. Sou católico igual para todos, e nunca me ocupei com a política”³⁵ e nesta carta afirmava que não executava mais missas e sermões em alemão. Entretanto, as práticas do Pe. José Sundrup continuaram, até que “no dia 4 de abril de 1918, Dom Joaquim³⁶ baniu de vez Sundrup” das paróquias, e então “baixou a norma determinando que ‘fica proibido nas paróquias, nos atos do culto público, o emprego da língua alemã, quaisquer que sejam as razões ou pretextos que se possa alegar’”³⁷. Assim, o bispo D. Joaquim, litorâneo e português, frisava “a necessidade do uso da língua portuguesa”³⁸ entre os párocos, pois era a língua uma das principais bases das “concepções de

³⁰ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 1.

³¹ Liga de Defesa Nacional... “Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, ainda hoje em vigor, é “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo ‘a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo’” Cf. VERBETE DO CPDOC <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>>

³² TOPP, Francisco. A Liga de Defesa Nacional. *O Estado*, Florianópolis, n. 871, 3 abr. 1918.

³³ Pe. José Sundrup nasceu em Greven, Alemanha, em 9 de julho de 1871 e foi ordenado presbítero da diocese de Münster em 3 de abril de 1897. Tomado pelo ardor missionário, a convite de Pe. Francisco Xavier Topp chegou a Florianópolis em setembro de 1899. Após breve passagem por Curitiba, seu primeiro campo de apostolado foi a paróquia São Luís Gonzaga de Brusque. Foi pároco em Joinville entre 1905 a 1917. (Cf. PIAZZA, Walter F. *A Igreja em Santa Catarina: notas para sua História*. Florianópolis: IOESC, 1977).

³⁴ TOPP, Francisco. A Liga de Defesa Nacional. *O Estado*, Florianópolis, n. 871, 3 abr. 1918.

³⁵ Carta do padre José Sundrup a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1917 apud ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 117.

³⁶ Na época, o supracitado Dom Joaquim Domingues de Oliveira era Bispo da Diocese de Florianópolis.

³⁷ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 118

³⁸ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 55.

nacionalidade” brasileira³⁹, que demarcavam um pertencimento ou não ao Brasil. A Liga de Defesa Nacional, nesse caso, atuava como um grupo de pressão, que estabelecia “relações de força”⁴⁰ com os governantes e o próprio clero, que resultou na expulsão de Sundrup.

Os conflitos entre o bispo português D. Joaquim e o padre alemão José Sundrup continuaram através de correspondências. Após a sua expulsão, Sundrup parou de exercer o cargo de pároco e se deslocou para a paróquia de Teresópolis, exercendo apenas auxílios ao pároco e logo partiu em uma viagem ao longo do Rio Itajaí, “por uma distância de 70 quilômetros”⁴¹. No início do ano de 1918, Sundrup voltou a ser pároco, o que frustra muitas autoridades estaduais e municipais, que encaminham vários telegramas a D. Joaquim, em que declaravam ter “observado indignação [do] elemento nacional pela volta às funções paroquiais [do] padre alemão José Sundrup” e solicitavam uma posição do bispo sobre “o estado de exaltação deles”⁴², ou seja, dos luso-brasileiros. Essa queixa dos luso-brasileiros e das autoridades ligadas a estes demonstra a relação dos litorâneos do sul do Brasil com os debates engendrados pela Liga de Defesa Nacional a nível nacional.

O movimento nacionalista se posicionava contrário também à maciça presença de descendentes germânicos no governo estadual e municipal. Essas críticas se mostraram ainda maiores após um jornal teuto-brasileiro propor a “ideia de os alemães serem deputados e senadores federais”, os luso-brasileiros questionaram “até quando o Brasil será Brasil?”⁴³. A denúncia desses grupos ao jornal teuto-brasileiro se inseria dentro do contexto de animosidade aos alemães que estava presente no período da Primeira Guerra, em que aconteceu uma espécie de “onda ‘germanófila’ da década de 1910”⁴⁴ verificada em todo o Brasil, porém, com maior ênfase no sul do país, pois se temia que “o ‘germanismo’ existente entre a população teuta e seus descendentes acabasse por criar nesse recanto, um Estado alemão dentro do Estado brasileiro”⁴⁵.

Os litorâneos criticavam também o uso da língua alemã em escolas privadas e públicas, que possuíam professores teuto-brasileiros. Os luso-brasileiros reclamavam em seus jornais que “o governo da

³⁹ FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 115.

⁴⁰ RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 25.

⁴¹ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 120.

⁴² Carta de Euclides Moura a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1918 apud ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 117.

⁴³ QUANDO dizemos que... *O Clarão*, Florianópolis, ano II, n. 81, 22 mar. 1913, p. 2.

⁴⁴ RUDY, Antonio Cleber. *Os silêncios da escrita: a historiografia em Santa Catarina e as experiências libertárias*. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. p. 141.

⁴⁵ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 110.

União proíbe o ensino do idioma alemão nas escolas dos estados”, porém, “o governador deste estado, filho do colono alemão, teimoso como o seu *kaiser*, em considerar este nosso território como uma possessão já conquistada, conserva as escolas do ensino alemão pagas pelos cofres desta Bélgica catarinense”⁴⁶. A denominação de Florianópolis enquanto “Bélgica catarinense” novamente está ligada aos acontecimentos da Primeira Guerra, pois foi a Bélgica, especificamente a cidade de Liège, o primeiro país a ser invadido pelo Império Alemão durante a Primeira Guerra⁴⁷, o que denota o medo do “perigo alemão”⁴⁸ que esses litorâneos tinham. Portanto, a denúncia, que fazia referência ao governador Felipe Schmidt, criticava o uso da língua alemã e, em consonância com os debates no centro do país a partir da Liga de Defesa Nacional, exigia o “ensino em língua nacional”⁴⁹.

O medo quanto ao ensino da língua alemã nas escolas de Florianópolis era recorrente na imprensa litorânea. Essas se apoiavam nas “ordens do governo da União”⁵⁰ que, segundo os jornais, não permitia o ensino em alemão. Além disso, citavam que “já por duas vezes, a maioria das patrióticas alunas brasileiras, solicitaram por escrito e verbalmente, a supressão de tal idioma!” e que nas provas da Escola Normal de Florianópolis “foram APROVADAS todas as alunas que não quiseram aprender o idioma alemão!”⁵¹. Esse discurso buscava legitimar essas estudantes não apenas enquanto brasileiras, mas também como excelentes alunas por terem sido aprovadas em todos os exames, o que se mostra como uma defesa dessa imprensa à ideia germânica de “superioridade do sangue alemão ou ariano”⁵² em relação às demais etnias. Os litorâneos, portanto, enfrentavam “a resistência [...] dos diretores de escolas protestantes e católicas ao uso da língua nacional em seus programas de ensino”⁵³, que desejavam “a preservação dos costumes alemães em território brasileiro”⁵⁴. A repetição desses casos de ensino da língua alemã demarcava que “o nascimento de

⁴⁶ COMO abrasileirar-se o Brasil?. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 263, 12 jan. 1918, p. 2.

⁴⁷ Cf. SKRZATEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhadas da Primeira Guerra Mundial. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 280-291, jul./dez. 2014.

⁴⁸ FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 114.

⁴⁹ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 156.

⁵⁰ O ALEMÃO na escola normal. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 4.

⁵¹ O ALEMÃO na escola normal. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 4.

⁵² SEYFERTH apud FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 110.

⁵³ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 167.

⁵⁴ FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 115.

uma publicação é sinal de estruturação de uma corrente de opinião”⁵⁵, ligada ao medo de uma germanização” de Florianópolis.

Os catarinenses de ascendência portuguesa também viam as eleições como uma forma de tirar os de origem germânica de postos políticos privilegiados. Por isso, os luso-brasileiros destacavam que estavam “nas proximidades das nomeações (digo: das eleições) para o Parlamento da Nação Brasileira” e que deviam aproveitar “esta tão propícia ocasião para brasileirar o Brasil. Do eleitorado verdadeiramente brasileiro, esperamos que assim proceda, dando seu patriótico voto àqueles que não sejam filhos de alemães”⁵⁶. Além disso, o periódico ainda citava os nomes dos candidatos germânicos, sendo estes, “os Regis, os Bayma, os Pereira e Oliveira, os Schmidt, os Aducci e os Eugenio Muller”⁵⁷, em que inclui o próprio governador do período, Felipe Schmidt. Os litorâneos, portanto, fazem um apelo ao “patriotismo” dos eleitores brasileiros, fator que demonstra a tentativa de “influência da mídia”⁵⁸ sobre o seu público leitor para que estes elegessem apenas candidatos luso-brasileiros, que geravam uma espécie de divisão entre “classes de ‘brasileiros’ e classes de ‘alemães’”⁵⁹, que possuíam relações conflituosas.

De forma similar, os litorâneos denunciavam agressões e crimes que ocorriam entre luso e teuto-brasileiros. Em plena Primeira Guerra, noticiaram que “a mulher de von Gustavo Westphal, subdelegado de polícia invadiu com as filhas a casa de C. Schütz e deram bastante pancadas na senhora” e não apenas criticaram a atitude, como também denunciaram que o próprio governo dava liberdade aos germânicos para que “invadam casas e deem bordoadas de rachar numa senhora casada que, embora tenha sobrenome alemão, é sem dúvida brasileira”⁶⁰. Essa situação que denota ter a senhora um sobrenome alemão, mas ser brasileira, demonstrava a possibilidade de descendentes de alemães serem considerados como brasileiros, normalmente por usarem a língua nacional, que permitia “sua inclusão na categoria ‘brasileiro’”⁶¹ junto aos litorâneos. Assim, não se pode “imaginar uma generalização”⁶² de que todos os descendentes de alemães eram veemente criticados, havia exceções e alguns eram considerados legitimamente brasileiros pelos

⁵⁵ COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 349.

⁵⁶ ALERTA, brasileiros!. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 263, 12 jan. 1918, p. 3.

⁵⁷ ALERTA, brasileiros!. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 263, 12 jan. 1918, p. 3.

⁵⁸ JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 215.

⁵⁹ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 113.

⁶⁰ RAMOS, Aureliano de O. Fatos e coisas de Taquaras. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 3.

⁶¹ FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 115.

⁶² LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014, p. 1.

descendentes de portugueses, que colocavam as autoridades teuto-brasileiras como inimigos maiores que a população em geral.

Os catarinenses de origem luso-brasileira diferenciavam o clero brasileiro e o estrangeiro. Para eles, faltava em Florianópolis um clero verdadeiramente nacional, “cuja alma palpita com a nossa”⁶³. Por isso, destacam que “em todo o país os bispos e os sacerdotes brasileiros ora pela palavra do púlpito, ora por pastores e bem fundados artigos pela imprensa, tem cogitado dos interesses da Pátria”, enquanto que em Florianópolis, as igrejas estariam “infestadas de padres e frades alemães, desses homens que dizem – que a pátria deles é o mundo todo – mas que nas suas práticas só sabem renderem preitos de homenagens ao kaiser”⁶⁴. Assim, ao falar do clero nacional, os catarinenses buscavam o restante do país, que possuía um maior número de sacerdotes brasileiros, ao contrário do que acontecia em Santa Catarina que recebeu muitos clérigos estrangeiros, vindos com as populações de imigrantes da Europa⁶⁵.

Os padres eram vistos como um dos principais responsáveis pelo “fanatismo” espalhado “em benefício da Alemanha”⁶⁶. Essa visão tinha ligação direta com o fato de que o sacerdote tinha a função de ser “ao mesmo tempo pastor espiritual e um líder comunitário”⁶⁷ que, portanto, guiava os fiéis com seus sermões. Para os descendentes de portugueses era importante destacar que o clero estrangeiro era quem cavava “a desgraça do Brasil”, enquanto que eles, os litorâneos, eram “patriotas”⁶⁸ e defensores do povo brasileiro. Assim, eles usavam o outro para se definir, pois tudo que o clero alemão era, eles não poderiam ser. Os litorâneos compreendiam que “as forças religiosas intervêm”⁶⁹ também nos âmbitos políticos e culturais, não ficando isolados no campo religioso e, por isso, tinham poder sobre uma possível expansão do “germanismo” em território florianopolitano.

Os luso-brasileiros tratavam de forma diferente os sacerdotes brasileiros e os estrangeiros. Para eles, enquanto “os bispos Brasileiros procuram regularizar e harmonizar a igreja com as leis do País, os frades estrangeiros publicamente mostram-se adeptos do ato moral, mas às escondidas, lá num recanto da sacristia, efetuam a mancebia religiosa”⁷⁰. Essas críticas aconteceram após um fraude alemão realizar “um casamento

⁶³ BRASIL, Francisco de Salles. *Conferência do Coronel Salles Brasil no Teatro Álvares de Carvalho*, set. 1916.

⁶⁴ UM BRASILEIRO. Sempre o cinismo! *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

⁶⁵ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da curia: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 31.

⁶⁶ PENSÁVAMOS que a... *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 280, 11 maio 1918, p. 1.

⁶⁷ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da curia: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 31.

⁶⁸ PENSÁVAMOS que a... *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 280, 11 maio 1918, p. 1.

⁶⁹ COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 340.

⁷⁰ UM BRASILEIRO. Sempre o cinismo! *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

religioso, sem importar-se si a este tinha precedido o civil”⁷¹, enquanto que o sistema republicano estabelecia a realização do casamento civil⁷². Portanto, os “símbolos nacionais”⁷³ perpassavam também pela simbologia republicana e, para ser considerado como elemento brasileiro, era importante seguir os ideais republicanos do liberalismo oligárquico⁷⁴, que despertavam “em Santa Catarina manifestações de brasiliade”⁷⁵.

Os litorâneos também denunciavam a arregimentação de jovens alemães pelo clero estrangeiro. Neste sentido, relatavam que o padre Topp e Sundrup “andaram n’esta Capital pelas oficinas e padarias, onde meninos brasileiros, porém de origem alemã, acham-se empregados, desencaminhando-os do cumprimento de seus deveres para frequentarem a igreja e o ‘confessionário’”⁷⁶. Portanto, os luso-brasileiros possuíam medo do poder do clero estrangeiro junto aos descendentes de alemães, que tinham um conjunto de “expressões culturais próprias”⁷⁷ ligados à língua e cultura germânica. As particularidades de Santa Catarina, devido ao “significativo número de germanos na composição da população assistida por um clero estrangeiro”⁷⁸ resultou na incrementação de atitudes germanófobas entre as populações locais.

Os conflitos culturais engendrados por luso-brasileiros e germânicos ocorreram por causa das práticas do clero estrangeiro em Florianópolis, que demonstravam indisposição “com relação ao ensino da língua vernácula nas escolas paroquiais; [...] a visão de mundo e de homem etnocêntrica apregoada pela maioria deles; o cultivo da língua materna, inclusive durante os sermões religiosos”⁷⁹. Essas práticas serviram de base para os conflitos, não apenas culturais, mas também políticos, relacionados às diferenças étnicas entre luso-brasileiros e germânicos, que pode ser visto durante todo o período da Primeira Guerra, com maior ênfase entre 1916 a 1918. Esses conflitos étnicos aconteceram principalmente pela formação de

⁷¹ UM BRASILEIRO. Sempre o cinismo! *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

⁷² Cf. SANTOS, Ana Gabriela da S. O casamento na implantação do Registro Civil brasileiro (1874-1916). In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, 1., 2016, Juiz de Fora, *Anais...*, Juiz de Fora: UFJF, p. 1-23.

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 109.

⁷⁴ Cf. RESENDE, Maria E. Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120. (O Brasil republicano, v. 1).

⁷⁵ MORAES, Marcos J. de. Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis: APEC, p. 10.

⁷⁶ OS FILHOS de Loyola... *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

⁷⁷ COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 336.

⁷⁸ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. II.

⁷⁹ ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 113.

um novo clero, alemão e diretamente ligado às práticas romanizadas, em Santa Catarina. Assim, a imprensa catarinense defendia que “o clero regular, formado por nacionais, estava muito mais afinado com o conteúdo devocional do povo” e, portanto, aos sacerdotes alemães cabia uma tentativa de “manipulação” desse imaginário popular⁸⁰ para conquistar os fiéis luso-brasileiros. A longevidade de alguns desses párocos, como o D. Becker, em posições de prestígio no clero nacional demonstram a eficiência da romanização no país a partir de figuras de origem germânica.

Considerações finais

O limiar da República foi marcado por continuidades e rupturas, que se apresentaram nas mais diversas formas, como nos vários conflitos étnicos ocorridos no sul e sudeste do país, que serviram para questionar e propor mudanças à sociedade brasileira. Os descendentes de portugueses acreditavam ser mais “brasileiros” do que os de ascendência alemã que, por sua vez, viam na Alemanha, cada vez mais forte antes da Primeira Guerra Mundial, uma “segunda pátria” ou, em alguns, sua pátria-mãe. A resistência de muitos descendentes de alemães em se relacionar de maneira harmoniosa com os demais brasileiros era outro fator que dificultava a sua aceitação em regiões com grande presença de colonização portuguesa, como Florianópolis.

A sociedade da região de Florianópolis, portanto, nutria um grande medo do “perigo alemão”, que diziam existir em decorrência da presença germânica em alta escala no clero e na política de Santa Catarina. O clero alemão trouxe consigo diversas práticas romanizadas que mudaram a forma de “ver o padre” na região, o que não agradava os litorâneos. A presença alemã em Florianópolis levou os luso-brasileiros a chamarem a cidade de “Bélgica catarinense”, em referência à Bélgica ser o primeiro país invadido pelo Império Alemão na Primeira Guerra.

Por fim, nem só de oposições viviam os descendentes de portugueses e germânicos, que construíam relações de força e reinterpretavam a realidade conforme as suas concepções do que era “ser brasileiro”. Alguns órgãos republicanos do sul do Brasil ainda destacavam a importância dos imigrantes alemães na construção do país e suas narrativas apontavam para a ideia de que o povo alemão seria mais “trabalhador” do que os locais. Essa perspectiva, apontada principalmente nos jornais, demonstra a necessidade de evitar as falsas dicotomias que analisam apenas os pontos de conflitos entre os descendentes de alemães e portugueses, sem compreender as convergências e os discursos emitidos por parte dos jornais que viam com bons olhos a imigração alemã.

⁸⁰ SERPA, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 42.

Referências

Fontes

a) Imprensa (Acervos: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

O Clarão, Florianópolis, 1911-1919.

O Diário da Tarde, Curitiba, 1910-1916.

O Estado, Florianópolis, 1910-1920.

b) Discursos/pronunciamentos (Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

BRASIL, Francisco de Salles. Conferência do Coronel Salles Brasil no Teatro Álvares de Carvalho, set. 1916.

SCHMIDT, Felipe. Mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo, 14 ago. 1916.

Bibliografia

ADUCCI, Cássia Chrispiniano. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 11/12, p. 72-84, 2004

ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da curia: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FAGUNDES, Luciana. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Cristina. Sobre memórias cristalizadas e o mito fundador na personificação da Colônia Alemã Blumenau (1856). In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; CARNEIRO, Deivy (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 692-705.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasiliade*: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

_____. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014.

LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES, Marcos J. de. Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENE, 5., 2011, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis: APEC.

NADALIN, Sergio O.; FABRIS, Pamela. A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 7, p. 7-30, jan./jun. 2013.

PIAZZA, Walter F. Açorianos e madeirenses no Sul do Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 119-128, 28 dez. 2011.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Estante Paranista, 1976.

POLETTO, Caroline. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). *Oficina do historiador*, Porto Alegre, supl. esp., p. 128-146, mai. 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUDY, Antonio Cleber. *Os silêncios da escrita: a historiografia em Santa Catarina e as experiências libertárias*. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SERPA, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SKRZATEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhadas da Primeira Guerra Mundial. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 280-291, jul./dez. 2014.

Recebido em 20/07/22 aceito para publicação em 13/10/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhamentoIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Impressões

de leitura

Contribuições de Reinhart Koselleck à investigação histórica

Reinhart Koselleck's Contributions to Historical Research

Jaciel Rossa Valente¹

KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. Trad. Luiz Costa Lima. São Paulo: Ed. Unesp, 2021.

Reinhart Koselleck nasceu em 1923 e faleceu em 2006, deixando uma extensa obra. Historiador alemão renomado em vida publicou diversos ensaios e livros. Juntamente com Otto Brunner e Werner Conze, foi um dos teóricos fundadores da *begriffsgeschichte* (história dos conceitos).

A *begriffsgeschichte*, nas próprias palavras de Koselleck (1992, p. 135), busca “indicar a partir de quando um conceito se tornou fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse”, de modo que mescla a perspectiva diacrônica e sincrônica na análise de um determinado conceito. De acordo com Motzkin (2006, p. 77), a *begriffsgeschichte* parte do pressuposto de que a história é composta por rupturas e continuidades que se encontram na linguagem — em especial, nos conceitos. Destarte, os conceitos se constituem como *estratos de tempo* que agregam inovação e repetibilidade.

Seus livros começaram a serem traduzidos para o português em 1999 com sua tese de doutorado, *Critica e crise* (1999)². Posteriormente, textos como *Futuro passado* (2006) e *Estratos do tempo* (2014) se fixaram na historiografia brasileira. Em 2021, via Editora Unesp, chegou às livrarias brasileiras a tradução de quatro ensaios de Koselleck, originalmente publicados individualmente. O trabalho foi realizado pelo historiador Dr. Luiz Costa Lima e conta com a apresentação da Dr. Thamara de Oliveira Rodrigues. De modo panorâmico e sintético, Rodrigues (2021, p. 45) afirma que os textos traduzidos podem ser vistos como “uma teoria sobre a temporalidade propriamente dita, uma reflexão sobre as estruturas formais do tempo e sua centralidade existencial”. Acrescentamos a essa indicação de Rodrigues, um segundo viés dos ensaios: a reflexão sobre o *fazer historiográfico*.

O primeiro ensaio, *Estruturas de repetição na linguagem e na história*, publicado no periódico *Saeculum*, em 2006, parte do pressuposto de que a natureza histórica do homem se estabelece entre a constante repetitividade e inovação (KOSELLECK, 2021, p. 58). Destarte, as histórias são fruto da tensão entre repetição e inovação.

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

² A resenha de Marion Brepohl (2001) fornece uma percepção da recepção da comunidade historiográfica brasileira acerta da obra de Koselleck.

Com isso, Koselleck (2021, p. 58) estabelece como problemática “como *cabe analisar e representar em camadas* as relações em que os dois polos se misturam?” Assim, o historiador aborda as estruturas linguísticas presentes na linguagem para investigar a tensão entre os polos. O principal argumento é que cada acontecimento é único, pois está circunscrito a um determinado espaço-tempo. Contudo, a narrativa que captura o acontecimento está calcada em pequenas estruturas de repetições. A linguagem não funda o acontecimento, mas aparece como base de repetição/transmissão.

Desse modo, Koselleck (2021) argumenta que existem cinco estruturas de repetições fundamentais que podem ser imaginadas no formato de escalonamento (estratos). O primeiro estrato se refere às condições não humanas de nossas experiências, tais como o dia e a noite, as estações do ano, o cosmo, etc., as quais possibilitam e influenciam a vida. O segundo estrato, na mesma direção do primeiro, se refere aos pressupostos biológicos da vida que compartilhamos com os animais. Koselleck (2021, p. 63-64) destaca três determinações formais nesse estrato, sendo respectivamente: “superior-inferior, interno-externo, anterior-posterior que põem em movimento todas as histórias humanas e impulsionam a temporalidade dos acontecimentos”.

Quanto ao terceiro estrato, se refere às instituições criadas pelos próprios homens que exercem algum grau de repetição. Entram instituições como Estado e Igreja que, por meio de ritos, práticas de culto e comemorações, repetem e mantêm um determinado conhecimento. Quarto estrato, quase como uma contradição, se refere àquelas instâncias de repetição contidas nos acontecimentos que sucedem apenas uma vez. O acontecimento é irrepetível e singular, contudo, aparecem diacronicamente semelhanças e regularidades, indicando um caráter de repetitividade. Por fim, o quinto estrato se refere às “estruturas de repetição verbais, dentro das quais as referidas repetições ou instâncias de repetição foram geradas e reconhecidas e são ainda geradas e devem ser descobertas” (KOSELLECK, 2021, p. 61). Aqui os conceitos tomam ênfase como pontes de repetição, pois, por meio da pragmática, sintaxe e semântica, eles são reconhecidos por um determinado grupo, afirmado/repassando um determinado entendimento.

Com esse conjunto de estratos, Koselleck insiste na tese de que o historiador deve considerar no seu fazer não apenas a inovação, mas também a repetição. Os estratos de tempo expostos por Koselleck (2021, p. 78) no ensaio visam comprovar que “não pode haver inovação alguma, verbal ou material, por mais revolucionária que seja, que não permaneça ancorada em estruturas de repetição prévias”.

O segundo ensaio que compõe o livro, *intitulado Sobre o sentido e o não sentido da investigação histórica (Geschichte)*, foi publicado no periódico *Merku* em 1997. Koselleck divide o texto em três partes. Na primeira, o historiador aborda a questão temporal da investigação histórica. Para a historiografia contemporânea, o ponto de vista que varia de lugar/pessoa (podendo ser desdobrado em uma série não determinada de variáveis, como classe, raça, gênero, etc.) é um truismo, porém se mantém como

fundamental em todo início de pesquisa. Koselleck utiliza acontecimentos históricos para embasar sua análise do ponto de vista na pesquisa histórica. Dentre os exemplos citados, destacamos a batalha de Stalingrado. O historiador indica que a batalha de Stalingrado esteve inserida no momento da Segunda Guerra Mundial como mais uma batalha, vista como uma série de acontecimentos. Após, com o desenrolar da URSS, Stalingrado funcionou como farol para a luta pela produtividade e a vitória árdua, mas certa, do comunismo (KOSELLECK, 2021, p. 87). Com isso, Koselleck indica que a visão sobre um acontecimento não se restringe a um ponto de vista, mas também se refere ao quando se vê. Investigação histórica está calcada em uma ótica e em um determinado tempo.

Já a segunda parte do ensaio se dirige ao desenvolvimento da *Geschichte*. De modo sintético, Koselleck (2021, p. 89) afirma que “o que os diversos agentes têm como real em uma história, assim como ela se origina e se consuma *in actu*, constitui pluralisticamente a história (*Geschichte*) vindoura”. Koselleck (2021) sinaliza que a história real é o acontecimento que se consuma no agir, *in actu*. Já a visão *ex post facto* desse acontecimento, devido a percepção do historiador e a série diferente de pontos de vista dos agentes envolvidos, marca uma história pluralística. Dessa forma, a *Geschichte* constitui uma coletivo-singular, pois, mesmo sendo uma narrativa, engloba diferentes perspectivas direta ou indiretamente. Nesse momento, Koselleck (2021, p. 90-91) aconselha aos historiadores questionarem, a partir da visão da histórica como um coletivo singular, “quais realidades antes percebidas, que ajudaram a criar uma realidade posterior, passaram a ser recaladas, esquecidas ou caladas?”.

A terceira parte do ensaio se desdobra dessa pergunta. Se devemos questionar o que está sendo calado na investigação histórica, então nossa narrativa historiográfica possui algum sentido. Koselleck discute o sentido ou não sentido da historiografia, chegando à consideração de que a história brande uma variedade de sentidos, de modo que não devemos submeter nossas análises a sentidos plenos e voltados para si mesmos (KOSELLECK, 2021, p. 104).

O terceiro ensaio, intitulado *Ficção e realidade histórica*, elaborado a partir de uma comunicação de Koselleck em 1976, debate ficção e historiografia. Koselleck (2021, p. 109) adverte que o debate remonta a dois conjuntos de reflexão advindas da tradição: a) uma antítese entre *res factae* e *res fictae* e; b) até que ponto os textos ficcionais são condicionados pela realidade histórica e quais suas influências nessa realidade.

O historiador alemão não procura fazer uma genealogia das discussões, e nem abordar pelo viés taxonômico de classificação de fonte. Procura refletir sobre ambos os conjuntos simultaneamente. Ele defende que a “*res factae* e *res fictae* são manifestas e diversamente entrelaçadas em vez de separadas, enquanto traços de atividades ou campos de objetos de dois grupos disciplinares distintos” (KOSELLECK, 2021, p. 115). Defende que o tema não deve ser observado pelas oposições, mas pelas confluências, pois todo texto ficcional, de modo excelente ou menos bom, é proveitoso como testemunho de uma realidade

histórica. Ao passo, toda *res factae* tem em seu cerne um pouco de *res fictae*, uma vez que as fontes não são a própria realidade. Destarte, a tese principal do ensaio é que “a realidade histórica nunca coincide com o que verbalmente se articula com ela e a respeito dela” (KOSELLECK, 2021, p. 120)

O último ensaio, intitulado *Para que ainda investigação histórica?*, foi publicado em 1971, no periódico *Historische Zeitschrift*. Koselleck parte da constatação de que a Ciência Histórica passou a ser questionada veemente após a Segunda Guerra Mundial. O principal fator das contestações é o processo rápido e crescente de desistoricização a que as ciências humanas e sociais foram submetidas (KOSELLECK, 2021, p. 132). Koselleck argumenta que o antigo *topos* da mudança perpétua caiu no século XIX, sendo substituído por princípios regulativos como o *devir*, o desenvolvimento e o progresso. Os objetos históricos, que outrora exerciam uma função formativa para a compreensão do mundo histórico, acabaram perdendo essa função para visões de mundo deterministas.

Após uma série de análises gerais, Koselleck desemboca em cinco posições a respeito da condução da investigação histórica. A primeira refere-se ao *detalhe concreto*, ou juízo histórico, no qual “nenhuma teoria da história deixa de reconhecer que os questionamentos sociais são um pressuposto inerente aos julgamentos históricos” (KOSELLECK, 2021, p. 144). Segundo, “só a pesquisa minuciosa retira os enunciados históricos da arbitrariedade, proporciona a prova de se eles podem ser generalizados ou não” (KOSELLECK, 2021, p. 144). Terceira, todo historiador deve procurar na profundidade temporal, posicionamentos estratificados que estão para além do próprio contesto de criação da fonte investigada (KOSELLECK, 2021, p. 145).

A quarta afirmação, alinhada à terceira, insiste que “nossa investigação consiste em, com a ajuda de textos, chegar a enunciados que ultrapassam os textos” (KOSELLECK, 2021, p. 146). Quinta, Koselleck (2021, p. 147) afirmou que “a investigação histórica mostra perspectivas, a rede de condições para ações possíveis; proporciona dados que extrapolam tendências e, nesse sentido, fazem parte de um prognóstico”. Evidenciamos que Koselleck não diz o que a investigação histórica pode ou não fazer; suas considerações se apresentam mais como conselhos que como normas. Ao passo, Koselleck indica o horizonte de expectativa da História como sendo capaz de prognóstico, na medida em que proporciona um arranjo de dados que ultrapassam as tendências momentâneas, pois geram, no leitor contemporâneo ou não, indagações que modificam a relação com o próprio acontecimento analisado.

Referências

BREPOHL, Marion. Resenha: Crítica e crise. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 517-524, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Ed. EDUERJ. Ed. Contraponto, 1999.

_____. *Estratos do tempo*: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

_____. *Futuro passado*: contribuições à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MOTZKIN, Gabriel. A intuição de Koselleck acerca do tempo na história. Trad. Daniel Pereira. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João. *História dos conceitos*: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 77-82.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. Trad. Luiz C. Lima. São Paulo: Ed. Unesp, 2021, p. 7-52.

Recebido em 22/03/22 aceito para publicação em 30/01/23.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

Revista Vernáculo n.º 51,
1.º sem. 2023
Publicado em Março de 2023
ISSN 2317-4021
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento 4.0 Internacional.
Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021